

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
Mestrado em Desenvolvimento Social

**A PESCA ARTESANAL NO ALTO-MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO: modos de vida e
trabalho dos pescadores**



Jelson Luiz Dick

Montes Claros – MG

Abril/2018

Jelson Luiz Dick

**A PESCA ARTESANAL NO ALTO-MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO: modos de vida e
trabalho dos pescadores**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Dr. Rômulo Soares Barbosa

Coorientadora: Dr^a. Ana Paula Glinfskoi Thé

Montes Claros – MG

Abril/2018

D547p

Dick, Jelson Luiz.

A pesca artesanal no Alto-Médio Rio São Francisco: modos de vida e trabalho dos pescadores [manuscrito] / Jelson Luiz Dick. – Montes Claros, 2018.
129 f. : il.

Bibliografia: f. 120-129.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Glinfskoi Thé

1. Rio São Francisco 2. Meios e modos de vida. 3. Pescadores artesanais. 4. Desafios. I. Barbosa, Rômulo Soares. II. Thé, Ana Paula Glinfskoi. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Modos de vida e trabalho dos pescadores.

Jelson Luiz Dick

Dissertação de mestrado intitulada “A pesca artesanal no alto-médio Rio São Francisco” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Orientador: **PROF. Dr. RÔMULO SOARES BARBOSA** - Unimontes

Coorientadora: **PROF^a. Dr^a. ANA PAULA GLINFSKOI THÉ** - Unimontes

Titular: **PROF. Dr. DANIEL COELHO DE OLIVEIRA** - Unimontes

Titular: **PROF^a. Dr^a. ANA ALVES NETA** – IFNMG

Montes Claros-MG

Abril/2018

Dedico este trabalho à minha família que sempre me apoiou e me deu forças para continuar na busca pela minha satisfação pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, exemplos de caráter, luta, dedicação, honestidade e companheirismo, nos quais sempre me espelhei para que obtivesse êxito nos objetivos por mim traçados.

Aos meus queridos irmãos e familiares que, apesar da distância, sempre acreditaram em mim e me deram forças para continuar.

À minha esposa, Daniella e sua família, pelo companheirismo, paciência e amor.

A todos os professores do PPGDS, pelo carinho e dedicação ao longo do curso.

À população de Januária-MG, em especial os pescadores artesanais de Januária-MG, que colaboraram para esta pesquisa, onde pude encontrar excelentes pessoas, repletas de sabedoria e exemplos de cidadãos, que não negaram esforços para fornecer os subsídios necessários para composição desta dissertação.

Ao meu orientador, Prof. Rômulo Soares Barbosa, pela grande capacidade intelectual, sempre disposto a ajudar e ensinar, contribuindo com grandes intervenções para a conclusão deste trabalho.

À minha coorientadora Prof^a Ana Thé, por ajudar com seu riquíssimo conhecimento sobre as comunidades pesqueiras do São Francisco, fazendo intervenções de extrema relevância no desenvolvimento do estudo.

Aos colegas de mestrado, pela espontaneidade e alegria na troca de informações e experiências.

Aos meus colegas de trabalho do IFNMG pela convivência e amizade.

A todos os meus amigos, que aqui não citarei nomes, mas que são importantes para mim nessa caminhada da vida.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste mestrado.

“Fino, estranho, inacabado, é sempre o destino da gente.”

(Guimarães Rosa)

RESUMO

Considerado o rio da “integração nacional”, o Rio São Francisco sofreu ao longo da sua história até os dias atuais intervenções, tanto no seu leito como em toda a sua bacia, que alteram todas as formas de vida ali existentes. Investidas, sob a alegação do desenvolvimento econômico regional e nacional, provocaram e provocam transformações ambientais no “Velho Chico” e em toda a sua bacia, conseqüentemente, alteração nos meios e modos de vida e trabalho das pessoas que vivem nas suas margens. Estudos, depoimentos e noticiários recorrentes evidenciam o cenário caótico em que se encontra o rio. É nesse ambiente que se encontram os pescadores artesanais, homens e mulheres que do rio obtêm o seu sustento diário e lutam pela continuidade de saberes e modos de vida. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender a atual situação dos pescadores artesanais da colônia de Pescadores de Januária/MG, quais os principais desafios enfrentados e verificar as alternativas socioeconômicas por eles encontradas. Acreditando na relevância dessa discussão, buscou-se responder à questão problema deste estudo com a hipótese de que os pescadores artesanais do médio São Francisco estão buscando alternativas socioeconômicas em adição à atividade da pesca artesanal, além da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal, a fim de assegurar o sustento de suas famílias. Para atingir o objetivo do estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, análise de dados e da pesquisa de campo amparada em uma abordagem qualitativa, buscando analisar e entender as formas de trabalho e meios e modos de vida dos pescadores artesanais de Januária-MG.

Palavras-chave: Rio São Francisco; meios e modos de vida; pescadores artesanais; desafios.

ABSTRACT

Considered as the river of “national integration”, São Francisco River has suffered through its history up to the present day, interventions in its bed as in its entire basin, that alter all the existing forms of life. Invested under the allegation of regional and national economic development, they provoked and provoke environmental changes in the “Velho Chico” and its entire basin, consequently, changes in the means and ways of life and work of the people living on its banks. Studies, testimonials and recurrent news reports show the chaotic scenario in which the river is located. It is in daily sustenance and struggle for the continuity of knowledge and ways of life. In this sense, the objective of this study of fishermen from Januária/MG, what are the main challenges faced and to verify the socioeconomic alternatives found by them. Believing in the relevance of this discussion, it was tried to answer the problem question of this study with the hypothesis that the artisanal fishermen of the middle São Francisco are looking for socioeconomic alternatives in addition to the activity of the artisanal fishing, besides the agriculture, cattle raising and vegetal extractivism, in order to ensure the livelihood of their families. To reach the objective of the study, we opted for bibliographical research, data analysis and field research supported by a qualitative approach, seeking to analyze and understand the ways of working and means and ways of life of artisanal fishermen from Januária/MG.

Keywords: São Francisco River; means and ways of life; artisanal fishermen; challenges

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa com a indicação da área da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco....	Erro! Indicador não definido.
Figura 2: Regiões Fisiográficas do Rio São Francisco	Erro! Indicador não definido.
Figura 3: Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco com destaque da área estudada.....	25
Figura 4: Plantações ao longo do curso do Rio São Francisco, na região de Petrolina, Pernambuco.....	27
Figura 5: Foto do Vazanteiro M.B.S., 86 anos – Preparação da terra para o plantio	Erro! Indicador não definido.
Figura 6: O pescador artesanal J.B.S. cultivando seu roçado nas margens do São Francisco.	Erro! Indicador não definido.
Figura 7: Plantação de soja na fronteira do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Chapada Gaúcha-MG. Fonte: Dida Sampaio/Estadão. Disponível: http://infograficos.estadao.com.br/especiais/novas-veredas/agronegocio	42
Figura 8: Desmatamento na bacia hidrográfica do Rio São Francisco	44
Figura 9: Vazões de retirada, consumida e de retorno por sub-Bacia.	45
Figura 10: Distribuição das vazões de retirada, consumida e de retorno entre os setores de usuários.....	46
Figura 11: Peixes tentando vencer a cascata do vertedouro da usina de Três Marias.	47
Figura 12: As Barragens no Rio São Francisco.	48
Figura 13: Distribuição, por usos, das barragens cadastradas no Alto São Francisco.....	49
Figura 14: Mineração em Minas Gerais – Três Marias/MG.....	50
Figura 15: O pescador em sua casa nas margens do São Francisco, em Januária-MG	53
Figura 16: O pescador artesanal J.P.. A pesca de tarrafa no São Francisco em Januária-MG	55
Figura 17: A pesca de rede armada.....	56
Figura 18: Proporção de trabalho formais e informais no Brasil - 2013	71
Figura 19: Pescadores artesanais realizando a limpeza no leito e nas margens do São Francisco em Januária-MG.....	76
Figura 20: O pescador artesanal J.P. retornando de mais uma pescaria sem obter o pescado.....	91
Figura 21: Pescador relembra saudosamente os tempos de fartura do Rio São Francisco..	93
Figura 22: O pescador e seu antigo barco de pesca - "ficou no passado"	94
Figura 23: A pesca de rede armada. O pescador F.S.P. exhibe o resultado de uma pescaria de 24 horas.....	97
Figura 24: Foto da praia de Januária-MG.....	98
Figura 25: Transporte de Cocos em Canoa no Rio São Francisco – Povoado de Potengy – Piaçabiçu - AL	107
Figura 26: Imagem da cozinha do pescador J.B.S.	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características das Regiões Hidrográficas do Rio São Francisco	26
Tabela 2. Usos do solo, por região fisiográfica e por tipo de uso do solo, em porcentagem (2010)	28
Tabela 3. Rendimentos e ocupação da população na região estudada	30
Tabela 4. Situação dos Reservatórios em 05/11/2015	41
Tabela 5. Desmatamento, por bioma, na BHSF e por região fisiográfica.....	44
Tabela 6. Vazões de retirada, consumida e de retorno por sub-Bacia	45
Tabela 7. Distribuição das vazões de retirada, consumida e de retorno entre os setores de usuários.....	46
Tabela 8. Número total e percentual de pescadores por unidade da federação em 2011	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA – Agência Nacional das Águas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BM – Banco Mundial
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
CNBB – Confederação dos Bispos do Brasil
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONS – Operador Nacional do sistema Elétrico (ONS)
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONGS – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAE – Programa de Ações Estratégicas
PEA – População Economicamente Ativa
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP – Registro Geral da Pesca

SDPA – Seguro Defeso dos Pescadores Artesanais

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁREA ESTUDADA.....	22
1.1 Caminhos do Velho Chico.....	22
1.2 A População Ribeirinha do Alto-Médio São Francisco no Município de Januária	29
2. AS CONDIÇÕES DO AMBIENTE E A PESCA ARTESANAL DO VELHO CHICO	33
2.1 A Pesca Artesanal.....	33
2.2 As transformações ambientais do Vale do São Francisco	39
3. MODOS E MEIOS DE VIDA E TRABALHO DOS PESCADORES EM JANUÁRIA-MG	53
3.1.1 Os Saberes da Pesca no Alto-Médio São Francisco	55
3.2 O Registro na Colônia de Pescadores e a Habilitação para a Pesca	58
3.3 A Qualidade de Vida e Escolaridade dos Pescadores	62
3.4 O Trabalho Familiar	64
3.5 O Pescador e a Sociedade	73
3.6 Os Programas Sociais e Incentivos Governamentais	76
3.6.1 O PRONAF Pesca e Agrícola: “Tenho medo de dívida”	86
3.7 As Relações de Solidariedade entre Pescadores	89
4. A PERCEPÇÃO DO PESCADOR SOBRE O RIO	90
4.1 Como Era?.....	90
4.2 Como Está?	95
4.3 Perspectivas de Futuro	103
4.4 Modos de Vida dos Pescadores.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira se destaca como uma antiga prática humana. O conhecimento adquirido pelos pescadores sobre o assunto, durante vários séculos, vem sendo acumulado (DIEGUES, 2004). Apesar do desenvolvimento desta atividade, muitas comunidades continuam a reproduzir a pesca com práticas e equipamentos artesanais, como é o caso do objeto da pesquisa, na cidade de Januária-MG.

A pesca artesanal tem por objetivo principal o abastecimento de famílias em todas as regiões do país e é observada, principalmente, em comunidades ribeirinhas, onde é considerada como um importante meio para a obtenção de alimentos e de renda, para garantir o sustento das famílias.

O pescador artesanal é aquele que possui um vasto conhecimento sobre territórios e ciclos de vida dos peixes; técnicas e instrumentos de pesca; alterações das águas, do tempo e da lua. Conhecimento construído ao longo da sua vida alicerçado na sua cultura e é comumente repassado às gerações futuras. São conhecimentos “Ser pescador artesanal é possuir uma lógica diferenciada na relação com a natureza”¹ (PEIXOTO, 2011, p. 110).

Pescadores artesanais são caracterizados por Diegues (1973) e Cordell (1978) como aqueles que, nas atividades de captura e desembarque de todas as espécies aquáticas, utilizam equipamentos de pouca autonomia e trabalham individualmente e/ou com o auxílio de mão de obra familiar.

A pesca artesanal está fortemente presente no Rio São Francisco há gerações - este rio representa extrema relevância econômica, social e cultural para os estados cortados por ele, sendo um canal importante de ligação entre o Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste – e é feita através da navegação fluvial. Ao longo da história, o povoamento do interior se deu através do rio e de seus afluentes, onde constituíram-se grandes latifúndios e pequenos minifúndios, que podem ser considerados responsáveis pelas desigualdades socioeconômicas amplamente debatidas por estudiosos no país (PEREIRA, 2015). É nesse ambiente que vive

¹ Ana Carolina B. Peixoto. *Pescador de ilusões: o trabalho da pesca artesanal e a sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão de Açúcar e Olho D'Água do Casado no Baixo São Francisco alagoano*, p. 110.

milhares de famílias de pescadores artesanais que dependem diretamente do rio para garantirem o seu sustento.

Estudos, noticiários e medições oficiais apontam para uma redução dos níveis pluviométricos na região a ser estudada e em toda a bacia Rio São Francisco. Longos períodos de seca, nunca antes vivenciados, e que têm feito o São Francisco chegar a um estado crítico em relação ao seu volume d'água.

Silva (2014) e Pereira (2015) discutem as transformações ambientais, sociais e econômicas sucedidas nas últimas décadas, em que a pesca artesanal vem lidando com profundas ameaças, o que afeta diretamente o modo de vida de muitas comunidades de pescadores no país. Os autores tratam também da apropriação dos recursos econômicos associados ao Rio São Francisco que vem enfrentando problemas como: baixa vazão, períodos de seca prolongados, construções de barragens, projetos de irrigação, contaminação da água, pesca predatória, degradação das margens, assoreamento e, mais recentemente, a transposição colaboram para um cenário crítico. “As várias intervenções a que tem sido submetido, o rio e seus afluentes mais importantes nos últimos anos resultaram em complexas mudanças no seu regime de vazão, com repercussões em sua zona costeira.”²

Para Pereira (2015), essas transformações são alguns dos obstáculos vivenciados pelos pescadores artesanais que compõem o médio São Francisco, pressupondo uma redução do seu meio de trabalho e principal fonte de renda, o peixe. É possível que as alterações do Rio São Francisco em suas características físicas mencionadas trazem consequências ao trabalho e os modos de vida do pescador artesanal, que podem não ser os mesmos de décadas passadas.

Muito se discute sobre degradação, projetos de revitalização e desenvolvimento da bacia do São Francisco, entretanto, muitas vezes, sem que as próprias comunidades de pescadores, os que convivem com o fato das dificuldades e escassez, possam participar desse desenvolvimento e sejam consultados (RIBEIRO, 2007; ZELHUBER e SIQUEIRA, 2007; et al.).

Além dos problemas acima citados, o interesse deste pesquisador pela temática brotou de uma vivência nas margens do Rio São Francisco nas cidades de Januária, Pirapora e São Francisco a partir do ano de 2002, o que oportunizou

² MMA, *Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*, p. 11.

contato direto com pescadores artesanais, provocando algumas inquietações perante o quadro social e econômico verificado. A constatação das fortes relações econômicas, sociais e culturais, que os pescadores artesanais possuem com o Rio São Francisco, instigou este pesquisador a conhecer, por meio de um estudo e convivência mais próximos desses pescadores, os seus modos de vida e trabalho.

Aspectos metodológicos e organização da dissertação

O trabalho tem características de um estudo exploratório descritivo, visando proporcionar uma visão ampla dos fatos analisados, e se ampara em uma abordagem qualitativa visto que “não faz uso de ferramentas estatísticas, e a preocupação é com a descrição das variáveis e como elas interagem entre si de forma detalhada, observando a situação em análise” (MARTINS; TEÓFILO, 2009, p. 101).

A utilização do método qualitativo na presente pesquisa se dá por ser o mais adequado a temática já que não faz uso de estatísticas e deixa os resultados para que o pesquisador os encontre através da leitura e observação do que foi pesquisado. Minayo considera que a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994 p. 21-22).

Nesta pesquisa, foram definidos os passos metodológicos para levantamento das informações pertinentes. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo, que se dará por meio da execução de entrevistas e observação e análise dos dados coletados.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com

outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (MARTINS; TEÓFILO, 2009).

Importante destacar que a pesquisa descritiva no trabalho é pautada pelas informações obtidas pelo autor através de dados documentais e levantamentos com caráter exploratório por explorar o conteúdo, procurar ideias, hipóteses, padrões e fatores dos pescadores artesanais da colônia de Januária-MG.

A delimitação geográfica da área de pesquisa foi a cidade de Januária – MG. A escolha do município de Januária como espaço de investigação está pautada não apenas pela facilidade de acesso, mas principalmente pela constatação, no período em que este pesquisador residiu na cidade, de diversos desafios ambientais e econômicos que os pescadores artesanais enfrentam a fim de assegurar o sustento de suas famílias e manutenção e melhoria dos seus modos de vida. Na coleta de dados, além da revisão bibliográfica e das entrevistas com os pescadores artesanais, foram incorporadas a este estudo outras fontes, como análise de dados de Organizações Não-Governamentais (ONGS), órgãos do Governo, Leis, jornais, discursos, fotografias, dentre outras fontes.

Quanto aos objetivos, a pesquisa do presente estudo caracteriza-se como descritiva, pois descreveu características e buscou compreender a atual situação dos pescadores artesanais da colônia de Pescadores de Januária/MG, quais os principais desafios enfrentados e verificar as alternativas socioeconômicas por eles encontradas. A partir dos dados coletados, identificou-se e analisou-se, por meio de comparação, a realidade vivenciada pelos pescadores artesanais de Januária e dos pescadores artesanais do Alto-Médio São Francisco.

De acordo com Martins e Teóphilo (2009, p.103), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a intervenção de certas variáveis compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se, de acordo com Gil (2008, p.135), como “[...] contribuições já publicadas sobre o tema estudado.”

Portanto, a análise inclui os dados das entrevistas, os dados observados, além de impressões e afirmações diversas, que foram acumuladas e registradas,

constituindo-se num conjunto de dados brutos que, depois de interpretados, deram origem à descrição do caso.

Os pescadores selecionados para este estudo foram indicados pela colônia de pescadores e pelos pescadores das regiões das comunidades da Ilha do Pedro Preto e Alegre (distrito Riacho da Cruz) e da própria cidade de Januária-MG. As indicações levaram em consideração as diferentes características das comunidades e por se tratarem de pescadores que mantêm as práticas da pesca artesanal presentes no seu dia-a-dia. Foram selecionados 03 pescadores para este estudo, e a partir de então, este pesquisador passou a conviver diariamente com suas rotinas durante 03 semanas intercaladas durante os anos de 2017 e 2018, contemplando os períodos da pesca autorizada e o “defeso” (piracema). Anteriormente a isso, outras visitas foram realizadas a fim de definir as áreas e pessoas a serem pesquisadas, além da coleta de dados junto à colônia de pescadores e outros órgãos públicos da cidade de Januária, dentre eles: Polícia Militar e IEF. Durante as três semanas, na coleta de dados, o pesquisador vivenciou e participou das suas rotinas diárias nos diferentes momentos, participando das refeições, do trabalho e dos momentos de lazer e descontração, inclusive pernoitando na casa de um dos pescadores às margens do rio. Durante esse trabalho de coleta dos dados, este pesquisador pode estabelecer relações com diversos pescadores das regiões estudadas, possibilitando uma visão ampla dos modos de vida e trabalho dos pescadores de Januária-MG, além dos selecionados para a pesquisa.

Quanto à caracterização dos pesquisados (selecionados), tem-se que todos são casados e possuem idade entre 56 e 66 anos. O número mínimo de membros da família foi de 03 e o máximo de 10, e o número de membros que ainda residem com a família foi de 3 para todos. Apenas 01 dos pesquisados é aposentado e, quanto à escolaridade, todos possuem o primeiro grau incompleto.

Inicialmente, a proposta de trabalho apresentada aos pesquisados gerou certa desconfiança e receio entre eles, porém, com a familiaridade do pesquisador no convívio em ambientes de pesca no Rio São Francisco e no meio rural no norte de Minas Gerais proporcionaram uma aproximação e relação de confiança entre pesquisador e pesquisado. Alguns diálogos foram gravados com o auxílio de um gravador de voz e com o consentimento prévio dos entrevistados, o que facilitou a análise de conteúdo das falas, e a escrita deste trabalho.

Em relação ao período analisado nesta pesquisa, foram considerados os últimos 40 anos, que abrange a última grande cheia do Rio São Francisco, presente fortemente na memória de pescadores e moradores de Januária, ocorrida em 1979, e que, de acordo com Pereira (2015) e com saber popular ribeirinho, existe forte relação com a produtividade do pescado. Assim, esse período compreendeu uma retrospectiva teórica e da memória dos pescadores nos últimos 40 anos, identificando as transformações no Rio São Francisco e as consequentes transformações na vida dos pescadores artesanais no que se refere às alternativas produtivas, ao seu espaço (rio São Francisco), às leis que regulam sua profissão e suas práticas pesqueiras, bem como às políticas públicas dirigidas a eles.

Em vista do interesse da pesquisa, a questão norteadora deste estudo é: Quais são as atividades e alternativas de trabalho e renda dos pescadores artesanais do Alto-Médio São Francisco diante das várias transformações ocorridas nos últimos anos? Ou seja, tendo como suposto um conjunto de transformações na vida e no trabalho dos pescadores artesanais da região do Alto-Médio São Francisco nos últimos anos e quais as alternativas socioeconômicas encontradas por esses pescadores para garantirem a reprodução dos seus modos de vida.

Assim sendo, o presente estudo possui como objetivo geral compreender a atual situação dos pescadores artesanais da colônia de Pescadores de Januária/MG, quais os principais desafios enfrentados e verificar as alternativas socioeconômicas por eles encontradas.

Os objetivos específicos são: 1) caracterizar socialmente os pescadores artesanais da Colônia de Januária; 2) caracterizar a atividade da pesca artesanal local; e 3) analisar, a partir da visão dos pescadores, quais e como as mudanças ambientais em curso no Rio São Francisco tem afetado a pesca artesanal e as alternativas socioeconômicas encontradas.

Acreditando na relevância dessa discussão, buscou-se responder à questão problema deste estudo com as seguintes hipóteses: 1) os pescadores artesanais estão enfrentando momentos de dificuldades para o desempenho da atividade; 2) os pescadores estão buscando novas estratégias e petrechos de pesca para a captura do pescado; 3) estão buscando alternativas econômicas em adição à atividade da pesca artesanal, além da agricultura e pecuária, a fim de assegurar o sustento de suas famílias.

Para atender ao objetivo geral desta, esta dissertação está organizada em três capítulos, seguindo a seguinte estrutura: O primeiro capítulo trata, a partir de uma revisão bibliográfica, da caracterização socioeconômica da área estudada. Nele é abordada a subdivisão fisiográfica do Rio São Francisco e sua importância econômica, social e cultural para os estados cortados por ele. Assim, apresenta-se a forma como se deu a ocupação ao longo da história, sinalizando, ainda, as possíveis causas das desigualdades sociais e econômicas ao longo da calha principal do rio. Nesse capítulo serão explicitadas, ainda, as características socioeconômicas dos municípios onde este trabalho concentra seu estudo, apresentando dados sobre densidade demográfica, renda, taxas de ocupação e educação.

No segundo capítulo, apresenta-se um panorama conceitual da atividade da pesca artesanal, categoria central desta pesquisa. Assim, buscou-se entender a formação e organização socioeconômica de comunidades de pescadores artesanais. Além disso, fundamentado em outros estudos, o capítulo trata ainda dos recursos pesqueiros e da necessidade de se regulamentar a atividade pesqueira no país e das políticas públicas para a atividade pesca artesanal como forma de suprir as demandas sociais e contribuir para a qualidade de vida da categoria. O capítulo apresenta, também, processo de degradação da bacia do Rio São Francisco, importante para se discutir as alterações do ambiente da bacia e os impactos nos meios de vida das populações ribeirinhas.

O terceiro capítulo trata dos meios e modos de vida e trabalho dos pescadores artesanais do São Francisco no Alto-Médio São Francisco, em especial o município de Januária. O capítulo discute aspectos como os saberes da pesca, as formas de trabalho, qualidade de vida e as relações com a sociedade dos pescadores, além dos programas sociais a eles destinados.

Já o quarto capítulo apresenta as percepções dos pescadores sobre o Rio São Francisco, com um resgate histórico sobre as condições do rio, sobre o presente e as perspectivas de futuro. Trata ainda da pesca praticada e das alternativas socioeconômicas, ou seja, são apresentadas as mudanças nos modos de vida diante do quadro em que se encontra o Rio São Francisco nos seus diversos aspectos. Este capítulo traz consigo os resultados da pesquisa de campo, confrontados com a pesquisa bibliográfica. Com esta estrutura, buscou-se responder as questões que motivaram o desenvolvimento deste trabalho e que orientaram todo o estudo, tanto teórico quanto empírico, do tema.

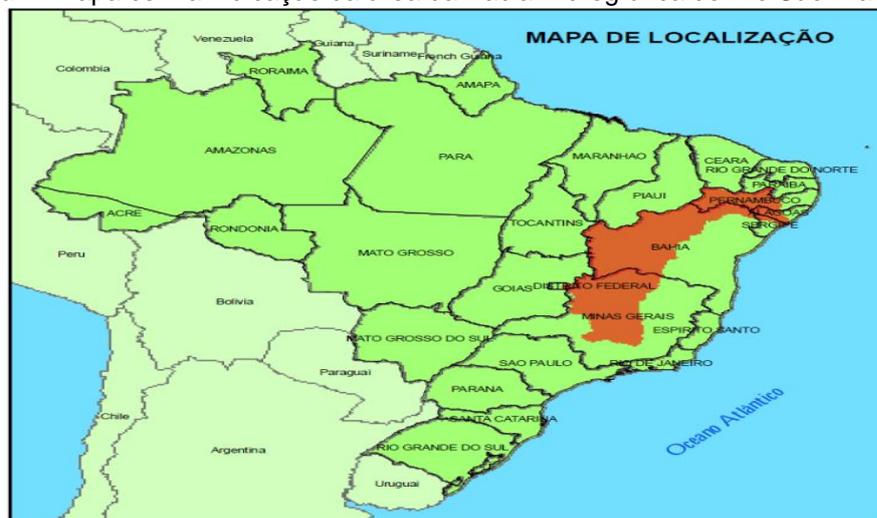
1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁREA ESTUDADA

1.1 Caminhos do Velho Chico

O rio São Francisco, popularmente chamado de Velho Chico, é considerado um dos mais importantes rios brasileiros desde o seu descobrimento. Considerado o rio da “integração nacional”, com extensão de 2.697 km que corta os estados de Minas Gerais – a partir da sua nascente na Serra da Canastra -, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Assim, no seu percurso são identificados diferentes climas, relevos e vegetações. Observam-se índices de pluviosidades maiores nas áreas próximas às nascentes e à foz, ao contrário das outras áreas onde o clima é muito seco, são as regiões semiáridas que, além da pouca chuva, tem alguns dos seus 168 afluentes com uma vazão intermitente, ou seja, temporários, pois secam durante o período de estiagem (CBHSF, 2015).

É considerado o terceiro maior rio brasileiro, o que garante uma grande disponibilidade de água doce para o Nordeste brasileiro. Sua bacia abrange aproximadamente de 640.000 km², 8% do território nacional, englobando 507 municípios nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Distrito Federal. Portanto, na sua composição territorial, a bacia do São Francisco é formada por seis Estados da Federação (CBHSF, 2015).

Figura 1: Mapa com a indicação da área da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.



Fonte: ANA (2017)

Sua economia, até a primeira metade do século XX, foi ancorada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. Nos últimos 50 anos, a água do Velho Chico tornou-se a maior riqueza do Vale e a matéria-prima mais importante para o seu desenvolvimento econômico, que, efetivamente, iniciou com a geração de energia. A partir das décadas de 1980 e 1990, o processo de irrigação se intensificou, em particular, visando a produção de frutas nos Perímetros de Irrigação de Petrolina e Juazeiro, Oeste da Bahia, e com Projeto Jaíba e Pirapora, em Minas Gerais (CAMELO FILHO, 2005).

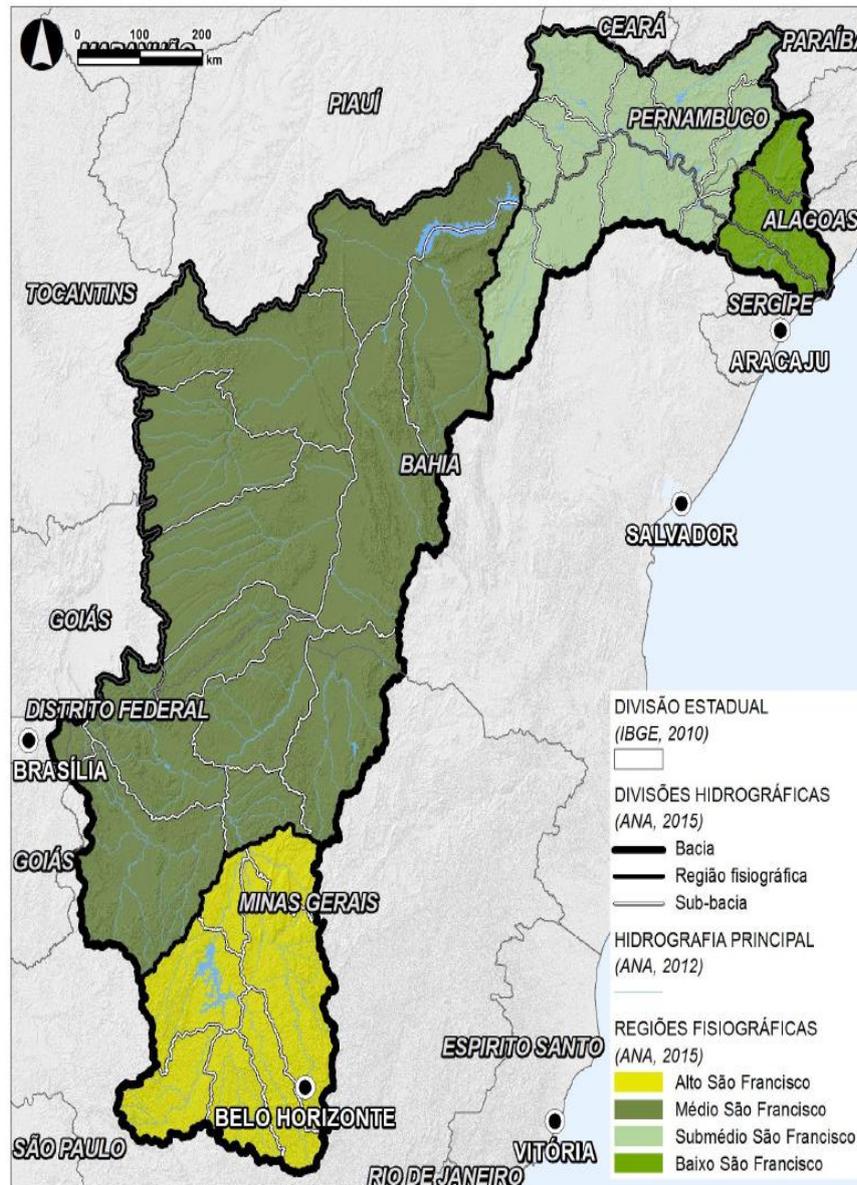
Por oferecer condições de navegação em vários trechos, muitos dos produtos produzidos regionalmente às margens do rio são transportados através de embarcações. Suas águas são, ainda, utilizadas para o turismo, lazer, irrigação, transporte, entre outros, exercendo um importante papel socioeconômico para os estados e, especialmente, para as cidades em sua margem (CAMELO FILHO, 2005).

Devido a sua extensão, o Rio São Francisco é subdividido fisiograficamente em 04 regiões: Alto São Francisco, que inclui das nascentes até a cidade de Pirapora em Minas Gerais, correspondendo a 17,5% da bacia; Médio São Francisco que segue de Pirapora a Remanso no Estado da Bahia, do qual concentra a maior extensão da bacia com 53%; Submédio São Francisco, que se estende de Remanso até Paulo Afonso no Estado da Bahia, banhando também Pernambuco, representando 24% de sua área total, e o Baixo São Francisco, sendo sua menor extensão, dos quais inclui Alagoas e Sergipe correspondendo a 5,1% do rio (CBHSF, 2015).

Pela considerável extensão geográfica que compreende o Médio São Francisco, este trabalho estudou a área localizada na parte alta da região, por isso, optou-se por denominar a área estudada como Alto-médio São Francisco. É uma nomenclatura própria para designar o tema, uma vez que circunstancia as propriedades inerentes apenas a esta região, como forma de análise e apontamento próprios que a diferiram das outras demais regiões dentro do próprio Médio São Francisco.

A análise da figura posterior é pertinente e demonstra com clareza o que fora empenhado para o entendimento do parágrafo anterior.

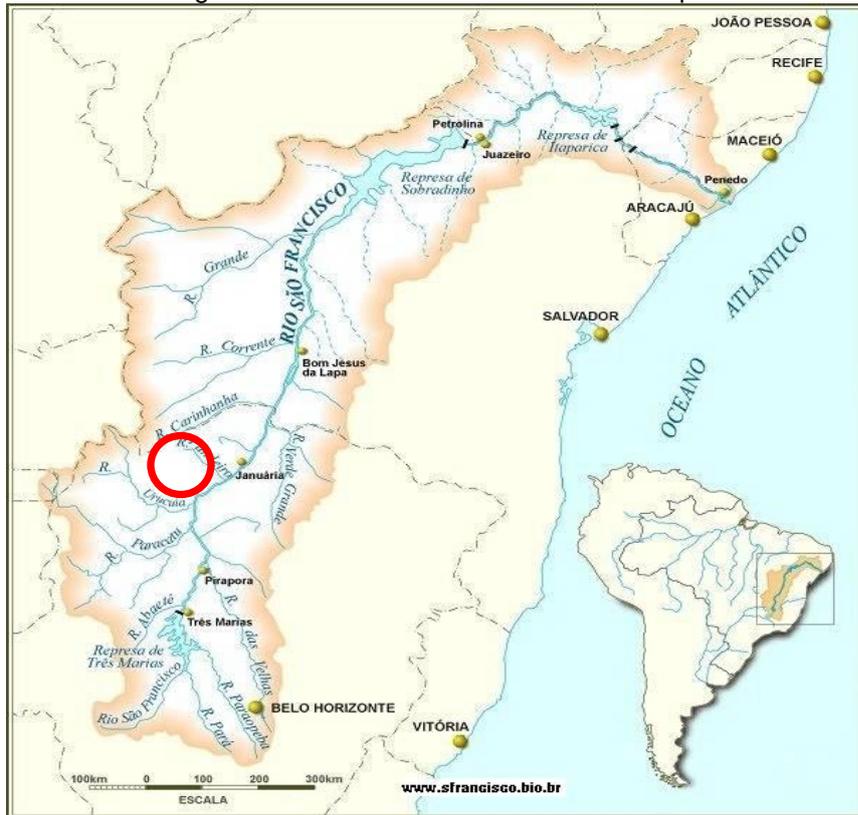
Figura 2: Regiões Fisiográficas do Rio São Francisco



Reprodução: Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025.
Fonte: CBHSF – 2015.

Como é possível verificar na figura acima, o Médio São Francisco é o trecho de maior extensão da bacia com 1.090 km, correspondendo a 63% da área, indo da confluência com o rio Jequitá a barragem do Sobradinho. Abrange as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Pardo, Pandeiros, Carinhanha, Corrente e Grande na margem esquerda e Pacuí, Verde Grande, Carnaíba, Paramirim, Verde e Jacaré na margem direita. As principais cidades são: Montes Claros, Janaúba, Unaí, Januária e Paracatu, em Minas Gerais; Barreiras, Guanambi, Irecê e Bom Jesus da Lapa, na Bahia (CBHSF, 2015).

Figura 3: Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco com destaque da área estudada.



Reprodução: Site de divulgação científica para a conservação da pesca do São Francisco.

Fonte: <http://www.sfrancisco.bio.br/rio/mapbacia.html>

A figura 3 apresenta os principais afluentes do São Francisco. No decorrer do seu curso, Kuhn (2009) afirma que a bacia do Rio São Francisco possui 36 afluentes de porte significativo, dos quais 19 são perenes. De forma geral, os afluentes da margem direita, que nascem em terrenos cristalinos, nos maciços das Serras das Vertentes e do Espinhaço, possuem águas mais claras, enquanto os da margem esquerda, vindos de terrenos sedimentares, nos altos chapadões do oeste mineiro, leste goiano e tocantinense, são mais barrentos. Seus principais afluentes são: Rio Paraopeba; Rio Abaeté; Rio das Velhas; Rio Jequitaiá; Rio Paracatu; Rio Uruçuia; Rio Verde Grande; Rio Carinhanha; Rio Corrente; Rio Grande.

De acordo com dados do IBGE(2010, a cobertura pedológica da Bacia oferece os principais tipos e ordens de solos já mapeados no Brasil. A bacia possui ainda os seguintes climas: tropical úmido, clima seco com chuvas de verão, clima temperado chuvoso e clima subtropical de altitude. Assim, o Rio São Francisco atravessa regiões com condições naturais das mais diversas. As partes extremas superior e inferior da bacia apresentam bons índices pluviométricos, enquanto os seus cursos médio e submédio atravessam áreas de clima bastante seco. O alto

São Francisco é uma região de muitas chuvas, que caem de novembro a abril, respondendo por 3/4 do escoamento total do rio. Assim, a maior parte do deflúvio do São Francisco é gerado em Minas Gerais, cuja área da bacia é de apenas 37% da área total. A vegetação, também definida pelo IBGE, é de Cerrado, Caatinga e Florestas Tropicais (OLIVEIRA, 2010). A tabela 1 apresenta as principais características da bacia.

Tabela 1. Características das Regiões Hidrográficas do Rio São Francisco

Características	Regiões Fisiográficas			
	Alto	Médio	Submédio	Baixo
Área (km ²)	99.387	401.559	115.987	19.987
Altitudes (m)	1.600 a 600	1.400 a 500	800 a 200	480 a 0
Trecho principal (km)	1.003	1.152	568	140
Declividade do rio principal (m/km)	0,70 a 0,20	0,1	0,10 a 3,10	0,1
Contribuição da vazão natural média (%)	41,7	55	1,9	1,8
Vazão média anual máxima (m ³ /s) – Mês	Pirapora – 1.303 (fevereiro)	Juazeiro – 4.393 (fevereiro)	Pão de Açúcar – 4.660 (fevereiro)	Foz – 4.680 (março)
Vazão média anual mínima (m ³ /s) – Mês	Pirapora – 637 (agosto)	Juazeiro – 1.419 (setembro)	Pão de Açúcar – 1.507 (setembro)	Foz – 1.536 (setembro)
Sedimentos (10 ⁶ t/ano) e área (km ²)	Pirapora – 8.3 (61.880)	Morpará – 21.5 (344.800)	Juazeiro – 12.9 (510.800)	Propriá – 0.41 (620.170)
Clima predominante	Tropical úmido e temperado de altitude	Tropical semiárido e subúmido seco	Semiárido e árido	Subúmido
Faixa de precipitação anual (mm)	2.000 a 1.100	1.400 a 600	800 a 350	1.500 a 350
Precipitação média anual (mm)	1.372	1.052	693	957
Temperatura média (°C)	23	24	27	25
Insolação média anual (h)	2.400	2.600 a 3.300	2.801	2.800
Evapotranspiração média anual (mm)	1.000	1.300	1.550	1.500

Fonte: ANA/SPR e Programa de Ações Estratégicas (PAE)(ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2003).

Adaptado por: Almeida et al. (2016)

Conforme Mendonça e Lucena (2013), na zona sertaneja semiárida, embora a intensa evaporação, da baixa pluviosidade e dos afluentes temporários da margem direita, o rio tem seu volume d'água reduzido, contudo, mantém-se perene, graças ao mecanismo de retroalimentação proveniente do seu alto curso e dos afluentes no centro de Minas Gerais e oeste da Bahia. Nesse trecho o período das cheias ocorre de outubro a abril, com altura máxima em março, no fim da estação chuvosa. As vazantes são observadas de maio a setembro, condicionadas à estação seca,

período em que suas margens e ilhas são aproveitadas para o cultivo agrícola de pequena escala, principalmente por pescadores artesanais.

Assim como em Januária, em grande parte do vale do São Francisco as áreas mais favoráveis ao aproveitamento agrícola situam-se às margens do mesmo. Por esse motivo a maior parcela da população do vale se encontra nas proximidades do rio. Nas áreas ribeirinhas onde há maior crescimento e progresso, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) predominam a atividade de agricultura irrigada. Esta região apresenta-se atualmente como a maior produtora de frutas tropicais do país, recebendo atenção especial, também, a produção de vinho, em uma das poucas regiões do mundo que obtêm duas safras anuais de uvas (KUHN, 2009). A figura 4 representa bem a área irrigada para produção agrícola na região.

Figura 4: Plantações ao longo do curso do Rio São Francisco, na região de Petrolina, Pernambuco.



Foto: TIAGO QUEIROZ/AE (2010) – Disponível em:

<http://internacional.estadao.com.br/blogs/olhar-sobre-o-mundo/vale-do-sao-francisco/>

De acordo com Peixoto (2011), o sertão norte-mineiro que está inserido no bioma cerrado, com suas peculiaridades climáticas, vegetais e geográficas se destaca no território brasileiro, visto que é atravessado pelo Rio São Francisco, o qual representa séculos de importância, indispensável para a formação demográfica de Minas, considerado canal de integração entre o litoral e o interior brasileiro.

Desde o seu descobrimento, o Rio São Francisco é o principal recurso natural que impulsiona o desenvolvimento regional. Hoje gera energia elétrica para abastecer todo o Nordeste e parte do estado de Minas Gerais, com as hidroelétricas de Paulo Afonso (AL/BA), Moxotó (AL/BA), Xingó (AL/SE), Itaparica (PE/BA), Sobradinho (PE/BA) e Três Marias (MG).

De acordo com a informação disponibilizada pelo IBGE, a caracterização do uso do solo baseia-se na análise dos grandes grupos e tipos de usos do solo em 2010. Os estabelecimentos agropecuários e o uso dominante na bacia hidrográfica do Médio São Francisco (cerca de 57% da área) e em todas as regiões fisiográficas, a exceção do Baixo São Francisco, em que o grupo mais representativo são as pastagens (cerca de 53% da área).

Na Tabela 2 mostra-se a repartição dos usos do solo em 2010, por região fisiográfica, nos grandes grupos “área urbanizada”, “lavouras”, “matas e/ou florestas”, “pastagens”, “estabelecimentos agropecuários” e “outros/diversos”.

Tabela 2. Usos do solo, por região fisiográfica e por tipo de uso do solo, em porcentagem (2010)

Grandes grupos de uso do solo	SFA	SFM	SFSM	SFB	BHSF
Área urbanizada	3,3	0,3	0,7	1	0,9
Lavouras	1,9	5,6	1,6	5,4	4,3
Matas e/ou florestas	5,4	11,7	7,9	2,4	9,7
Pastagens	32,5	17,8	8,6	52,6	19,9
Estabelecimentos Agropecuários	44,5	57,6	72,8	27,1	56,9
Outros/Diversos	12,3	7,1	8,4	11,5	83,3

Fonte: IBGE (2014).

Reprodução: CBHSF (2015)

Para Camelo Filho (2005), a fonte de vida e de riqueza das águas do Rio São Francisco possibilitam o múltiplo uso do seu potencial hídrico, para abastecimento humano, agricultura irrigada, geração de energia, navegação, piscicultura, lazer e turismo. Há alguns anos, vários problemas de natureza social e econômica vêm afetando o percurso natural do rio. O garimpo, o uso excessivo da água para irrigação, a poluição por defensivos agrícolas, a destruição da mata ciliar na cabeceira e a erosão das suas margens e a pesca predatória são alguns

problemas que provocam forte impacto ambiental que afetam diretamente a vida da população ribeirinha.

É preciso, no entanto, atentar para a degradação e os impactos ambientais que o São Francisco vem sofrendo.

No seu trecho navegável, a gaiolas e barcos a vapor dizimam a mata ciliar, ocasionando alargamento de seu leito e conseqüente abaixamento de suas águas. Atualmente, o homem moderno vem construindo grandes barragens, cujos extensos lagos não são adequadamente monitorados; a agricultura ribeirinha rouba suas águas que, quando voltam ao seu leito, vêm impregnadas de agrotóxicos que poluem seu curso, matando a biodiversidade nele existente. A pesca predatória, utilizando redes e armadilhas, dizimou seus cardumes. Estudos de recarga aquífera são inexistentes. A região é pobre, sem força política.³

De acordo com Gonçalves (2009), ao longo do rio existem 103 municípios ribeirinhos distribuídos pelos cinco estados banhados pelo rio e dependentes dele. O estado de Minas Gerais abriga o maior número de municípios ribeirinhos. A pobreza das comunidades ribeirinhas, observável por quem viaja pelo rio, e é confirmada pelos dados estatísticos governamentais. A média do índice de desenvolvimento humano (IDH)⁴ dos municípios ribeirinhos situa-se significativamente abaixo da média nacional. Segundo o IBGE (2006), dentre os municípios ribeirinhos, os 15 que apresentam melhor índice de desenvolvimento humano são os mineiros.

Neste contexto geográfico, encontra-se o município de Januária, às margens do referido rio. O município de Januária está situado na região Norte de Minas Gerais, a 590 Km da capital Belo Horizonte.

1.2 A População Ribeirinha do Alto-Médio São Francisco no Município de Januária

Assim como o Nordeste, o Norte do Estado de Minas Gerais também é associado ao subdesenvolvimento e condições socioeconômicas precárias para boa parte da sua população (OLIVEIRA, 2000).

³ GODINHO, Hugo Pereira, GODINHO, Alexandre Lima (Org.). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013, p.34

⁴ O IDH mede o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida às populações, onde o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta um relatório anual de IDH.

Nesse contexto, a fim de amenizar as disparidades socioeconômicas das diferentes regiões do país, a superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁵, na década de 1960, com a preocupação de promover o desenvolvimento trazendo empresas para a região, incorporou o Norte de Minas em sua pauta de investimentos (PEREIRA, 2015), institucionalizando-se o que ficou conhecido como “Área Mineira da Sudene”, ou “Região Mineira do Polígono da Seca”⁶.

De acordo com a CBHSF (2015), a bacia do Rio São Francisco é um território de baixa densidade demográfica, com apenas 22,5 pessoas por quilômetro quadrado. Mesmo no mais urbanizado Alto São Francisco, esse indicador demográfico é de apenas 71,7 hab/km² e a menor densidade é apresentada no médio São Francisco.

O município de Januária também contribui para esta baixa densidade com apenas 9,83 hab/km² (IBGE, 2017)⁷. Em 2015, o salário médio mensal no município de Januária era de 1,8 salários mínimos, porém a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9,2% e quase a metade dos domicílios sobrevivia com rendimentos até meio salário mínimo.⁸ A tabela 3 apresenta a disparidade de renda e ocupação em relação aos índices do estado de Minas Gerais, corroborando com a indicação de pobreza da região do Médio São Francisco.

Tabela 3. Rendimentos e ocupação da população na região estudada

Município/Estado	Salário médio mensal (salário mínimo)	Pessoas Ocupadas (%)	Rendimentos até meio salário (% domicílios)
Januária	1,8	9,2	47
Minas Gerais	2,42	62,5	Sem informação

Fonte: IBGE (2017).

Ano de referência: 2015 – Preparado pelo autor.

⁵ A Sudene foi criada pela Lei nº 3.6-1959, contando, desde o início, com a participação da Área Mineira do Polígono das Secas em sua área de atuação.

⁶ Lei nº 4.239, de 1963 - Art 39. Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "polígono das secas" e pelo Território de Fernando de Noronha.

⁷ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais> – Acesso em: 20/07/2017

⁸ IBGE (2015)

Na Educação, em 2015, Januária obteve nota média de 5,3 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os alunos dos anos iniciais e 4,2 para os alunos dos anos finais da rede pública. Se comparadas as notas médias à Minas Gerais, que apresentou notas médias de 6,1 para os anos iniciais e 4,6 para os anos finais, o município ocupava a 738ª posição nos anos iniciais e a 626ª posição para os finais posição dentre os 853 municípios do estado. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96,4 em 2010. Isso posicionava o município na posição 685 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 4281 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Em 2016 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Januária foi de 0,658. A taxa de mortalidade infantil, em 2014, era de 7,04 óbitos por mil nascidos. Os domicílios que do município apresentavam esgotamento sanitário adequado correspondia a 37,2% em 2010 (IBGE, 2017).

Na pesquisa realizada por Silva (1999), no Alto Médio São Francisco, verifica-se que a população de baixa renda vive basicamente da pesca, utilizando-se de tecnologias de baixo poder de predação, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança e cuja produção, além do consumo, destinar-se-á também ao mercado local. Conforme Reis (2003), o modo de vida dos ribeirinhos está intimamente condicionado ao ciclo da natureza. Às margens do São Francisco as pessoas se relacionam com a natureza e com o espaço onde vivem de forma particular, considerando-os como uma extensão do próprio corpo.

Alguns dados estatísticos ajudam a compreender a realidade social da população que vive às margens do São Francisco. Os 103 municípios ribeirinhos do São Francisco abrigam pouco mais de 2,4 milhões de pessoas, distribuídos pelos cinco estados banhados pelo rio. Aproximadamente dois terços dessa população encontram-se nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, distribuindo-se o outro terço pelos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe (IBGE, 2010).

De acordo com Camelo Filho (2005, p. 102),

[...] o homem do São Francisco é oriundo do entrosamento do índio e do luso, com laivos de sangue negro, o sertanejo são-franciscano é a perfeita encarnação do tipo bandeirante rijo, que lutou com a Natureza, devassou os sertões ínvios, dominou os selvagens, repeliu o elemento estranho. Os pioneiros que se aventuraram pelo sertão, na conquista de novas terras e em busca de riquezas, firmaram-se às margens do São Francisco através da formação de currais de gado, economicamente rentáveis, e da agricultura de subsistência.

Em detrimento às origens da formação étnica do ribeirinho, Godinho e Godinho (2003) afirmam que o seu linguajar expõe influência de vocábulos indígenas, e muitas localidades tiveram início em aldeias de nativos. Contudo, a maior parte da população ribeirinha teve sua origem nas antigas fazendas situadas às margens do Rio São Francisco. Grande parte dessas famílias trabalhou como diaristas ou eram filhos de diaristas daquelas fazendas, que com o passar dos anos, foram expulsos pelos proprietários, o que obrigou estas famílias a fixarem residência em ilhas e às margens do rio.

Historicamente, Hartmann (2011) aponta que a população ribeirinha se acostumou a uma vida de dificuldades e não reclamou. Mesmo nas áreas onde as chuvas são abundantes, como no Baixo São Francisco, em plena zona da mata, observa-se pobreza e pouco desenvolvimento.

A figura do pescador artesanal é constante da paisagem ao longo do Rio São Francisco, realizando suas atividades em íntima relação com seu meio natural. O saber desses atores da vida no rio revela-se grande conhecimento a respeito do comportamento dos peixes, do próprio rio e de seus ciclos naturais (DIEGUES, 2004).

Segundo Cardoso (2001), o estudo deste conhecimento e das práticas locais realizadas pelas comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco é fundamental para a avaliação da participação das mesmas nos processos de discussão e negociação do manejo dos recursos naturais entre a comunidade, os outros usuários dos recursos pesqueiros e o Estado.

Do ponto de vista social, Carvalho e Espíndula (2014) trazem que a pobreza é predominante em meio aos pescadores profissionais e que reproduzem valores culturais oriundos das grandes cidades. É por meio da análise do referido cenário de complexidade e beleza ambiental, de carência de informação, de exclusão social, de necessidade de ações e políticas públicas que se encontra o pescador artesanal da cidade de Januária - MG. Nesse sentido que os autores alertam para a necessidade de restauração e conservação dos recursos pesqueiros através de ações prioritárias de iniciativas públicas e/ou privadas para melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas (CARVALHO; ESPÍNDULA, 2014).

2. AS CONDIÇÕES DO AMBIENTE E A PESCA ARTESANAL DO VELHO CHICO

2.1 A Pesca Artesanal

A pesca artesanal é bastante abordada por diversos autores que se dedicam às ciências sociais, porém a conceituação do termo ainda encontra divergências entre as abordagens. O fato das atividades desses trabalhadores ocorrerem em áreas próximas as atividades dos produtores rurais, contribui para que esta categoria fosse trabalhada como um subsistema da sociedade camponesa.

Este argumento baseia-se no fato das atividades destes trabalhadores não ocorrerem em períodos fixos e sem volumes constantes, dadas as condições climáticas da bacia do Rio São Francisco.

A pesca artesanal é aquela em que o pescador sozinho ou em parcerias participa diretamente da captura de pescado, utilizando instrumentos relativamente simples. Os pescadores artesanais retiram da pesca sua principal fonte de renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares. A pesca artesanal disputa, hoje, recursos com grandes empresas de pesca industrial, que possuem infraestrutura muito desenvolvida referente aos barcos e recursos de pesca.

No Rio São Francisco, a pesca artesanal é aquela exercida de forma manual, onde há a participação do homem em todas as etapas, desde a produção dos apetrechos de captura até a fabricação de embarcações, que normalmente são construídas pelo próprio dono ou por pequenos estaleiros (SILVA, 2015).

Conforme Reis (2003), a pesca artesanal ou de pequena escala é exercida em todo o litoral e nos rios e obtém maior ou menor significado de acordo com o núcleo populacional onde é praticada, o seu nível de organização social e de trabalho, a demanda pelo produto gerado, a tecnologia empregada e, é claro, de acordo com a produtividade pesqueira da área.

A pesca artesanal difere-se da pesca industrial, principalmente pela capacidade de produção. Enquanto que a primeira caracteriza-se pela simplicidade, sendo exercida de forma manual em embarcações rudimentares e com implementos sem nenhuma sofisticação, a segunda conta com tecnologia mais desenvolvida,

embarcações com maior autonomia e implementos mais sofisticados (TAVARES, 2003).

A pesca artesanal sempre foi relegada na formulação das políticas públicas no Brasil. Embora possa-se afirmar que a pesca em si, como setor econômico, nunca teve sua importância reconhecida pelos governos (COSTA, 2006).

Godinho e Godinho (2003) trazem em sua pesquisa que em muitos locais, os pescadores organizam-se em torno das Colônias de Pescadores (estruturas criadas a partir de 1919 pela Marinha), que tinham como objetivo relacionar os pescadores e comunidades pesqueiras para eventuais necessidades bélicas. Essas Colônias existem até hoje no Brasil e não se sabe ao certo quantos pescadores estão nelas inscritos, pois a forma de controle existente é muito precária. De acordo com informações a colônia de pescadores Z2 de Januária, hoje são 1.200 pescadores cadastrados naquela colônia que abrange outros municípios, sendo que só no município da sede são 891 pescadores (dados do Portal da Transparência⁹), o que representa 1,3% da população de 68.584 habitantes, estimada pelo IBGE em 2017¹⁰. Pelo observado nas falas dos pescadores, acredita-se que o número de pessoas que praticam a pesca artesanal em Januária seja bem superior, porém sem dados oficiais para comprovação.

De acordo com Camelo Filho (2005), muitas colônias não são presididas por pescadores e envolvem muitas pessoas que não exercem a pesca como profissão. Também, em muitos casos, as colônias não exercem uma função de defesa ou organização da categoria, sendo, muitas vezes, somente um espaço para despacho de documentos. Da mesma forma que não têm um controle dos pescadores profissionais não têm controle da produção local e tampouco do número e tipo de embarcações existentes, salvo raras exceções.

Para Cardoso (2001), por conta desse vácuo organizativo, recentemente tem se formado um número grande de associações e outras formas de organização, como federações paralelas, para confrontar com o poder instalado nos espaços das colônias, que não raramente passavam de pai para filho, ou de compadre para compadre, sem o necessário exercício da democracia e participação.

⁹ Disponível em:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidosPorMunicipio.asp?UF=MG&codMunicipio=313520> – Acesso em 15/05/2017

¹⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januaria/panorama> – Acesso em 12/01/2018

No entanto, apesar dos diversos problemas existentes na vida do pescador, esta profissão perpassou o tempo e nos dias de hoje; mesmo diante da quase inexistência de apoio e valorização das entidades públicas, ainda contribui de forma significativa na economia de muitas localidades (GIULIETTI; ASSUMPÇÃO, 1995).

Diegues (apud) Costa (1983) analisa a produção dos lavradores e dos pescadores artesanais de forma distinta. A primeira pode ser considerada como camponesa por ser a agricultura a sua atividade principal, enquanto os pescadores artesanais possuem a pesca como atividade exclusiva. A identidade da categoria dos pescadores seria construída pelo fato destes serem detentores das habilidades e saberes específicos, o que permite o domínio do ofício da pesca.¹¹

É possível constatar a que os pescadores artesanais de Januária e do Médio São Francisco possuem características que os possibilitam serem inseridos em ambas abordagens. Desta forma não há unanimidade em se aderirem a uma abordagem específica apresentada. Um exemplo é o “J.B.S”, 66 anos, pescador artesanal e um dos entrevistados para a presente pesquisa, que ao ser questionado sobre a sua profissão, disse que “Se considera pescador e agricultor, porém a pescaria mais forte”. E complementa: “Na piracema eu fico me preparando para o próximo período de pesca e me dedico na roça”¹².

Figura 5: Foto do Vazanteiro M.B.S., 86 anos – Preparação da terra para o plantio



Foto: O autor (2018)

¹¹ DIEGUES.A.C; *Tradição e Mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar*. Programa de Pesquisa e Conservação de áreas Úmidas no Brasil, São Paulo, 1989.

¹² Entrevista realizada com o pescador J.B.S. em 22 de novembro de 2017.

Desse modo, conforme entendimento de Hartmann (2001) as comunidades pesqueiras são formadas por uma população tradicional que reside nas proximidades dos rios e mares e tem a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência, podendo ainda, cultivar pequenos roçados para consumo próprio e praticar atividades extrativistas. Na figura 6, o pescador artesanal J.B.S., além da atividade de pesca, cultiva seu roçado às margens do Rio São Francisco no município de Januária-MG.

Figura 6: O pescador artesanal J.B.S. cultivando seu roçado nas margens do São Francisco.



Foto: O autor (2017).

O “País do São Francisco”¹³ é um lugar cheio de contradições. Em alguns pontos tomados isoladamente há quadro de pleno desenvolvimento, mas o vale ainda é uma região de baixo poder aquisitivo. Nos municípios ribeirinhos, não são raras as populações que vivem praticamente alheias às leis econômicas, produzindo apenas o suficiente para viver. O aspecto de pobreza e de atraso é evidente. A maioria das pessoas não tem trabalho permanente. A impressão mais forte que se tem é de que todos estão perdidos em um local onde não chegaram os avanços do progresso (LIMA, 2005).

Os recursos pesqueiros são definidos como recursos biológicos que, por sua natureza, são renováveis, mas podem ser também exauríveis. A característica

¹³ Expressão utilizada pelo jornalista Jamildo Melo na série de reportagens S.O.S São Francisco, publicadas no Jornal do Comercio (PE).

renovável indica a ideia de sustentabilidade natural das populações daqueles recursos. Entretanto, dependendo da intensidade da pesca, uma vez que se tratam de recursos de bem público de propriedade comum e de livre acesso, fatalmente ocorrerá um desequilíbrio, podendo tornar o recurso exaurível (MAIA; PEREIRA, 2010).

Antes de 1930, diante da atividade inexpressividade da pesca, não havia a preocupação em definir e executar políticas públicas voltadas para a exploração sustentável do recurso pesqueiro. De acordo com Paez (1993), a partir de 1930, o Brasil, após análises bioeconômicas a determinou limitações para a captura do pescado. Foram estabelecidas políticas para regulamentar a atividade pesqueira, no entanto, somente em períodos mais recentes, com a ameaça de extinção de algumas espécies de pescado e exaustão de outras, surge a necessidade de se atuar com políticas específicas para a exploração da atividade. É nesse contexto que se destaca a importância do uso de análises bioeconômicas para melhor definir políticas que conduzam à exploração racional dos recursos pesqueiros.

Pascotto (2004), após estudar a evolução do setor pesqueiro, aponta que a política de modernização, especificamente durante o governo militar, caracterizou o impacto como “concentrador e excludente”, onde beneficiaram empresas pesqueiras e dificultaram o acesso ao crédito e intensificaram os conflitos socioambientais enfrentados pelos pescadores artesanais.

Conforme Gonçalves e Oliveira (2009), os recursos pesqueiros no Brasil são geridos com base em sistemas de direitos com a aplicação de regras como: imposição de taxas, seletividade imposta ao uso dos implementos de pesca, suspensão da pesca em determinadas áreas ou durante certas estações do ano, concessão de licenças de pesca, estabelecimento de cotas de captura, limitação do tamanho mínimo do peixe capturado e limitação do número de barcos.

Maia e Pereira (2010) argumentam que a razão fundamental para a regulamentação pesqueira e, em especial, a regulamentação econômica, é a natureza da propriedade comum dos recursos. A delimitação das estações do ano em que se permite a pesca, licenças de pesca, restrições aos equipamentos e insumos autorizados na pescaria, cotas individuais de pesca e tributação, bem como a combinação de algumas dessas formas de regulamentação, são necessárias à exploração sustentável do pescado. Entretanto, estas regras não garantem, por si

só, que haverá exploração racional dos recursos pesqueiros, são necessárias políticas públicas mais eficazes para isso.

Mesmo que exista uma definição legal da pesca artesanal, esta atividade ainda não tem um conceito preciso¹⁴. Isso porque é uma atividade realizada em todo o litoral brasileiro e também em lagos e rios. Pela sua variedade de maneiras de execução, o esforço de uma definição geral e detalhada parece ser tão complexo quanto inviável.

Entretanto, Oliveira e Souza (2013) afirmam que a definição jurídica que se tem desde 2009 da pesca artesanal é bastante dúbia. Isso porque, em conformidade com os autores, o que se compreende por pesca artesanal é a atividade 1) realizada em regime de economia familiar e 2) desenvolvida por meio de embarcações de pequeno porte. Inicialmente, cumpre lembrar que nem toda a forma de pesca artesanal é realizada com uso de embarcações. E, mesmo que a base essencial da pesca fosse o tipo de embarcação, ainda assim há que se considerar a inexistência de um consenso a respeito dos limites entre embarcações de pequeno e médio porte.

Acrescenta-se ainda à imprecisão o regime de economia familiar não ser esclarecido pela própria lei. Segundo a lei previdenciária de 2003, o regime de economia familiar equivale à mão de obra assalariada. Contudo, não há clareza como se caracteriza um modo de produção comunitário, com conjuntos profissionais para além de uma unidade familiar (OLIVEIRA; SOUZA, 2013). Talvez a ambiguidade da definição precisa acerca da pesca artesanal deva-se à sua falta de expressividade em termos produtivos.

A pesca é uma das práticas mais antigas e seu processo de evolução foi marcado pelo acompanhamento do desenvolvimento e modernização do Brasil, destacando ao longo do século XX, a presença do pescador dito artesanal como personagem central da atividade e que, assim como a agricultura familiar, se desenvolvia de forma excludente. Assim, a fim de retirar os pescadores dessa condição, “foi que a pesca artesanal foi regulamentada e reconhecida no rol de

14 Definição prevista na Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Art. 8º. Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: I – comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.” Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm, (acesso 07/02/2018).

ocupações do mercado de trabalho brasileiro, gerando esperança de ampliação da cidadania para a categoria” (MENDONÇA, 2006, p. 89).

Para Ortolani (2007), as políticas públicas direcionam esforços para o desenvolvimento econômico, social e territorial de determinado setor, sendo instrumento governamental para implantação de programas, ações e atividades, com a participação ou não de entes públicos e privados que visam assegurar os direitos que se afirmam, graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos.

Segundo Offe (1984), as políticas públicas buscam suprir as demandas sociais das classes menos favorecidas através de propósitos gerais que direcionam os princípios para intervenções a serem efetivadas por meio de programas e, ou, projetos. No estudo de uma política pública devem ser considerados os vários contextos em que estas políticas foram criadas e, assim, melhor compreender como as especificidades socioculturais dos segmentos focados foram ou não incorporados pela política.

Reis (2003) trata da interligação e a importância que deve ser dada aos aspectos morais, técnicos e teóricos, especialmente quando se tratam de grupos étnicos que defendem uma identidade coletiva. Nesse sentido a autora afirma que as comunidades tradicionais representam um desafio para o Estado, em que “identidades coletivas são redefinidas por toda parte, cruzando fronteiras e desafiando autoridades nacionais” (2003, p.13).

2.2 As transformações ambientais do Vale do São Francisco

De acordo com a CBHSF (2015), a pesca artesanal, além de ser elemento de destaque na cultura tradicional regional, é atividade econômica relevante nas quatro regiões fisiográficas do São Francisco, a pesca se faz item imprescindível para o mantimento de muitas famílias. No Diagnóstico Consolidado da Bacia Hidrográfica do São Francisco, de outubro de 2015, a pesca está sob ameaça:

[...] a pesca encontra-se em declínio devido a diversos fatores que influenciam direta e indiretamente a atividade. Além da diminuição no número de espécies de peixes, pescadores artesanais enfrentam inúmeras

adversidades: assoreamento, menor profundidade da calha e diminuição da mata ciliar, dentre outras alterações que caracterizam o rio como recurso ambiental degradado. (CBHSF, 2015, pág. 250).

Dentre os autores que tratam sobre os processos de degradação ambiental da bacia do Rio São Francisco, Zellhuber e Siqueira (2007), apontam os indícios e causas da degradação do Velho Chico. Diante das inúmeras propostas de ações para a revitalização do Rio São Francisco, os autores defendem principalmente o porquê da necessidade de se revitalizar e as principais causas da degradação do rio e condição de perda de vitalidade. Em seu trabalho, os autores destacam o assoreamento, estimando em 2007, 18 milhões de toneladas de sedimentos carregados todos os anos no seu leito até a barragem de Sobradinho, na Bahia.

Conforme ANA (2007), atribuem-se à pequena declividade do rio na maior parte de sua extensão, a principal causa do desbarrancamento e assoreamento do Rio São Francisco. A indicação desse processo é a crescente perda de navegabilidade que, no Médio São Francisco, não tinha restrições no trecho entre Pirapora e Petrolina/Juazeiro, perfazendo uma distância de 1.312 km, o que corresponde a aproximadamente 49% de todo o percurso do Rio.

Thé (2003) afirma que, no geral, a atividade mais citada como prejudicial ao rio foi o desmatamento das matas ciliares, que provoca o deslizamento de terras para dentro do rio, o que gera, uma maior largura da calha do rio e o acúmulo de terra / areia no leito do rio. Outro fator polêmico foi a poluição do rio devido ao uso de agrotóxicos. Os pescadores acreditam que com a chuva e o alagamento das lavouras durante a época de cheias, o agrotóxico aplicado nas plantações passa para o rio, podendo provocar até mesmo morte de peixes. Certamente, a importância de cada uma delas varia no tempo e no espaço. Mas, a falta de uma estatística pesqueira dificulta o estabelecimento das principais causas do declínio da pesca no Rio São Francisco.

Outro sinal que mostra a diminuição da sua vazão são os documentos¹⁵ protocolados em novembro de 2015, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), solicitando a utilização do volume morto do reservatório de Sobradinho junto à Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

¹⁵ Disponível em:

http://arquivos.ana.gov.br/saladesituacao/ReducaoTemporaria/Outros/2015/CE_PR_309_2015_CHE_SF_SolicitacaoUtilizacaoVolumeMorto.pdf - Acesso: 21/07/2017.

Renováveis (IBAMA) e ao Operador Nacional do sistema Elétrico (ONS). O teor dos documentos mostra a preocupação do Diretor Presidente da CHESF com o quadro de baixa “hidraulicidade” desde o período úmido 2012/2013 na Bacia do Rio São Francisco, que tornou necessária a reavaliação, em caráter temporário, da vazão mínima de restrição a ser praticada pelos reservatórios de Sobradinho e Xingó. Tal prática já havia sido autorizada pela ANA e pelo IBAMA desde abril de 2013, onde a Chesf reduziu, gradativamente, a vazão de restrição mínima de 1.300 m³/s para os patamares de 1.100 m³/s, 1 .000 m³/s e 900 m³/s. “A permanência de condições hidrológicas extremamente desfavoráveis na Bacia do Rio São Francisco tem levado a reduzidos níveis de armazenamento no sistema de reservatórios dos aproveitamentos hidroelétricos.” (CHESF, 2015, p. 2).

De acordo com a CHESF (2015), o reservatório de Sobradinho teria esgotado seu volume útil no ano de 2014, caso não fossem autorizadas as acima mencionadas. O armazenamento em 2015 chegou ao nível mais baixo já registrado no histórico de operação da CHESF. Inferior, inclusive, ao armazenamento observado para o ano de 2001, em que houve racionamento de energia, quando o reservatório de Sobradinho apresentou um volume útil de 5,3%. Os volumes apresentados em novembro de 2015 dos reservatórios de Três Marias, Sobradinho e Itaparica foram de 12,5%, 3,7% e 9,8%, respectivamente. A tabela 4 apresenta os dados das usinas mencionadas, com destaque para a baixa afluência em período chuvoso:

Tabela 4. Situação dos Reservatórios em 05/11/2015

Reservatório	Volume Útil - VU (%)	Afluência (m³/s)	Defluência total (m³/s)
Três Marias	12,5	70	509
Sobradinho	3,7	500	935
Itaparica	9,8	870	868

Fonte: CHESF (2015)

A baixa vazão constatada, em combinação com a poluição doméstica e industrial, que cai no rio, traz consequências severas ao ecossistema aquático nos períodos de estiagem prolongada, especialmente a mortandade de peixes (ZELLHUBER e SIQUEIRA, 2007). Para o problema da baixa vazão, associado à contaminação, os autores resgatam em seu trabalho a mortandade de peixes e a

inadequação da água para consumo humano e animal em outubro de 2007, provocadas pela contaminação e proliferação com algas azuis (cianobactérias).

Essa mortandade de peixes que, conseqüentemente, reduz constantemente o pescado é pouco considerada pelas autoridades. “O programa oficial de revitalização acintosa e sintomaticamente se nega a esse olhar ou não tira dele todas as conseqüências de decisão política” (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007, p. 10).

Outro fator destacado pelos autores é o avanço da agricultura intensiva de irrigação, atendendo ao que preceitua a produção agroindustrial, também é visto como uma das principais causas da degradação do Rio São Francisco. Esse modelo tem avançado na bacia do Rio São Francisco desde os anos 70 e está em plena expansão. Indicando esta expansão estão as grandes monoculturas do Oeste do estado da Bahia e Noroeste de Minas Gerais, no Médio São Francisco.

Figura 7: Plantação de soja na fronteira do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Chapada Gaúcha-MG.



Fonte: Dida Sampaio/Estadão. Disponível:
<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/novas-veredas/agronegocio>

Esse avanço da agricultura de grande escala, no Médio São Francisco, exigiu e exige a supressão da vegetação natural, o desmatamento do Cerrado, que

é importantíssimo para os mananciais brasileiros, especialmente para os da bacia do São Francisco.

“Dois grandes fatores geográficos contribuem para que o Cerrado apresente essa importância ambiental: posição e relevo. O bioma encontra-se em uma região central do território brasileiro, o que contribuiu para que boa parte das bacias hidrográficas do país estivesse concentrada nele. Além disso, as altitudes presentes e o grande número de nascentes fazem com que haja um bom escoamento das águas para outras regiões, auxiliando na distribuição dos recursos hídricos.”¹⁶

Os afluentes mais importantes da Bacia nascem em meio a esse riquíssimo bioma que é o Cerrado: os Rios Paracatu, das Velhas, Grande e Urucuia (ANA, 2017). O seu subsolo é capaz de armazenar e reter no mínimo 70% das águas das chuvas, garantindo, assim, a alimentação dos mananciais da bacia (CBHSF, 2015).

Com a perda da camada vegetal provocada pelo desmatamento, todo o ciclo hidrológico é alterado chegando a provocar o desaparecimento de mananciais importantes da Bacia. Autores como Zellhuber e Siqueira (2007) atribuem, ainda, os pivôs centrais de irrigação com sendo, também, responsáveis pela baixa vazão dos rios ou até a transformação em intermitentes aqueles rios que outrora eram perenes, especialmente no Médio São Francisco.

O Diagnóstico do macrozoneamento ecológico-econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MMA, 2011 apud CBHSF, 2015) destaca, como zona particularmente vulnerável à erosão, a área do Espinhaço, cujas características do relevo e solo favorecem a desagregação mecânica e a queda de blocos nas áreas rochosas; e também as áreas dos Chapadões Ocidentais nas veredas e nos vales, onde predominam solos arenosos. Neste contexto, há que considerar outros fatores que potencializam os fenômenos erosivos na bacia do Rio São Francisco: o desmatamento das margens do Rio São Francisco; a irrigação por pivô central realizada nos cultivos; o manejo inadequado dos solos em geral, e notadamente o revolvimento constante dos solos através da utilização intensiva de maquinário nas lavouras, que leva à degradação de sua estrutura física (MMA, 2011a apud CBSF, 2015).

¹⁶ PENA, Rodolfo F. Alves. "Cerrado: a caixa d'água do Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/cerrado-caixa-dagua-brasil.htm>>. Acesso em 23 de julho de 2017.

O CBHSF (2015) quantificou (Tabela 5) as áreas de desmatamento fundamentado a partir do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (IBAMA, 2015), por meio da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, sendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - o responsável pela execução técnica do projeto.

Na bacia do Rio São Francisco estão presentes biomas de elevado valor do ponto de vista da conservação da natureza e com papel relevante no contexto dos recursos hídricos: a mata atlântica, o cerrado e a caatinga.

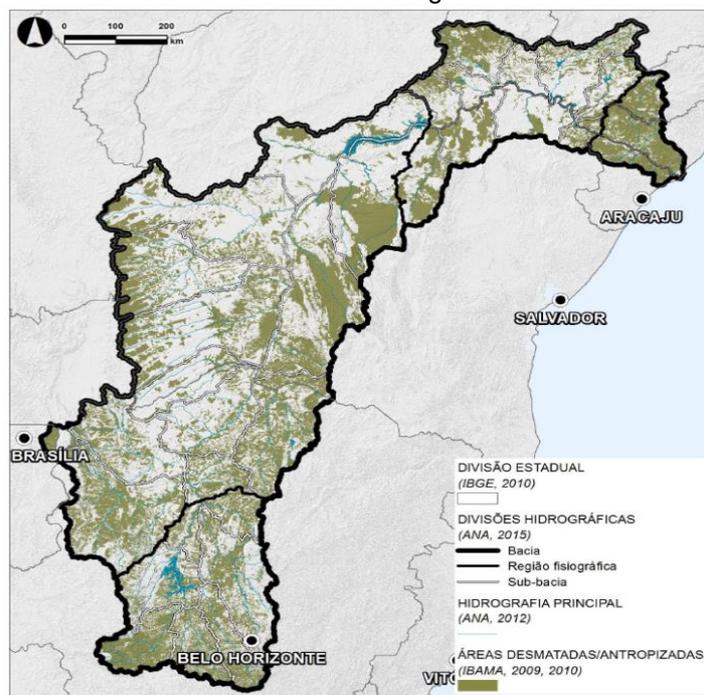
Tabela 5. Desmatamento, por bioma, na BHSF e por região fisiográfica

Bioma	BHSF		Alto SF		Médio SF		Submédio SF		Baixo SF	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Caatinga	11.868.278	39,35	-	-	5.287.870	17,53	4.884.824	16,2	1.695.583	5,62
Cerrado	16.797.972	55,7	4.839.982	16,05	11.957.990	39,65	-	-	-	-
Mata atlântica	1.491.924	4,95	1.044.024	3,46	3.152	0,01	-	-	444.746	1,47
Total	30.158.174	100	5.884.006	19,51	17.249.012	57,20	4.884.824	16,2	2.140.329	7,19

Fonte: IBAMA (2015).

Elaborado por: CBHSF (2015)

Figura 8: Desmatamento na bacia hidrográfica do Rio São Francisco



Fonte: IBAMA, 2015 (dados de 2009 e 2010 disponibilizados pelo IBAMA). Elaborado por: CBHSF (2015)

Zellhuber e Siqueira, (2007) e o CBHSF, (2015), consideram preocupante a situação das Matas ciliares na calha do Rio, onde estima-se que 96% já foram

destruídas. As matas ciliares são responsáveis pela redução dos efeitos das cheias e controle da erosão nas margens. Os autores tratam essas “matas de galeria” como vitais para o equilíbrio ambiental, pois além de garantirem a quantidade e qualidade das águas, exercem a função de filtrar a poluição e são refúgio para a fauna predominante da bacia.

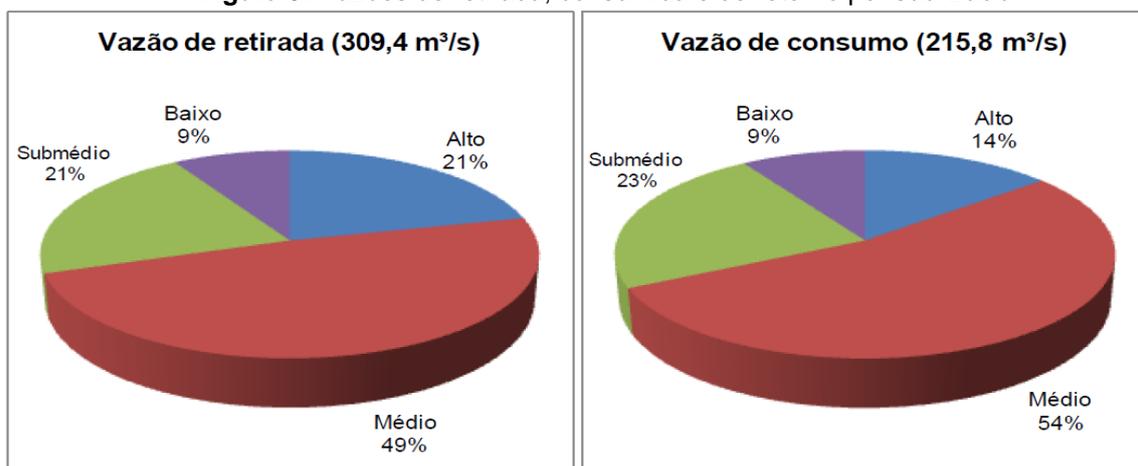
O Médio São Francisco demanda a maior quantidade de água da bacia e com baixo retorno para ela, conforme Tabela 6, e pode ser explicado pela expansão dos projetos de irrigação na região (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007; CBHSF, 2015).

Tabela 6. Vazões de retirada, consumida e de retorno por sub-Bacia

Sub-Bacia	Vazão (m ³ /s)		
	Retirada	Consumo	Retorno
Alto São Francisco	66,124	30,336	35,788
Médio São Francisco	150,413	115,804	34,609
Sub-Médio São Francisco	66,061	49,9	16,16
Baixo São Francisco	26,848	19,736	7,112
Total	309,446	215,776	93,669

Fonte: ANA (2013, 2015); CBHSF (2015) – Adaptado pelo autor

Figura 9: Vazões de retirada, consumida e de retorno por sub-Bacia.



Fonte: ANA (2013, 2015); CBHSF (2015)

O aumento significativo das demandas totais de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco entre 2000 e 2010 pode ser explicado pela expansão dos perímetros irrigados dentro da bacia, tendo em conta o aumento da demanda de água neste setor (de 114,0 m³/s para 244,4 m³/s - 114%). Essa explicação também é corroborada pela evolução das demandas por região fisiográfica, dado que foi na região do Médio - à qual estão associados o maior

número e área de estabelecimentos agropecuários - que os valores de demanda cresceram mais, representando 50% das áreas irrigadas da bacia. Médio e Sub-Médio representam juntos 77% da área irrigada, com destaque para o Norte de Minas e a região Norte da Bahia e Sul de Pernambuco (ZELLHUBER e SIQUEIRA, 2007; CBHSF, 2015).

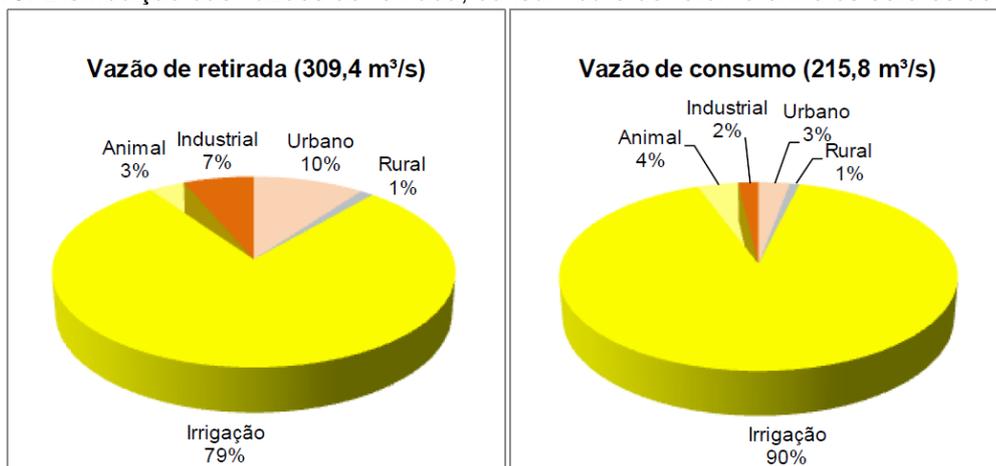
A Tabela 7 mostra os valores das vazões de retirada, de consumo e de retorno por setores de usuários, revelando a voracidade da irrigação neste consumo, representando 79% da retirada e 91% do consumo.

Tabela 7. Distribuição das vazões de retirada, consumida e de retorno entre os setores de usuários

Setor	Vazão (m ³ /s)		
	Retirada	Consumo	Retorno
Abastecimento Urbano	31,314	6,263	25,052
Abastecimento Rural	3,720	1,862	1,858
Irrigação	244,382	195,506	48,876
Criação Animal	10,210	8,174	2,036
Abastecimento Industrial	19,819	3,972	15,847
Total	309,446	215,777	93,669

Fonte: CBHSF (2015)

Figura 10: Distribuição das vazões de retirada, consumida e de retorno entre os setores de usuários.



Fonte: ANA (2013, 2015); CBHSF (2015)

Os empreendimentos agropecuários presentes na bacia do rio São Francisco, particularmente as grandes monoculturas, utilizam-se de agrotóxicos e adubos químicos em grande quantidade nos projetos de irrigação e intensificam a contaminação dos afluentes e através das águas subterrâneas, aliado às

implicações do desmatamento na aceleração do processo erosivo do solo (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007; PEREIRA, 2015).

Os boletins regionais de qualidade da água do ano de 2013 das estações do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) localizadas em Minas Gerais e em uma estação no rio Preto na divisa Distrito Federal/Goiás, disponíveis no Portal dos Comitês das sub-bacias, indicaram contaminação fecal, orgânica e de presença substâncias tóxicas, porém, sem informação específica da presença de agrotóxicos na água, pois se torna difícil a comprovação desses elementos na água através de exames (IGAM, 2015).

Outra alteração que sofrida pela bacia foi a construção das usinas hidrelétricas. A sua implementação e operação impacta profundamente o ecossistema, a vida das pessoas e a economia no eixo do rio São Francisco, alterando ainda os ciclos de vazão, o que compromete a vida das espécies que dependem desses ciclos para a sua reprodução, além de inviabilizar reduzir e até extinguir a agricultura de vazante em alguns locais. “O Velho Chico só não virou um retrato de parede, porque suas águas são eternas e dia e noite movimentam as gulosas turbinas.”¹⁷

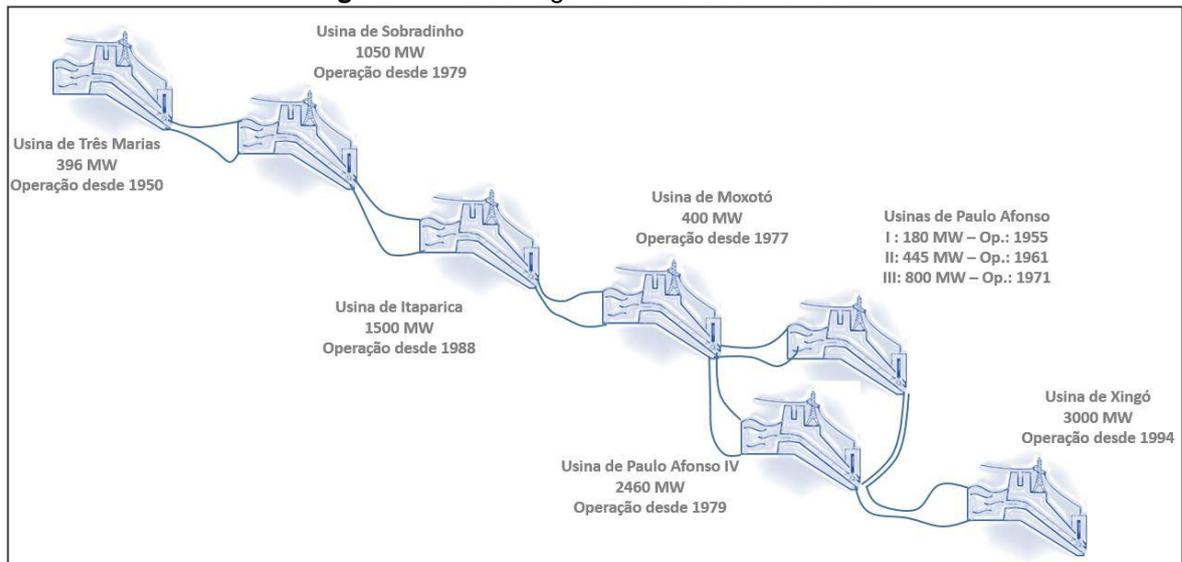
Figura 11: Peixes tentando vencer a cascata do vertedouro da usina de Três Marias.



Foto: O autor (2003) – Arquivo pessoal.

As sete hidroelétricas construídas foram responsáveis pela realocação forçada de famílias atingidas pelas barragens, alterando significativamente os seus modos e meios de vida.

¹⁷ Marco Antônio T. Coelho, *Os Descaminhos do São Francisco*, p.11.

Figura 12: As barragens no Rio São Francisco.

Fonte: ANA (2017). Elaborado pelo autor.

As construções das barragens as quais auxiliam na geração de energia elétrica para grande parte do país são grandes responsáveis pela alteração natural do curso do rio, bem como pelas modificações no ambiente de trabalho dos pescadores artesanais.

Sobre esse aspecto, Holanda et al. (2005, p. 97) afirma que:

[...] com os barramentos ao longo da calha do rio, o regime fluvial foi modificado, alterando o regime de cheias e vazantes, comprometendo as atividades econômicas tradicionais (agricultura de várzeas e pesca artesanal); a reprodução dos peixes (piracema) e a estabilidade das margens que vem sendo erodidas, resultando em forte sedimentação da calha principal do rio (tornando o rio mais raso) [...] (HOLANDA et al., 2005, p. 97).

Silva (1999, p. 62) diz que:

A bacia hidrográfica do Rio São Francisco tem sido alvo dos interesses expansionistas das políticas brasileiras de desenvolvimento, responsáveis pelo acelerado processo de destruição socioambiental, por meio da construção de hidrelétricas e da implementação de projetos de irrigação desconsiderando a necessária gestão sustentável dos recursos hídricos.

Diegues (2004) também afirma que a construção de barragens, indústrias e hidrelétricas também está fortemente direcionada a agentes determinantes de impactos negativos aos ecossistemas, promovendo desmatamento, contaminação dos recursos hídricos e modificações nas comunidades humanas, que vivem direta ou indiretamente destes recursos.

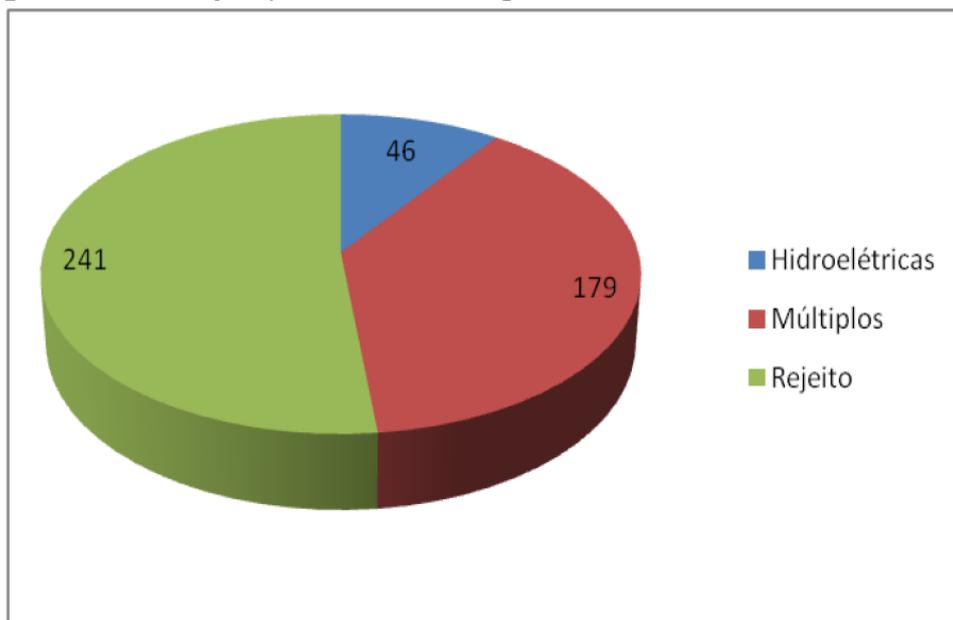
Segundo Zellhuber e Siqueira (2007), a bacia do Rio São Francisco detém um percentual significativo do universo da atividade de mineração do país. Além do alto consumo das águas da bacia, o CBHSF (2015) revelou em seu estudo um agravamento da contaminação industrial, na qual se enquadra a atividade de mineração, principalmente no Alto São Francisco.

A mineração (principalmente dos pequenos empreendimentos) surge também como uma atividade geradora de impactos, principalmente no Alto São Francisco: contaminação da água com metais pesados, lixiviação e disposição inadequada de rejeitos, degradação do solo. No Sub-Médio, há também relatos de contaminação associada a mineração (CBHSF, 2015, p. 196).

Casos emblemáticos de contaminação foram os rompimentos das barragens de contenção de rejeitos de minérios da sub-bacias do Córrego de Macacos e, mais recentemente o caso da barragem de Mariana. O primeiro, localizado na região das cabeceiras do Rio das Velhas, no Alto São Francisco.

De acordo com o CBHSF (2015), há uma predominância das barragens de rejeito mineral e industrial (52%) na região do Alto São Francisco, dada a importância que a atividade de mineração tem no estado de Minas Gerais, conforme mencionado anteriormente. A Figura 9 mostra a distribuição das barragens da bacia na região do Alto São Francisco.

Figura 13: Distribuição, por usos, das barragens cadastradas no Alto São Francisco.



Fonte: CBHSF (2015)

Figura 14: Mineração em Minas Gerais – Três Marias/MG.



Fonte: Meu Velho Chico (2011). Disponível: <http://meuvelhoclico.blogspot.com.br/2012/04/luta-dos-pescadores-contra-mineradora.html>

Com esse número elevado de empreendimentos de mineração na bacia, a atividade está sempre em discussão (SILVA et al., 2014) nos debates sobre os conflitos relacionados aos usos múltiplos de água da bacia hidrográfica, que opõem em geral, de um lado os grupos socioeconômicos de maior poder, do outro os grupos mais vulneráveis como: populações ribeirinhas, comunidades tradicionais, pequenos agricultores e povos indígenas.

A extração vegetal para atendimento dessas indústrias de mineração de Minas Gerais, conforme Gonçalves e Oliveira (2009), promoveu a expansão das áreas de cultivo do eucalipto, conseqüentemente a concentração da propriedade das terras e sua superexploração, sobretudo no Alto e Médio São Francisco, trazendo impactos socioambientais à região como: conflitos fundiários, rebaixamento de lençóis freáticos, desmatamento da vegetação natural, contaminação das águas, do solo e do ar e desequilíbrio hídrico nas áreas plantadas com eucalipto.

De acordo com o CBHSF (2015), outro fator que está causando danos à bacia do Velho Chico é extração de carvão vegetal. A região do Semiárido é considerada susceptível a desertificação e a extração do carvão vegetal contribui de maneira significativa para esse processo.

Nessas áreas, a população apresenta alta dependência dos recursos naturais, principalmente, na forma de extrativismo, sendo a extração do carvão

vegetal uma das poucas fontes de renda, além do corte da vegetação para produção de lenha para uso doméstico. A extração em escala industrial, sem um plano de manejo florestal adequado, favorece a redução das áreas de florestas nativas, expondo o solo à erosão e à perda de sua fertilidade (CBHSF, 2015).

A contaminação das águas da bacia do São Francisco não se limita as atividades agropecuárias e de mineração. Outra fonte de poluição é a falta de tratamento de esgoto e descarga de efluentes sem tratamento no solo em grande parte dos municípios que compõem a bacia, apresentando baixos índices de coleta de resíduos sólidos e têm os lixões “a céu aberto”, como principais destinos destes. Já o estudo do CBHSF (2015) identificou essa fonte de poluição em muitos dos municípios da bacia hidrográfica, contudo, foram constatadas ações com vistas a melhoria dos índices atendimento em grande parte das regiões fisiográficas do São Francisco. O tratamento adequado é necessário para que as a redução da pressão dos mananciais da bacia do Velho Chico (CBHSF, 2015).

A ausência de condições básicas constatadas nas cidades, conforme mencionado indicam uma deficiência ainda maior nas comunidades mais carentes. Gonçalves e Oliveira (2009) chamavam a atenção em seu estudo nas comunidades de pescadores artesanais no Rio São Francisco, à época, corroborado por Kuhn (2009), Peixoto (2011) e Oliveira (2012), sobre a ausência de infraestrutura e saneamento e sobre a falta de priorização estatal a esse “problema social” latente.

Todos os fatores de degradação ao longo da bacia hidrográfica do Rio São Francisco acabam impactando negativamente nas populações mais pobres que ali vivem, configurando-se dessa forma uma “injustiça social”, o que é próprio das sociedades desiguais (ZELLHUBER e SIQUEIRA, 2007).

Apesar de o Indicador de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ter crescido entre 1991 e 2010 em todas as regiões fisiográficas da bacia, as diferenças de desenvolvimento entre elas tem sido mantida, com níveis de renda, escolaridade e longevidade baixos nas regiões mais ao norte da bacia (CAMELO FILHO, 2005).

Cordell (2001) aponta que para minimizar esses impactos negativos à sociedade, torna-se imprescindível um programa abrangente de revitalização do Rio São Francisco que parta de uma visão ecossistêmica dos problemas da Bacia e ataque de forma igualmente sistemática as principais causas de degradação do Rio. Esses programas de revitalização devem contemplar, além da participação das instituições, a participação social é indispensável para o seu sucesso, devendo

considerar a complexidade das ações e entrar veementemente nas causas da degradação.

Na opinião de Kuhn (2009), essa participação Social nos projetos e programas de revitalização do Velho Chico deveria contemplar o envolvimento, especialmente das comunidades tradicionais de pescadores artesanais, quilombolas, índios, fundos de pasto e os ribeirinhos em geral, pois são eles que sofrem, de maneira direta, as ações de degradação.

3. MODOS E MEIOS DE VIDA E TRABALHO DOS PESCADORES EM JANUÁRIA-MG

Estudar a vida e o trabalho dos pescadores artesanais de Januária-MG, por meio de uma conjuntura socioeconômica que se encontra em um progressivo processo de mudanças, em que o trabalho e os meios e modos de vida e trabalho parecem passar por uma acelerada transformação em suas formas de exercício e comportamento, é bastante desafiador.

Desafio este que ocorre em detrimento da complexidade de se compreender como o pescador artesanal se concebe numa perspectiva de futuro incerto em relação a continuidade da atividade que historicamente garantiu seu sustento. As condições sociais de Januária servem como referência para compreender em qual realidade social os pescadores artesanais dessa cidade, localizada no alto-médio São Francisco, em meio às constantes movimentações em busca de melhoria de vida, se estabeleceram.

Figura 15: O pescador em sua casa nas margens do São Francisco, em Januária-MG



Foto: O autor (2017)

As condições de vida dos pescadores artesanais de Januária, assim como dos pescadores de toda a bacia do São Francisco, retratam uma forma de vida simples, muitas vezes morando em casas feitas de adobe e de chão batido, como é apresentado na figura 15.

As entrevistas realizadas, as observações durante a convivência com pescadores no período, bem como as informações bibliográficas obtidas sobre atividade pesqueira artesanal, contribuíram com informações relevantes para uma melhor compreensão das formas de percepção socioambiental e fortalecimento das relações de manutenção cultural. Ao proporcionar a articulação entre a dimensão social e dos problemas ambientais, tem-se subsídios para o estabelecimento de programas sociais que visem a melhoria da qualidade de vida dessa categoria.

Silva *et al* (2015) traz que, devido ao baixo esforço de pesca e improbabilidades e inconstâncias do clima, tempo, exequibilidade de peixes, entre outros fatores determinantes que alteram as estratégias utilizadas e as viagens em busca do pescado, o ambiente natural de exploração da pesca artesanal sofre constantes transformações, contudo as atividades estão cerceadas ao limite determinado pelo meio ambiente.

A decadência na qualidade do ambiente aquático devido à eutrofização, a poluição e as modificações feitas pelo homem vêm levando a uma redução da capacidade dos peixes nativos de se adaptarem, por meio da reprodução natural, à pressão pesqueira (ANDREOLI, 2005).

A pesca é a mais afetada em decorrência dos problemas citados. Deste modo, o pescador artesanal passou a ter que ir em busca de novos meios, técnicas e uso de novos petrechos de pesca, às vezes com um potencial predatório maior, como é o caso de Januária que, por meio da análise realizada, verificou-se que alguns pescadores praticam a pesca com a rede de arrastão, com alto poder de predação. As técnicas com baixo poder de predação já não conseguem capturar as espécies mais procuradas pelos pescador. Apesar disso, as técnicas utilizadas na pesca artesanal em Januária são: a pescaria de lance de rede; a pinda(ou caceia); o “terreino”; a pescaria no aço (espinhel com cabo de aço); pescaria de linhada de mão; lance de tarrafa; e a rede de espera.

Em Januária, as comunidades pesqueiras, por viverem mais afastadas dos centros urbanos mais avançados ou pelo menos enfrentando dificuldades para manter com estes um relacionamento frequente, desenvolveram hábitos próprios de

consumo: elas centralizaram suas atividades no extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça, procurando o quanto possível a autossuficiência, sem objetivos de comercialização. Em seu livro, “O Rio São Francisco – Fator Precípua da existência do Brasil”, Rocha (1993) afirma que, no geral, todos os membros das famílias estão envolvidos no processo de trabalhos que são executados, observando-se inclusive o trabalho de crianças, que muitas vezes deixam de frequentar a escola para ajudar os pais na lida. Esta cultura comunitária é ampliada cada vez mais, na medida em que os filhos crescem e se casam, formando outros núcleos familiares, e alguns casos, até mesmo novas comunidades.

3.1.1 Os saberes da pesca no Alto-Médio São Francisco

A pesca artesanal abrange uma diversidade de modalidades de técnicas, além do instrumental técnico utilizado nas capturas, é fundamental considerar a forma de organização social das pescarias para uma definição da pesca artesanal.

Figura 16: O pescador artesanal J.P.. A pesca de tarrafa no São Francisco em Januária-MG



Foto: O autor (2018)

Em Januária, apesar de existir outros tipos de pescaria, como a pesca esportiva, observou-se que quase a totalidade dos pescadores é fundamentalmente artesanal, pois pescam para o sustento de suas famílias e o excedente é vendido no próprio município diretamente ao consumidor final e, às vezes, aos atravessadores.¹⁸ Assim, a pesca artesanal é uma alternativa de renda para os moradores dessa região que, de forma geral, exploram ambientes próximos aos municípios e até mesmo das próprias residências, uma vez que é comum não possuírem transporte próprio, além da sua canoa, o que acaba por limitar o raio de ação desses pescadores.

Figura 17: A pesca de rede armada.



Foto: O autor (2018)

Alguns elementos tornam a pesca artesanal uma atividade econômica relevante, como a exploração extrativista e o ambiente de incerteza. Na exploração extrativista, a pesca deve ser feita de forma sustentável, respeitando a legislação vigente, e também as regras biológicas e naturais, não sendo fácil a administração

¹⁸ Atravessador é a pessoa que compra o pescado do pescador artesanal e o comercializa no próprio município ou em outras cidades maiores, como Montes Claros e Belo Horizonte, ambas em Minas Gerais.

desta sustentabilidade. Cordell (2001) afirma que a pesca extrativa é a captura de organismos aquáticos, do meio onde se desenvolveram e vivem de forma natural, podendo ter a finalidade de abastecer o mercado consumidor com a comercialização do produto ou de subsistência do pescador.

Para Giulietti e Assumpção (1995), o extrativismo na produção desses pescadores artesanais é importante na composição do pescado, pois, capturam peixes, sendo aproveitados na sua quase totalidade. A capacidade de reposição dos estoques pesqueiros está sujeita não apenas à ação exploratória, mas também a inúmeras variáveis de origem natural, que nem sempre são previsíveis, e não possíveis de serem controladas pelo homem.

Os pescadores artesanais do Médio São Francisco possuem conhecimentos sobre a ecologia e o comportamento dos peixes, gerando informações importantes para a conservação e o manejo, como a abundância e comportamento dos peixes capturados ou a situação da pesca no passado, de suma importância no extrativismo da pesca.

Nesse contexto, Pereira (2015, p. 206) afirma que:

No processo de transformação por que passou o Rio São Francisco nas últimas cinco décadas, refletindo diretamente na vida e na prática laboral dos pescadores artesanais, estes parecem a cada dia, estranharem o seu trabalho, desfigurado pela inserção de novas tecnologias, regulado por dezenas de leis e sendo inseridos numa lógica da produção do pescado (aquicultura), minimizando a prática da captura, ou seja, sua milenar característica extrativista; além disso, esses pescadores cada vez menos têm reconhecido o produto do seu próprio trabalho (o peixe), não apenas porque os peixes têm mudado os seus hábitos num rio desfigurado, ou porque espécies não originárias do São Francisco foram aí inseridas, mas pela “vida própria” que o produto-peixe tem ganhado, valendo muito mais que o próprio trabalho do pescador. Em meio a uma conjuntura em que a água do rio e as matas que sustentam as fontes desse rio se veem exploradas por empresas privadas e públicas, e que em nome do capital e do lucro de alguns, são apropriadas, reguladas, os pescadores artesanais, homens e mulheres que nasceram e cresceram com tais riquezas naturais, acabam por serem estranhos ao seu próprio ambiente de trabalho. Nessa condição, para terem acesso ao ambiente que sempre “lhes pertenceu”, agora para manterem a si e suas famílias, são compelidos a disputarem seu espaço neste Rio São Francisco.

Para Godinho e Godinho (2003), a pesca artesanal não é apenas uma profissão. É uma maneira de viver, de se relacionar com a natureza, é responsável também pela conservação de diversos ecossistemas existentes no país, pois a comunidades pesqueiras extraem da natureza o que ela é capaz de repor, conseguem conciliar de forma harmoniosa a sua sustentabilidade e a

sustentabilidade ambiental nos recursos utilizados. Essa relação é caracterizada principalmente pelo conhecimento que as comunidades têm da natureza e o respeito por ela.

3.2 O registro na colônia de pescadores e a habilitação para a pesca

Carvalho e Espíndula (2014) trazem que o Código de Pesca de 1967 definia a pesca segundo a finalidade do agente que a realizava. Existia três amplos grupos de agentes: o pescador profissional, o pescador amador e o cientista. Ao amador era permitida apenas o uso de embarcações para a prática de pescaria recreativa, sem haver nenhuma finalidade comercial. Aos cientistas, igualmente a pesca não comercial era autorizada. A única categoria autorizada legalmente à pesca com intuito comercial foi o pescador profissional.

De acordo com Barreto (2016), entre os pescadores profissionais, o Código de Pesca de 1967 não apresentava qualquer categorização. Conceituava unicamente o pescador profissional, como sendo aquele que faz da pesca sua profissão e seu meio principal de vida. Isso porque a distinção entre as categorias de pescadores não constituía o principal foco do Código de Pesca. É possível visualizar essa afirmação pelo próprio teor dos demais artigos do Código, cuja preocupação era a definição da atividade pesqueira para a concessão de benefícios às empresas pesqueiras, tais como isenção de impostos¹⁹.

Nesse contexto, com relação ao pescador profissional, Oliveira (2012, p. 15) traz que:

[...] alguns direitos já eram garantidos em 1967, como receber remuneração durante o período de vedação legal à pesca de determinadas espécies (conhecido como defeso), além da contagem do tempo para a aposentadoria obedecer a regras especiais. Tais regras para aposentadoria especial são previstas não no Código de Pesca, mas no artigo 31 da Lei nº. 3.807, de 1960, abrangendo todos os trabalhadores em condições penosas e/ou insalubres. Mas esses direitos não eram estendidos aos pescadores autônomos artesanais. Isso porque os pescadores artesanais são autônomos, não sendo partes de um contrato formal de trabalho. O acesso

¹⁹ Cumpre lembrar que o Código de Pesca foi publicado na época do Regime Militar Brasileiro, instaurado em 1964, quando foi deposto o presidente João Goulart. Seguiu-se, à época, a ideologia de estímulo ao desenvolvimento nacional (ou perseguia-se a idéia de Milagre Econômico Brasileiro), cuja meta era promover desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco”.

aos direitos trabalhistas e previdenciários para esse grupo autônomo sempre foi um grande esforço dos pescadores e das suas Colônias.

Em 2003, segundo Kuhn (2009), o estabelecimento do Registro Geral de Pesca facilitou aos pescadores comerciais, tanto industriais como artesanais, comprovar atividade pesqueira e usufruir dos benefícios assegurados à sofrida categoria profissional – dentre eles a aposentadoria em menor tempo de contribuição para a Previdência Social, seguro desemprego nos períodos de defeso e benefício de auxílio doença e por acidente de trabalho.

O Artigo 202 da Constituição Federal de 1988 inclui os pescadores artesanais, assim como os agricultores familiares, ao direito à aposentadoria pelo regime especial de previdência rural, sem contribuição compulsória. Assim, colônias de pescadores, que também funcionam como organização sindical, se encarregam de atestar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a condição de pescador artesanal, da mesma forma como ocorre com os agricultores familiares nos sindicatos de trabalhadores rurais (STR). A inclusão do agricultor familiar, do garimpeiro e do pescador artesanal no regime especial de previdência é vista como sendo “uma das mais importantes políticas de superação da pobreza”²⁰, especialmente na maioria dos pequenos municípios.

É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal; (BRASIL, 1988)²¹

O pescador J.B.S, 66 anos, afirma que “Possui registro na colônia de pescadores, contribui para INSS e usufrui do benefício da aposentadoria.

²⁰ Rômulo Soares Barbosa, *Entre Igualdade e Diferença: Processos Sociais e Disputas Políticas em Torno da Previdência Social Rural no Brasil*, p.261.

²¹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/430144/artigo-202-da-constituicao-federal-de-1988>

O mesmo foi dito por L.H.P.C, 56 anos, que afirmou ser registrado na colônia de pescadores e contribui com seguro da colônia e pretende se aposentar nos próximos anos.

Barreto (2016) acrescenta que até o estabelecimento do Registro Geral, houve, na prática, concomitantemente dois regimes jurídicos para os pescadores – um destinado aos pescadores profissionais da indústria da pesca e outro para os pescadores artesanais. Estes só passaram a ser igualmente considerados aos pescadores industriais, para fins previdenciários, em 2003. Tal discrepância releva o descaso em relação ao modo de produção estruturado na pesca artesanal.

Posteriormente, em 2009, a lei 11.959 regulamentou um conceito operacional e jurídico de pesca artesanal, objetivando o reconhecimento legal dessa atividade. A pesca artesanal foi inserida na atual lei de pesca (2009) como modalidade de pesca comercial, “praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar”²² (BRASIL, 2009).

Mendonça e Lucena (2012, p. 175) trazem que:

O pescador profissional é a pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no Brasil, que conta com licenciamento de órgão público para a execução da atividade pesqueira. Portanto, para a realização da pesca artesanal é necessário registro do pescador junto ao órgão competente – que no caso são as Colônias de Pescadores.

Para Peixoto (2011), definir juridicamente a pesca artesanal foi relevante em dois níveis. Primeiramente, a regulamentação da atividade permite o reconhecimento profissional dos trabalhadores. E dessa maneira, o pescador passa a resguardar para si todos os direitos sobrevividos das atividades laborais, especialmente em relação aos benefícios previdenciários. E, por último, porém não menos importante, a regulamentação serve como maneira de afirmar políticas públicas de estímulo a atividades comunitárias e não-industriais, atividades negligenciadas e, inclusive, suprimidas pelos regimes autoritários brasileiros.

De acordo com Souza e Santos Filho (2013), equiparou-se à atividade pesqueira, pela referida lei, “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”. Por essa previsão, a pesca artesanal buscou considerar como pescador tanto o sujeito embarcado, como o

²² Conforme o que se depreende do artigo 19 da Lei n. 11.959, de 2009.

produtor de petrechos de pesca (equipamentos manufaturados como redes e espinhéis²³, por exemplo).

Entretanto, em conformidade com Silva e Leitão (2011, p. 08)

O próprio texto legal determina que tal equiparação somente é considerada para os efeitos da própria lei. Então, o alcance da equiparação dessas atividades à pesca artesanal não atinge a legislação previdenciária e trabalhista. O limite da lei é a concessão de crédito para estímulo da atividade pesqueira artesanal. Ou seja, a equiparação só ocorre para conceder financiamentos especiais.

Nesse contexto Oliveira (2016) aponta que os trabalhos de produção de petrechos e processamento de pescado somente serão considerados pesca artesanal para as definições da própria lei – como para a concessão de crédito rural e financiamentos (benefícios que anteriormente não eram estendidos à pesca artesanal). Quanto à garantia e extensão dos direitos sociais dos pescadores artesanais aos pescadores equiparados, a ausência de tutela jurídica persiste.

O objetivo da lei de 2009 é estimular a prática pesqueira artesanal por via de empréstimos bancários sujeitos a baixas taxas de juros. Não há qualquer concessão de benefícios por parte da lei de 2009 às comunidades que já foram dizimadas pelas políticas estatais antecedentes para a industrialização do setor pesqueiro (PEIXOTO, 2011).

Na colônia de pescadores de Januária existem cerca de 1.200 pescadores artesanais cadastrados que estão espalhados na área de atuação da colônia, que abrange outros municípios. Desde 2012 não estão emitindo mais carteiras, nesse contexto, o pescador L.H.P.C se manifesta sobre a não emissão nos últimos anos:

Desde 2012 não estão emitindo mais carteiras. Porque senão, se tivesse emitindo também, Ave Maria! Tinha pescador muito mais ainda. É bom de um lado, mais também é ruim de outro, porque tem muito filho de pescador que precisa da carteira e não pode, não está emitindo. O Governo deveria ver a situação para quem precisa mesmo e quem não precisa. É complicado, pro governo a fiscalização tem que ser muito forte, porque pra eles todos são iguais, tendo carteira, todos são pescadores. E tem muito! (Pescador L.H.P.C.. Entrevista realizada em 19 de novembro de 2017)

O fato de o governo não estar emitindo mais registros de pesca revela uma deficiência no controle e descaso com a atividade da pesca artesanal.

²³ Estruturas dotadas de uma linha central firme, de onde partem linhas secundárias, dotadas de anzóis nas pontas.

Contudo, cumpre se salientar, segundo Sousa e Santos Filho (2013), que a legislação do setor não apresenta qualquer dispositivo que assegure aos trabalhadores da pesca direitos sociais. Na verdade, a legislação atual é eficiente para promover estímulos creditícios, mas não para garantir o acesso dos trabalhadores a seus direitos. Tal omissão dificulta não somente o exercício dos direitos dos pescadores, mas especificamente obsta o reconhecimento das mulheres como pescadoras profissionais. A seguir, um breve relato sobre o trabalho dessas mulheres, invisíveis para as instituições estatais e fundamentais em suas comunidades.

3.3 A qualidade de vida e escolaridade dos pescadores

Conforme Andreoli (2007), os pescadores artesanais são aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos aos rios, pois em geral os equipamentos e aparelhagem utilizadas para tal fim possuem pouca autonomia.

Moreno (2015) traz que o que pode ser observado em todas as regiões ao largo do Rio São Francisco é que a pesca artesanal é desenvolvida principalmente pelas comunidades ribeirinhas, onde problemas sociais como o desemprego e a baixa escolaridade são evidentes, tendo, desta forma, na pesca, a principal fonte de se adquirir alimento e alguma remuneração para o sustento da família.

Confirmando as alegações acima, Diegues (2004, p. 96) preceitua que:

Os pescadores artesanais trabalham na maioria das vezes sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, de ambos os sexos e com grande amplitude etária. Esse resultado apresenta uma questão de identidade, muito comum na pesca, onde vários indivíduos, e em especial as mulheres, não se identificam como pescadores, considerando-se apenas pescadores de oportunidade ou como um ajudante, geralmente de algum pescador profissional com forte vínculo familiar.

Com relação a escolaridade, foi possível observar, por meio do diálogo com os pescadores artesanais da cidade de Januária que o grau de escolaridade é baixo e o número de filhos ou dependentes é elevado.

Nesse contexto, de acordo com dados IBGE (2010), 50,2% da população brasileira não tem nenhum grau de instrução ou tem o ensino fundamental incompleto, não sendo, portanto, esse resultado exclusivo dessa classe. Mesmo assim, o nível de escolaridade entre os pescadores do médio São Francisco é considerado baixo.

Alencar e Maia (2011), afirmam que 75% dos pescadores brasileiros possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Na região Nordeste, os mesmos autores afirmam que 72% possuem o até o ensino fundamental incompleto. Já Ramos (2001) observou que a escolaridade máxima encontrada na região do médio São Francisco foi a terceira série do ensino médio (incompleto). Todos os dados, apresentando similaridade, onde a maioria dos pescadores possui apenas o ensino fundamental incompleto, dificultando a organização e desenvolvimento da pesca artesanal, no que diz respeito ao conhecimento e busca pelo setor e seus direitos. Além de dificultar também a realização de capacitações, com a finalidade de melhoraria da atividade.

As causas de evasão escolar e a importância do ensino, ou grau de instrução, dentro da atividade pesqueira, se fazem importantes para que o poder público possa atuar, gerando mais oportunidades, melhores condições de atuação dentro do setor pesqueiro.

No médio São Francisco é possível observar que a pesca é uma atividade familiar, como descrito por Diegues (2004) de esta ser uma das características da pesca artesanal, visto que a grande maioria dos pescadores artesanais ingressou na atividade por influência de algum familiar (pai, cônjuge ou outro parente), sendo o pai o principal incentivador. No entanto, esse quadro não é uma exclusividade da atividade pesqueira, de acordo com Camelo Filho (2005), a influência dos pais nos processos da escolha profissional dos filhos ocorre continuamente nos processos de interação dentro dos grupos familiares, algo iniciado na infância.

De acordo com Barreto (2016), apesar de um grande número de pescadores relatarem que permanecem na atividade por falta de opção, a maioria afirma que permanece por realmente gostar da pesca. Verifica-se que pescadores mais antigos tendem a se referir à profissão com mais ênfase.

Um exemplo da escolaridade e do tempo de serviço dos pescadores artesanais é o J.B.S, um entrevistados para esta pesquisa. O pescador afirma que mora há 40 anos no mesmo endereço e a 36 trabalha na roça às margens do rio.

Casado, separado e convive com sua atual mulher. Possui 66 anos de idade e estudou até o segundo ano primário.

Já o pescador L.H.P.C, 56 anos, morador da comunidade de quilombola, reside no mesmo endereço desde 1979 e estudou apenas a quarta série.

Essa observação leva a crer que seria preciso avaliar o interesse dos pescadores na atividade por estrutura etária, de maneira a se inferir sobre o futuro da atividade, a composição dos participantes e possíveis alternativas econômicas para as populações ribeirinhas tradicionais.

Cumprido relevante destacar que ainda que não possuam conhecimento através do estudo, eles possuem um grande conhecimento empírico, aquele que, é passado pelos mais antigos através de experiências vividas, por apresentarem mais tempo de atividade e contato com o meio ambiente. O conhecimento classificado como tradicional, permite que esses indivíduos estreitem suas relações com meio ambiente, possuindo informações sobre hábitos dos peixes, épocas corretas para a pesca respeitando a diversidade biológica do local (BERKES, 1995).

3.4 O trabalho familiar

De acordo com Andreoli (2007) a ampliação da compreensão de produção pesqueira, considerando as atividades de processamento dos peixes, de preparo e de conservação dos instrumentos de pesca, permite considerar que as mulheres não estão fora do universo pesqueiro.

De acordo com Cardoso (2001), as mulheres, de modo variado nas comunidades pesqueiras, realizam atividades que envolvem a captura de peixes (a pesca de linha de mão e pequenas redes), o beneficiamento do pescado (a salga do peixe, a evisceração), a manutenção dos instrumentos de pesca (a confecção e o reparo de redes e velas de canoa) e a comercialização de peixes.

Vários estudos apontam da divisão sexual do espaço como algo aprendido desde cedo pelo processo de socialização (CARDOSO, 2001; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2009; MENDONÇA, 2006; LIMA, 2003; MANESCHY, 1995; WOORTMANN, 1992) pautada no princípio da distinção entre tarefas femininas e masculinas. A socialização da mulher, em termos de aprendizagem, estaria

relacionada a um saber ligado a terra (a casa, o roçado), enquanto que a do homem ocorre pela aquisição de conhecimento acerca do manejo dos apetrechos de pesca, do navegar, do movimento dos rios e das marés (DIEGUES, 1983, p.199; LIMA, 2003, p. 33).

De acordo com Almeida (2003), a mulher era antes educada para cuidar de tudo o que estivesse relacionado a casa - filhos, marido, limpeza da casa, alimentação do grupo familiar - e ao roçado (espaço privado), enquanto que o homem era educado para trabalhar fora do domínio doméstico, no espaço público.

Pereira (2015) menciona que a realização das atividades pesqueiras, bem como a de outras atividades extradomésticas pelas mulheres é feita observando as necessidades do grupo familiar. As mulheres, geralmente, realizam os seus afazeres domésticos antes de saírem para a roça ou para a pesca. Há casos em que as filhas assumem as tarefas domésticas ou as mulheres pedem para uma vizinha cuidar do almoço. Em outras palavras, as mulheres tendem a conciliar a realização das atividades pesqueiras às domésticas.

Essa conciliação, quando não acompanhada pela conscientização de que as mulheres realizam várias atividades, dificulta o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras (PEREIRA, 2015).

Maneschy (1995) menciona o fato de algumas mulheres não considerarem o que fazem na pesca, na agricultura como trabalho, pois, muitas vezes, estas são realizadas para parentes e no âmbito doméstico. A esse respeito Lima (2003) argumenta que, quando as atividades não possuem valor econômico, são desqualificadas dentro da reprodução social. Ou seja, quando não remuneradas, estas não recebem o status de trabalho.

Outros estudos (RIBEIRO, 2003; MANESCHY, 1999; 1995; ESCALLIER; 1999; LIMA, 2003) demonstram que crianças, idosos, assim como as mulheres participam da realização da atividade pesqueira.

A participação destes, de acordo com Maneschy (1995, p. 147), "(...) têm uma funcionalidade para a organização da produção pesqueira artesanal, no que diz respeito a sua capacidade de reduzir custos quando diminuem as capturas ou os preços do pescado".

Na confecção e no reparo dos instrumentos de pesca, essa participação se reflete em uma estratégia para a pesca artesanal, visto que os pescadores possuem poucos recursos financeiros para dispender com essas atividades. Caso esses

tenham que fazer os reparos, significa dias de trabalho perdidos e sem pescado. Também corresponde à garantia de descanso dos pescadores para a lida da pesca, possibilitando que estes retornem ao mar todos os dias (MANESCHY, 1995, p. 162).

Escallier (1999) menciona que essa participação, bem como, a das mulheres, permite que o grupo familiar disponha de algum dinheiro enquanto os homens retornem ao rio; enquanto que Ribeiro (2003, p. 109) aponta a existência de uma divisão das atividades pesqueiras tanto pelo gênero quanto pela idade. “A diferença se constitui em relação à dificuldade ou o esforço exigido para a pesca, ou seja, mulheres e crianças fazem pescas mais simples, como a de catar”.

Essa última autora menciona o acompanhamento dos filhos e filhas das mulheres nas pescarias como uma característica da atividade pesqueira, a qual é transmitida por gerações. Essa característica diz de parte do aprendizado dos conhecimentos para o exercício futuro da profissão de pescador (MANESCHY, 1995, p. 165), bem como, se constitui como ajuda ao trabalho de homens e mulheres na pesca (LIMA, 2003, p. 51).

Lima (2003) menciona que as mulheres desempenham várias funções, são trabalhadoras polivalentes. Pois, ao mesmo tempo em que atuam na pesca e na atividade doméstica, também, desempenham atividades na agricultura, e, como caseira. No entanto, a autora chama atenção para o não reconhecimento das várias atividades que as mulheres realizam. O que para a autora contribui para o não reconhecimento das mulheres como participantes de uma atividade produtiva.

Com relação a esse aspecto Peixoto (2011) apontam para o afastamento das mulheres do setor pesqueiro ao se engajarem nessas atividades, sendo este decorrente dos processos de modernização que afetaram e afetam as comunidades pesqueiras.

A introdução de inovações tecnológicas suprimiram tarefas que antes exigiam a participação dos membros do grupo familiar na atividade pesqueira, como a utilização do gelo para conservar os peixes em substituição à salga e a secagem dos peixes, a qual era realizada pelas mulheres (MANESCHY, 1995, p. 151).

Oliveira (2005) situa que, em algumas comunidades pesqueiras, principalmente, do nordeste brasileiro, as mulheres perderam o espaço de realização de suas atividades com a chegada das plantações de cana-de-açúcar. As mulheres contribuíam, substancialmente, com o que produziam na roça, na criação de animais e no mangue, juntamente com o que o homem trazia do mar.

No entanto, o afastamento, não significa que as mulheres estão completamente fora do setor pesqueiro. Elas, de forma direta ou indireta, continuam a contribuir para a realização da atividade pesqueira em suas comunidades, pois o trabalho feminino sempre foi, e ainda é, realizado como complementar na dieta do grupo familiar. Os ganhos incertos da atividade pesqueira realizada pelos seus maridos, caracterizada por um período de entressafra e pelas regras de partilha da pesca artesanal, nunca foram suficientes para a sustentabilidade do grupo familiar (ESCALLIER, 1999; MANESCHY, 1995).

Nesse sentido,

Quer se trata da venda do peixe, de tecer redes ou consertá-las, alugar um quarto aos turistas, ou ainda vender-lhes frutas secas, bonecas em trajes típicos, etc., as atividades paralelas, normalmente acumuladas, permitem às mulheres de pescadores ter uma renda regular (...) [ou, mesmo, garantir a alimentação do grupo familiar]. (OLIVEIRA, 2005, p. 304)

No entanto, chama-se a atenção para a compreensão do caráter complementar na atividade feminina:

A complementaridade, que em princípio denotaria interdependência e, portanto, pressuposto para relações simétricas entre os sexos é tradicionalmente pensada em termos de ascendência dos papéis masculinos sobre os femininos, tidos como acessórios. Tal modelo ideológico é acentuado sob o capitalismo, na medida em que a noção de trabalho é associada à geração de renda monetária, concebendo-se como secundárias aquelas atividades não pagas, relacionadas ao consumo, como o preparo dos alimentos, sua distribuição e, logicamente, o cuidado com os seres humanos (MANESCHY, 1995, p.163).

Sobre essa temática, Woortmann (1992) partilha da compreensão de Maneschy, ao considerar que a complementariedade existente entre mulheres e homens na reprodução do grupo social era hierárquica. Mesmo antes das transformações no setor pesqueiro, quando as mulheres contribuía com o que produziam no roçado, juntamente com o homem que trazia do mar para a alimentação do grupo familiar. Sendo a identidade do grupo social formada a partir da figura masculina (o pescador), as atividades das mulheres, enquanto participantes das comunidades 'pesqueiras', foram e são pensadas a partir das realizadas pelos homens, que é a totalidade. Dito de outra forma, o trabalho feminino sempre foi pensado sob a ótica da ajuda ou relacionado ao trabalho do homem.

Contudo, um novo posicionamento com relação ao trabalho da mulher tem surgido. Com a valorização do pescado, com o aumento populacional e, conseqüentemente, com o aumento de pescadores às margens do Rio São Francisco, a prática pesqueira em larga escala (sobrepesca), e em alguns casos com pesca predatória, foi se tornando um elemento de minimização dos recursos que o rio possuía. Atualmente, uma noção que tem se tornado consensual é a de o Rio São Francisco está cada vez mais decadente no que diz respeito à quantidade de peixes.

Dessa forma, devido a diminuição da renda, a chefia da casa, que antes competia exclusivamente ao homem, passou a ser dividida com a mulher, que atualmente exerce atividade econômica na companhia, como suporte da atividade do marido ou ainda como mantenedora da casa. O que pode ser comprovado através do trecho abaixo:

Lá em casa quem trabalha é a mulher, eu venho para cá toda segunda-feira e volto no sábado e ela me ajuda na comercialização do peixe e das coisas que produz na roça. Ela vende as coisas na cidade e as pessoas vão lá em casa também para comprar. Me ajuda muito. (pescador J.B.S, entrevista realizada em 22/11/2017).

Além da conciliação entre as tarefas domésticas e pesqueiras, as mulheres também passaram a realizar outras atividades, como forma de complementar a renda familiar. As pesquisas (MENDONÇA, 2006; KUHN, 2009; DIEGUES, 2004) apontam para o engajamento das mulheres em outros setores, tais como a indústria, o turismo e o de serviços gerais. No município de Januária foi possível identificar a participação de mulheres atuando no setor de serviços gerais e de empregada doméstica.

Contudo, tais mudanças não ocorrem de repente. Foram construídas conforme as mudanças da sociedade ao longo dos anos e mediante as transformações sofridas pelo mercado de trabalho, conforme os padrões de desenvolvimento, valores e fatores culturais.

Desde quando o ser humano começou a produzir seus alimentos na agricultura, começam as definições de papéis comportamentais entre gêneros e, por conseguinte uma divisão sexual do trabalho. Assim as definições de papéis comportamentais e sociais entre gêneros eram muito bem representadas, na divisão sexual do trabalho, a mulher era marcada pela capacidade reprodutora e cuidadora,

enquanto o homem representava um papel associado à ideia de autoridade, chefe da família e de mando (ESPÍNDOLA, 2011).

É interessante apontar que mesmo sendo tolhida, a mulher desenvolveu diversos pontos positivos tais como: flexibilidade, sensibilidade diante dos problemas, poder de atenção e principalmente o capricho ao realizar suas tarefas, embora muitas vezes desenvolvidas com medo de desagradar seu cônjuge. O fato é que elas uniram tudo isso de forma a conquistarem seu espaço.

O trabalho feminino sempre esteve presente em toda a nossa história. Às mulheres eram designados os afazeres domésticos, como cuidar da casa, dos filhos, do marido, cosendo, limpando, lavando, passando e, por conta de exercer “apenas” estas atividades, ficavam à mercê de efetiva participação nas decisões do seu grupo social, figurando como donas-de-casa, que “nada” faziam. Esse trabalho mais doméstico foi substituído em parte na época da Revolução Industrial, em que as mulheres foram aceitas nas fábricas e o seu trabalho incentivado, porém trabalhavam em condições degradantes, em que nem mesmo as suas limitações fisiológicas eram respeitadas (SENA, 1997).

Já por volta do século XIX, após época de total omissão estatal, pois até então era permissivo com exacerbada exploração do trabalho, foram tomadas por parte de alguns governantes medidas de proteção à mulher, atitude gerada, igualmente, para impedir o desemprego masculino, tendo em vista que a proteção deveria vir para os trabalhadores em geral, e não direcionado especificamente ao trabalho da mulher, motivo pelo qual se percebe que a mulher estava representando, na verdade, uma concorrente para o trabalhador do sexo masculino.

Necessária se fazia a ingerência do Estado, não apenas no sentido de proteger os obreiros, mas proteger a todos, independente do sexo, e quando se tomaram medidas protetoras do trabalho da mulher, acabou por discriminá-la, restringindo o seu acesso ao trabalho.

Sobre esta legislação protetora Cesarino Júnior e Cardone (1993, p.344) fazem seu comentário:

Houve, assim, um interesse “coletivo” (masculino) em criar, uma legislação “protetora” do trabalho da mulher fora do lar. Para o trabalho doméstico não estavam voltadas as atenções, porque ele não criava concorrência com o mundo profissional masculino. Tampouco se cogitou, em momento algum, de dividir a carga doméstica entre os sexos, para aliviar a mulher. O que ocorria é que esta, tão explorada como os homens por longas jornadas de

trabalho, a isto ainda se acrescentava o serviço doméstico (CESARINO JR & CARDONE, 1993, p. 344).

O autor supracitado continua o pensamento explanando que: a atitude natural dos homens teria sido dividir com elas essa tarefa, como elas estavam dividindo com eles o sustento da casa. Mas eles preferiram manter a situação de supercarga para a mulher, esta, sim, discriminatória, pois uma mulher extenuada era sempre alvo de compaixão.

Através do Tratado de Versailles, em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, através dela, foi concedida proteção internacional ao labor feminino, estabelecendo o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, esses direitos foram estabelecidos na convenção nº 100, deste documento.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, inseriu nos seus artigos a repulsa às discriminações por conta do gênero. A partir da criação da OIT e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, iniciou-se um processo legítimo de proteção aos direitos da mulher, enquanto trabalhadora, introduzindo o princípio de igualdade de salário entre homens e mulheres e negando a discriminação em razão do sexo.

Nessa seara de proteção internacional ao trabalho da mulher, tem-se a Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (SENA,1997) ratificada pelo Brasil através do Decreto n. 89.460, de 20.03.1984. As últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI foram marcadas por profundas transformações na esfera econômica mundial.

Segundo Sanden (2005, p.2)

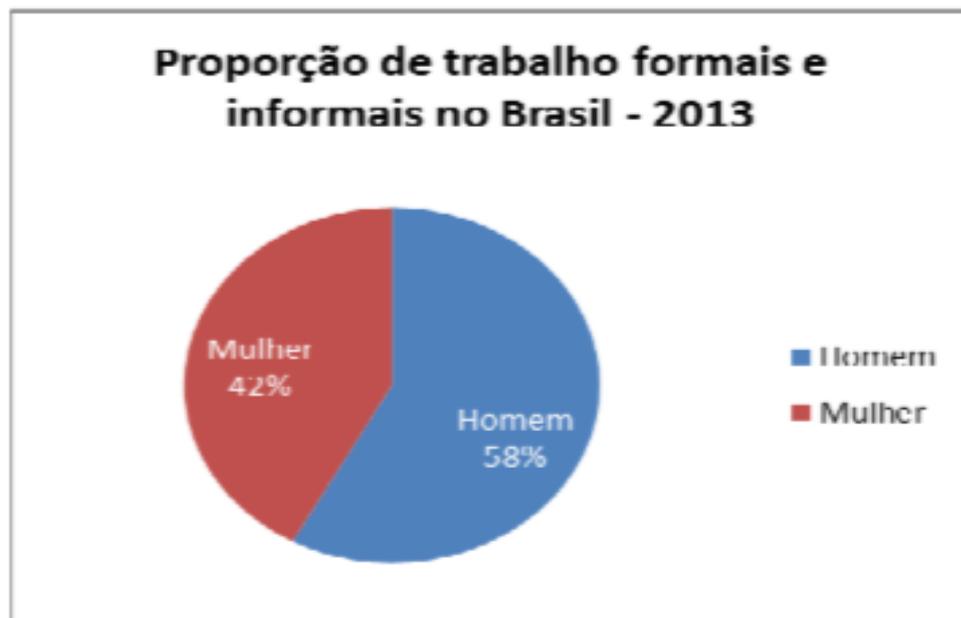
Um dos efeitos da globalização é a introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização e de gestão para elevar a produtividade, que são acompanhadas normalmente por uma redução do emprego. A nova estrutura empresarial é no sentido de aumentar a competitividade do seu negócio, aumentando o nível de valor adjunto e diminuindo o custo do trabalho.

Por este motivo qualquer mudança que envolve o mercado de trabalho poderá implicar em mudanças na estrutura familiar assim como na própria estrutura social (GELINSKI; RAMOS, 2004).

Sobre as mudanças ocorridas na economia mundial, destaca Nagem (2003, p. 151), que: “A passagem do século XX para o século XXI acompanhada de uma série de mudanças histórico – políticas e aliadas ao fenômeno da globalização estão trazendo diversas transformações no mercado de trabalho.” Assim, as mudanças podem ser percebidas no âmbito da estrutura produtiva, no modo de organização, na estrutura ocupacional, atingindo assim as relações de trabalho.

Com o intuito de evidenciar a situação fática vivenciada pelas mulheres do Brasil, foram elaborados os gráficos abaixo baseados em dados apresentados no quadro indicador do IBGE, realizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no que tange a “Proporção de pessoas de 16 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões; e a média de horas semanais dedicadas a estas atividades”.

Figura 18: Proporção de trabalhos formais e informais no Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, 2013.

O gráfico em questão representa a comparação entre homens e mulheres no que tange a proporção de trabalho, seja ele formal ou informal afim de que se observe a preterição destas em favor daqueles, pois apenas 42% (quarenta e dois por cento) dos postos de serviço são ocupados pelas mulheres enquanto 58% (cinquenta e oito por cento). Mas há também o outro lado da moeda. Observemos os dados da mesma pesquisa realizada no ano de 2005:

No comparativo com o estudo anterior do mesmo instituto, realizado em 2005, mostra que a porcentagem de mulheres trabalhando aumentou 2% (dois por cento), uma quantia relativamente pequena, mas que demonstra a modificação gradual no pensamento social, bem como do estereótipo determinado à mulher brasileira. Essa modificação apesar de ser expressivamente mais lenta do que almejada, faz-se necessária afim de que pensemos na mulher como igual em condições de trabalho, direitos e obrigações para com os homens.

Dados do IBGE apontam que a disparidade menor condizente à condição trabalhista da mulher se encontra na Região Norte, com 46% (quarenta e seis por cento) dos postos de emprego nas mãos das mulheres. Em segundo lugar, porém com uma margem amplamente acentuada, encontra-se a Região Centro-Oeste, com 42% (quarenta e dois por cento) dos serviços sendo realizados pelo gênero feminino. As regiões Nordeste, Sul e Sudeste apresentaram o mesmo percentual, onde apenas 41% (quarenta e um por cento) dos postos de trabalho estão nas mãos das mulheres.

Curiosamente, as regiões mais desenvolvidas são as que aparecem com maior grau de distorção nesse aspecto. Isso demonstra o problema indicado acima, que ocorre quando as mulheres são deixadas de lado, por características peculiares a estas, que são vistas como verdadeiros problemas pelo empregador, como a necessidade de cuidar dos filhos quando estes estão adoentados, possíveis faltas no serviço quando estas realizam os exames pré-natais, e principalmente, os meses relativos à licença maternidade, que são obrigatórios no Brasil.

Contudo, o mercado de trabalho da mulher não foi o único ponto a sofrer modificações. A partir do contexto histórico da pesca, uma maior inserção e participação da mulher no orçamento familiar, proporcionaram uma transformação em todo o trabalho da família.

O número de dependentes da pesca artesanal, normalmente, é alto, uma vez que as oportunidades de emprego são escassas. Sobra a pesca como alternativa, mas essa também vai seguindo escassa na capacidade do provimento dos mínimos vitais do grupo. Alguns dos pescadores admitem que trabalhar na pesca não foi fruto apenas das adversidades sofridas, mas tornou-se uma opção gratificante de trabalho. Outros admitem que a pesca é apenas uma forma alternativa e não realizadora de garantia da sobrevivência familiar.

Contudo, os filhos não partilham mais da mesma profissão dos pais. Quando questionado se incentivaria um filho a ser pescador artesanal, o pescador J.B.S, pai de oito filhos afirma que:

Hoje eu não incentivava um filho na pesca, porque geralmente é o seguinte: hoje tem muitas pessoas aí que às vezes ele aí, todo mundo quer ser pescador por causa do seguro, todo ano tem o seguro. Muitas 'vez' a pessoa não é pescador, é pescador de seguro, são pescadores de seguro. Então é o seguinte: Mas eu, hoje, do jeito que a pescaria tá, eu não incentivava meu filho ser um pescador, (pausa) porque não tá dando. Tá muito pouco, a perseguição tá demais. Não existe mais o peixe de tabela. Então não dá para sobreviver da pesca. (Pescador J.B.S, entrevista realizada em 22/11/17)

3.5 O pescador e a sociedade

Quando se fala da identidade do pescador artesanal, usar-se-á a definição de Hall (1999), que acredita que existem três concepções diferentes de identidade atualmente. A primeira seria a da pessoa única, autônoma e autossuficiente, sempre idêntica a si mesma e diferenciada das demais. É caracterizada pelo sujeito do iluminismo, visto que a identidade está, segundo o autor, no interior da pessoa.

A segunda concepção de identidade seria o sujeito sociológico, cuja identidade é construída na interação do eu com a sociedade. Aqui a ênfase recai naquilo que as pessoas têm em comum enquanto um grupo cultural, ou seja, a identidade está naquilo que a pessoa compartilha com o grupo. O sujeito pós-moderno descrito por Hall (1999), terceira concepção, caracteriza-se como aquela pessoa que não tem uma identidade grupal permanente, mas vivencia inúmeras identidades que são, muitas vezes, contraditórias entre si. É o sujeito que possui uma identidade fragmentada e expressa em várias identidades.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, os pescadores são definidos como trabalhadores que se dedicam a todo o processo do setor pesqueiro, desde a captura de pescado até tarefas diversas relacionados à ela. Sendo assim, exercem as funções de membros das tripulações de barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca que podem ser comparadas aos pescadores marítimos (MALDONADO, 1986).

A concepção do sujeito sociológico foi a escolhida para discutir a questão da construção da identidade do pescador artesanal de Januária-MG, uma vez que é mais relevante dentro da perspectiva de entendimento de que os pescadores estudados formam um grupo que compartilha um modo de vida muito semelhante; sendo assim, possuem costumes e valores bastante próximos. Segundo Hall (1999), o sujeito sociológico se forma nas relações com outras pessoas que mediam seus valores e sentidos.

Falar da construção da identidade dos pescadores estudados é descrever não o pescador como pessoa única, mas o grupo e o processo de formação dos pescadores, partindo de sua iniciação na pesca. Este processo conjuga conhecimento e trabalho, indissociáveis e construídos na trajetória desses pescadores. Inicia-se na maioria das vezes como um processo lúdico, que vai se constituindo e formando uma identidade própria: a identidade do pescador artesanal. Essa identidade, de acordo com a pesquisa realizada, começa a ser construída logo nos primeiros anos de vida, ou seja, por volta dos 6 anos de idade os meninos começavam a se interessar pela pesca, ajudando nas atividades mais simples, como separar o pescado, desenrolar as redes, etc.

No imaginário popular, a categoria de trabalhadores Pescadores Artesanais é composta por grupos economicamente marginalizados, extremamente pobres e pouco reconhecidos entre os outros pescadores artesanais (NORDI, 1995). Segundo Castro (1986, p. 223), “os mangues apenas atraíram os homens famintos do Nordeste inteiro: os da zona da seca e os da zona da cana, todos atraídos por esta terra de promessa, vindo se aninhar naquele ninho de lama, construído pelos dois rios e onde brota o maravilhoso ciclo do caranguejo”.

Para Hartmann (2001) existe uma espécie de conflito entre os pescadores artesanais e sociedade, onde, devido ao isolamento que o homem do campo está submetido, e devido aos fatores decorrentes desse isolamento (mudanças lentas, ausência de oportunidades educacionais, etc.), ocorrem diferenças de mentalidade.

A família do pescador profissional do alto-médio São Francisco é do tipo nuclear (pai, mãe e filhos) e é, também, numerosa. De maneira geral, possui características socioeconômicas que evidenciam inserção vulnerável, com severos riscos de exclusão social. A família é, geralmente, autóctone, mas o chefe, muitas vezes, guarda uma história de migração do

seu tempo de criança, no eixo Nordeste/Centro-Sul: veio acompanhado dos pais, fugitivos da seca ou do progresso técnico na agricultura.²⁴

No contato com alguns pescadores artesanais do município norte-mineiro de Januária, fora identificada uma noção de pescador como uma pessoa que “nasceu no rio”, que se desenvolveu, geralmente no seio familiar e, ali, foi compartilhando saberes e fazeres próprios da pesca. Assim, a experiência, analisada por Thompson (2001), emerge como fundamento de uma categoria que é gestada dia-a-dia, noite-a-noite, nas vivências dos prazeres e das dores em pescar no Rio São Francisco com a incumbência de levar para casa, ao fim de uma jornada de trabalho, o alimento necessário para manter sua família.

Neste processo, esses pescadores foram construindo seu lugar no mundo, foram forjando uma visão de mundo própria, mapeando, inclusive, um espaço de identidade individual e coletiva no qual eles se reconhecem como sujeitos, agentes, com a autoridade de quem sabe o que está fazendo.

Nessa construção social dos pescadores artesanais, é possível citar uma importante contribuição da colônia de pescadores da cidade de Januária, conforme é citado por L.H.P.C.:

Juntamente com a colônia, fazia a limpeza do rio todos os anos em parceria com a colônia e a prefeitura. Nós fazia a limpeza do Rio São Francisco todo ano. Então juntavam todos os pescadores em geral e saía limpando o rio. Pegava de tudo que é sujeira, era plástico, litros descartáveis, esses “trem”. E depositava na praia de Januária e fazia aquele movimento na beira do Cais de Januária, saía fazendo[...] Esses órgãos sempre ajudava, por exemplo, o IFET (IFNMG), SESC, eles tudo ajudava. [...] A colônia conseguia patrocínios ajuda financeira para esse movimento para essa ação de limpeza. [...] Isso parou já tem uns três a quatro anos que não faz esse movimento de limpeza no Rio São Francisco. (Manifestação saudosa) [...] Isso era bom porque, não é que acabava a sujeira, mas limpava bem, né? [...] Saía limpando tudo! [...] Isso melhorava até para própria pesca, foi uma ideia da colônia de pescadores. (Pescador L.H.P.C., entrevista realizada no dia 19/11/17)

Ações como a relatada pelo pescador L.H.P.C., promovidas por entidades governamentais ou não, são exemplos de que é possível uma mobilização e união de forças em defesa do rio e de conscientização de toda uma sociedade. A figura

²⁴ Valencio, N. F. L. S.; A. A. Leme; R. C. Martins; S. A. T. Mendonça; J. C. Gonçalves; M. I. R. Mancuso; I. Mendonça & S. A. Felix. A precarização do trabalho no território das águas: limitações atuais ao exercício da pesca profissional no alto-médio São Francisco, p. 423-446. In: H. P. Godinho & A. L. Godinho (org.). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.

17, foto impressa que o pescador J.P. guarda como recordação em sua casa em Januária, evidencia a mobilização dos pescadores na ação de limpeza do rio, conforme relatado pelo pescador L.H.P.C.:

Figura 19: Pescadores artesanais realizando a limpeza no leito e nas margens do São Francisco em Januária-MG



Foto: Foto Digital – Arquivo pessoal do pescador J.P. - 2005

3.6 Os programas sociais e incentivos governamentais

Diante da diversidade e complexidade das atividades de pesca, construir políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil sempre foi um grande desafio. De acordo com Borges (2008) e Sousa (2013), as políticas públicas para o desenvolvimento do setor visaram, historicamente, para a modernização tecnológica da pesca artesanal. Da Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1924) aos dias atuais, poucas foram as políticas públicas e outras ações governamentais para o desenvolvimento das comunidades pesqueiras que consideraram, nas suas concepções, as questões socioculturais dessas comunidades.

O desenvolvimento do setor da pesca no Brasil se insere em um contexto mais amplo em que a ideia de desenvolvimento aparece como receita para o sucesso, caminho natural para o progresso e a melhora de vida. Essa ideia começa a ser imposta na década de 1950 desde os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos da América, através dos diversos organismos de controle – ONU, FMI, BM – para os países subdesenvolvidos ou, hoje chamados, países em desenvolvimento.

No ano de 1949, período no qual está já instalado o processo de substituição de importações no Brasil (1930-1960) e, portanto de modernização, se forja uma divisão na esfera mundial. A mesma é determinada pelo presidente eleito em EUA, Harry S. Truman, no discurso de sua investidura. A divisão foi de tal forma naturalizada que implicou na homogeneização de diversas formas de organização social e em um único caminho para o progresso, o desenvolvimento (ESTEVA, 2000).

O desenvolvimento, ao longo das décadas, foi adquirindo diversos adjetivos – econômico, social, humano, local, sustentável – que na prática significaram a continuação de um modelo de modernização, imposição e dívidas permanentes para os países em desenvolvimento (ESTEVA, 2000; LATOUCHE, 2007).

O Brasil, após os governos que acompanharam um cenário internacional de corte mais desenvolvimentista até os anos de 1970, foi sendo incorporado à onda neoliberal a partir dos últimos anos da ditadura militar.

Continua também em aumento a dívida criada no passado em prol do desenvolvimento que os programas de ajuste estrutural não conseguiram reduzir. O que implica em pobreza e precarização da vida da maioria da população e diminuição dos territórios dos camponeses pela expansão agrícola, especialmente de monocultivos, na adequação do trabalho formal dentro de marcos de empregabilidade flexível, com contratos sempre provisórios, e num sonho de progresso que nunca chega (OLIVEIRA, 2004).

O neodesenvolvimentismo, processo identificado desde começos da década de 2000, caracteriza-se pela criação/manutenção de políticas de expansão do capital através de investimentos em commodities e estruturas que facilitem a circulação dos mesmos, isto é, conservando medidas neoliberais; pelas políticas de transferência de renda, que não passam de ser assistencialistas e parciais, fazendo com que os índices de pobreza diminuam e; pelo acesso facilitado a créditos, de

maneira que o mercado se mantenha movimentado pelo consumo. Estas políticas significam um mix de políticas neoliberais com algumas políticas keynesianas, que caracterizam o neodesenvolvimento dos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e se firmam no governo de Dilma Rousseff (2011-atualidade) (IHU, 2009).

Esse panorama do que significam as políticas públicas de desenvolvimento para a população permite identificar que o caminho do sucesso é cheio de exclusão, uma racionalidade única que não permite a vida a partir de outras lógicas não capitalistas.

De acordo com Andreoli (2007), a pesca tem sido uma atividade secular, e que a cada ano torna-se menos atrativa em virtude das dificuldades encontradas, principalmente, a diminuição dos estoques pesqueiros e a falta de investimento racional nesta atividade. A forte seleção sobre as espécies mais rentáveis comercialmente leva à diminuição dos estoques pesqueiros e contribui para a inserção destas na lista de “espécies em risco de extinção”.

Buscando evitar o risco de extinção, o governo regula e aplica instrumentos que visam diminuir a pressão sobre os recursos pesqueiros e dar sustentabilidade às atividades pesqueiras. (RUFFINO, 2005). Compreende-se como uma alternativa de garantir ao pescador artesanal o mínimo existencial.

De acordo com Almeida (2003), o direito ao mínimo existencial, sob uma perspectiva de defesa, pode ser compreendido como o direito do indivíduo a que uma conduta do Estado não afete condições de liberdade e auto confirmação, ou seja, bens da vida indispensáveis para uma vida digna (por exemplo: a cobrança de tributos); ao passo que, sob uma perspectiva prestacional, o direito ao mínimo existencial compreende o dever estatal de prover recursos mínimos à existência digna, por meio da atuação legislativa, bem como provendo os meios materiais propriamente ditos.

Cumprе salientar que a identificação de certas dimensões dos direitos sociais para garantia de condições elementares para uma existência humana com dignidade representa uma forma de concretização das prestações que fazem parte do mínimo existencial, isto é, são os conteúdos mínimos dos direitos fundamentais sociais que são oponíveis e exigíveis dos poderes públicos constituídos. Conforme Leivas (2008, p. 299)

Se é verdade que o mínimo existencial pode ter seu conteúdo identificado com parte do conteúdo essencial dos direitos sociais, o mesmo não se pode dizer quanto a ser ele direito definitivo, pois trata-se de direito subjetivo garantido *prima facie*, com natureza principiológica, sujeito a ponderação diante do caso concreto, antes de ser reconhecido propriamente como um direito definitivo. A favor do direito fundamental ao mínimo existencial estão os princípios da liberdade fática, da dignidade da pessoa humana, do Estado Social e da igualdade fática, porém existem outros princípios que podem restringi-lo, como a competência orçamentária do legislador, a limitação dos recursos e os direitos de terceiros. Assim, para se poder considerar o direito fundamental ao mínimo existencial como definitivo, os princípios que o fundamentam devem ter um peso maior, no caso concreto, que os princípios colidentes.

Para Mendonça e Lucena (2013), a intervenção governamental no mercado de trabalho é feita prioritariamente na forma de políticas ativas e políticas passivas. As primeiras visam aumentar o nível de emprego e de salários das pessoas que possuem dificuldade em se inserir no mercado de trabalho.

As políticas passivas visam garantir um determinado nível de bem estar para aqueles trabalhadores que não conseguiram se inserir na atividade econômica.

De acordo com Oliveira (2014), uma das conquistas da categoria por intermédio da sua mobilização é o Seguro Defeso aos Pescadores Artesanais (SDPA), fruto da organização dos pescadores em entidades representativas, como: Pastoral dos Pescadores – organizada pela Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB; Movimento Nacional dos Pescadores; Colônia de Pescadores; Federação de Pescadores; e Associações. É nesse contexto que a organização dos pescadores constitui-se em força, uma vez que, as mudanças ocorridas para o setor combinaram a defesa de uma identidade sócio-histórica construída.

O seguro defeso é um salário desemprego para o período da Piracema, uma medida compensatória e para apoio a conservação das espécies de peixes. Para ter direito aos benefícios da categoria, os pescadores devem estar vinculados a uma estrutura associativa chamada de Colônia de Pescadores. O pescador artesanal depende da declaração dessas Colônias para efetivar seu registro junto a atual Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura. (DIEGUES, 1983).

A partir da década de 1990 houve um incremento na política de apoio aos pequenos empreendimentos econômicos, com o surgimento de alternativas para os trabalhadores face ao desemprego existente. Institucionalizada desde 2003, a política de seguro defeso (Lei nº 10.779, 25 de novembro de 2003), concede o

benefício durante o período de proibição da pesca de determinadas espécies ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (MAIA, 2009).

Sousa e Santos Filho (2013) pontuam que esta política ficou popularmente conhecida como “seguro defeso” e os pescadores, em sua maioria, são enquadrados como segurados especiais. Categoria estabelecida para os trabalhadores que comprovem as seguintes condições: produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rural garimpeiro ou pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.

Para obter o benefício o segurado necessita preencher algumas especificidades, tais como: ter a pesca como principal meio de renda, com embarcação não ultrapassando o porte de 10 toneladas de arqueação bruta, não possuir empregados para o desenvolvimento da atividade; e comprovar o exercício da atividade através de declaração emitida pela colônia de pescadores registrada no IBAMA (LOURENÇO ET AL, 2006).

Assim, a política de seguro defeso, reformulada em 2009, pela nova lei da Pesca, visa garantir a reprodução e/ou recrutamento das espécies, através da determinação dos períodos de defeso e estabelecer uma renda mínima ao pescador no período.

Segundo Touraine (2004), a organização de um movimento social aumenta o poder de intervenção deste na esfera pública, nas mudanças generalizadas em outros setores da sociedade e nas decisões governamentais.

A política de SDPA objetiva garantir uma renda mínima ao pescador artesanal profissional no período de Defeso, período em que a pesca é proibida para garantir a reprodução das espécies e consequente sustentabilidade da atividade. De acordo com Mendonça e Lucena (2013) e Brasil (2016), em 2011, foram registrados 993.445 pescadores em todo o país, sendo 99,2% oriundos da pesca artesanal. O estado de Santa Catarina apresentou menor número de pescadores artesanais (83,6% do total) e os demais estados tiveram percentagens acima de 90,0%. As regiões norte e nordeste apresentaram maior número de pescadores, atingindo 831.301 (83,7%) do total do país.

A combinação dos fatores econômicos, sociais e ambientais dirigiu as unidades de produção na pesca para a realidade econômica atual na qual existe

volumes muito baixo de pescados capturados individualmente; processamento realizado de forma caseira com armazenamento em congeladores; e comercialização direta com o consumidor.

A renda total dos pescadores artesanais entrevistadas é composta de uma primeira parcela referente à renda da pesca, de uma segunda formada pela renda das políticas sociais e a terceira constituída da renda das atividades não pesqueiras.

Mas tiveram momentos de muita dificuldade e sem os benefícios de programas sociais. “L.H.P.C.” relatou que já teve a necessidade de vender a canoa devido a necessidades financeiras: “Teve época que sim, né? Porque teve hora que saí do rio porque o rio não tava dando nada, aí eu vou entrar na firma pra trabalhar, pra sustentar a família, porque o trem tava feio.”

Contudo, após a implantação do seguro defeso, o pescador afirma que mesmo que as condições financeiras não sejam favoráveis e promissoras, não pensa em conseguir um serviço regular, com carteira assinada, porque, nas palavras de “LHPC”: “Se você procurar algum serviço fichado, você perde a carteira, você perde o benefício”. O seguro dá tranquilidade e segurança para o pescador permanecer na atividade da pesca artesanal e evitar sua migração para a cidade em busca de outro trabalho.

Possivelmente o percentual utilizado na política foi pensado para zonas pesqueiras onde a interface com atividades pluriativas seja pequena ou nula. Analisando a renda das políticas sociais observou-se que essa teve em sua composição valores angariados no seguro desemprego no defeso das espécies.

A discussão da importância da renda do seguro foi centrada na noção econômica desta política pública como sendo mitigadora do período de proibição da pesca. Não se pode negar a influência positiva que essa política teve sobre a renda total das famílias.

L.H.P.C. continua:

Por causa da dificuldade do peixe, tem uma maioria que nem pesca mais. O tanto de pescador que tem se fosse no rio nós tava ferrado, porque seria tanta gente, não cabia não. Um terço que pesca, o resto, ham, nem lá vai. [...] (Pescador L.H.P.C., entrevista realizada em 17/11/17)

De acordo com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, atualmente o país conta com 1.377.690 pescadores artesanais registrados e favorecidos com o seguro defeso, sendo que destes, 891 estão

cadastrados somente no município de Januária-MG. Os pagamentos do governo federal aos favorecidos com o seguro defeso no país são de R\$ 11.710.830.010,20, R\$ 354.772.435,13 no estado de Minas Gerais e R\$ 11.015.213,06.

O Seguro Defeso do Pescador Artesanal (SDPA) foi criado em 1992 seguro-defeso beneficiava com o pagamento de um salário-mínimo 2.686 pescadores durante o período de defeso. Esse número saltou para 181.646 pescadores beneficiados em 2004, em 2011 619.861 pescadores e, em 2014, para 861.056 pescadores.

Tabela 8. Número total e percentual de pescadores por unidade da federação em 2011

Unidade da Federação	Região	Número total de pescadores	%
Pará	Norte	229.570	23,1
Maranhão	Nordeste	167.476	16,9
Bahia	Nordeste	120.290	12,1
Amazonas	Norte	83.511	8,4
Santa Catarina	Sul	33.672	3,4
Piauí	Nordeste	33.176	3,3
Alagoas	Nordeste	31.186	3,1
Ceará	Nordeste	29.709	3,0
Rio Grande do Norte	Nordeste	29.123	2,9
São Paulo	Sudeste	26.200	2,6
Sergipe	Nordeste	25.267	2,5
Paraíba	Nordeste	24.908	2,5
Minas Gerais	Sudeste	24.662	2,5
Rio Grande do Sul	Sul	17.753	1,8
Espírito Santo	Sudeste	17.686	1,8
Amapá	Norte	15.383	1,5
Rio de Janeiro	Sudeste	14.011	1,4
Pernambuco	Nordeste	12.070	1,2
Paraná	Sul	10.752	1,1
Mato Grosso	Centro-oeste	8.972	0,9
Roraima	Norte	7.804	0,8
Acre	Norte	7.697	0,8
Rondônia	Norte	7.302	0,7

Tocantins	Norte	6.829	0,7
Mato Grosso do Sul	Centro-oeste	5.508	0,6
Goiás	Centro-oeste	2.735	0,3
Distrito Federal	Centro-oeste	193	< 0,1
BRASIL		993.445	100,0

Fonte: Série Relatórios Técnicos, São Paulo, nº. 50: 1 – 20, 2013| Adaptado pelo autor.

Na contramão do objetivo da política de SDPA, com a garantia de renda para os pescadores no período, pode estar havendo um aumento da atividade de pesca em outros períodos, pois o número de indivíduos que se cadastram no programa está aumentando significativamente a cada ano, podendo comprometer a sustentabilidade da atividade.

Para configurar a atividade da pesca artesanal o pescador deve estar enquadrado dentro da economia familiar²⁵, estabelecida pela legislação previdenciária. Esse regime é caracterizado pelo desenvolvimento de atividade de subsistência, autonomamente ou pelo grupo familiar, sem intervenção de mão de obra assalariada. Assim, as atividades produtivas são realizadas por grupos familiares, ou, no máximo, com parceria de terceiros diretamente na atividade da pesca. Nesses contratos de parceria, são fixados participação nos resultados da produção, onde cada pescador faz jus a uma parte da produção, sem o estabelecimento de salários (DIEGUES, 2004).

As políticas públicas de modernização no cenário da pesca artesanal, por estimular a eficiência produtiva têm acarretado a esse segmento uma perda de identidade, pois desconsidera suas particularidades socioculturais e econômicas, não valorizando aqueles que dependem da pesca não apenas como trabalho, mas como meio de produção e de reprodução social de um modo de vida.

Silva (2014) afirma que a política de subsídios nos diversos setores de produção sempre foi controversa, pois traz benefícios imediatos, mas, em muitos casos, podem causar problemas de ordem socioambiental de difícil solução. Na pesca este fato não é diferente, embora seja legítimo, tem gerado diversos

²⁵ Conforme o artigo 11, VII, da Lei nº 8.213/91, § 1º, que dispõe, in verbis: “Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.”

problemas no setor devido ao elevado número de pessoas que estão envolvidas no processo.

Marinho (2009) traz que com a possibilidade de ter acesso ao seguro defeso e outros benefícios como segurado especial, várias pessoas acabam se cadastrando como pescadores. Um dos fatores importantes para este cadastro são as condições mais favoráveis de contribuição dos pescadores junto à previdência, fomentado pela falta de controle pelo governo sobre a atividade, levando muitas pessoas a se inscreverem nas colônias, contribuindo durante um determinado tempo e obtendo a aposentadoria como segurado especial, sem exercer a atividade. Embora algumas colônias tentem criar critérios mais rígidos para aceitar novos associados, ainda há uma grande pressão, inclusive política, para que novas inscrições sejam aceitas.

Conforme Lourenço (2006), do total de pescadores com Registro Geral da Pesca (RGP) no estado da Paraíba, apenas 64,3% conseguiram acesso ao seguro defeso em 2011, com grande predomínio dos pescadores do interior (84,2%). A maior presença de pescadores do interior com acesso ao benefício possivelmente tenha dois motivos: a melhor estruturação e desempenho das colônias de pescadores nestas localidades, que pode estar ligado a própria história da entidade, no que refere ao seu fortalecimento junto a categoria, ou ainda pela diferença de exigências das Superintendências do Ministério do Trabalho e Emprego de cada localidade, que é responsável por avaliar individualmente a possibilidade de concessão do benefício.

Embora seja legítimo o benefício aos pescadores artesanais, e uma conquista conquistada ao longo de muitos anos (LOURENÇO, 2006, OP. CIT.), muitas acusações de fraudes surgem ao longo do processo. Uma das fraudes mais comuns está na emissão do próprio RGP (MAIA *et al*, 2009), que não garante, na prática o exercício na atividade pesqueira como principal meio de vida do pescador. Assim, o maior problema encontrado na concessão do benefício não é a própria concessão, mas a emissão do RGP para pescadores que não conseguem comprovar o exercício na atividade.

Pela lei em vigor, esta comprovação do exercício da atividade pode ser realizada através de declaração emitida pela colônia de pescadores registrada no IBAMA. Quando não há colônia de pescadores, então a comprovação poderá ser realizada por autoridades administrativas ou judiciárias. Esta incumbência de um órgão de classe (colônias de pescadores) comprovar a atividade do pescador ajudou

a fortalecer as colônias no primeiro momento, fazendo com que, na prática os pescadores fossem obrigados a filiarem-se à entidade, para possibilidade do encaminhamento dos processos de concessão do seguro defeso. Atualmente, muitas entidades de classe dos pescadores atuam em função do período do seguro defeso, o que gera fraudes devido à má utilização da incumbência para benefícios próprios ou eleitoreiros (PEREIRA, 2010).

Uma das possíveis soluções para tal fato, seria a melhora do sistema de monitoramento pesqueiro (estatística pesqueira), fazendo com que órgãos públicos estaduais ou federais possam comprovar o exercício da atividade. Mas para isto, a federação ou o estado precisariam assumir e desenvolver um sistema de monitoramento pesqueiro que registrasse a produção de cada pescador, de forma censitária e abrangente (MENDONÇA; CORDEIRO, 2010), que acarreta custos altos para desenvolvimento do sistema, não fazendo parte dos planos governamentais. Não seria recomendado que órgãos públicos municipais assumissem o sistema de estatística pesqueira, por possuírem menor capacidade operacional e também por serem estes mais suscetíveis a pressões políticas, desencadeando processos similares aos que ocorrem atualmente com algumas colônias.

Embora o montante de benefícios para os pescadores artesanais de Minas Gerais tenha chegado a 11,9 milhões reais, este equivale apenas a 1,1% do destinado a todo o país (1,2 bilhões reais). Só em termos de comparação, o valor gasto com a bolsa família (outra política social) em 2011 em todo Brasil foi de 265 bilhões e em Minas Gerais foi 630,5 milhões.

O pescador L.H.P.C. afirma que a Esposa também trabalha com ele no comércio do Peixe, ela recebe o Bolsa Família: “dá uma ajudinha”.

A contribuição do valor do seguro defeso na renda familiar foi significativa para mais de 85% dos pescadores beneficiados que tem o benefício, fazendo parte de mais de 15% da renda anual. Este fato faz com que vários pescadores e não pescadores procurem se regularizar visando obter o benefício, gerando aumento no cadastrado de pescadores a cada ano. Isto já tem sido observado desde 1999, quando mudaram as regras para a obtenção do seguro, diminuindo a rigidez e facilitando o acesso (Teixeira e Abdallah, 2005).

A política pública empregada tem o objetivo de garantir o período de reprodução e/ou recrutamento das espécies e garantir uma renda mínima ao pescador no período de paralização da atividade (Maia e Pereira, 2010). Mas, são

encontrados vários problemas no sistema empregado que exigem uma reflexão aprofundada sobre a política, podendo acarretar prejuízos tanto ao pescador ativo, como também não estar garantindo o sucesso na recuperação e manutenção do pescado.

A política do defeso, apesar de recente, já pode ser avaliada como um divisor de águas, sendo uma das mais expressivas e conhecidas ações públicas inerentes à atividade de pesca no Brasil (Andrade *et al*, 2011). Ela tem um papel fundamental de garantir uma renda de subsistência ao pescador no período de defeso e estimula a criar uma consciência ambiental de preservação dos recursos, além de ser importante para forçar os pescadores se documentarem, possuindo existência civil (Moreira *et al*, 2010).

Mas o benefício pode ter um efeito ambíguo, pois ao mesmo tempo em que visa garantir a reprodução e/ou recrutamento das espécies e uma renda ao pescador, pode estar causando um aumento no esforço pesqueiro. Pois em decorrência da garantia de renda, o número de indivíduos que se cadastram no programa está aumentando, acarretando inchaço nos recursos da União e uma possível elevação do número de pescadores já existente (Teixeira e Abdallah, 2005; Maia e Pereira, 2010). Da maneira que está sendo conduzida a política, pode agravar a qualidade de vida das famílias que realmente vivem da atividade. Deveriam ser encontradas maneiras de tornar mais seletivo o acesso e não ser um fator de incentivo à entrada de novos indivíduos na atividade (TEIXEIRA E ABDALLAH, 2005).

Cabe salientar que embora o número de associados nas colônias de pescadores não para de crescer em todo o Brasil, nem sempre quer dizer que esteja aumentando o número de pescadores, mas pode estar havendo em determinados locais o aumento do nível de organização da categoria, refletido pelos muitos direitos conquistados (MARINHO, 2009).

Embora existam muitas divergências sobre a validade do seguro defeso, bem como sua eficiência na proteção dos recursos pesqueiros, atualmente, na cidade de Januária o valor recebido, de acordo com os pescadores pesquisados, contribui significativamente na renda familiar, embora também necessite de profundos ajustes na concessão do benefício.

3.6.1 O PRONAF Pesca e Agrícola: “Tenho medo de dívida”

Conforme dito anteriormente, desde a década 1960, fundos e programas financeiros públicos foram constituídos para financiamento da agricultura, cujas fontes eram provenientes de instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas, multilaterais e privadas.

Conforme Almeida (2003), nesta mesma década foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural com objetivos de ser a base para toda a política do setor rural.

Um importante programa criado pelo governo federal para incentivar a agricultura familiar foi o Pronaf, em 1995, visando construir um conjunto de medidas integradas que proporcionassem melhores condições para o desenvolvimento dos pequenos municípios do país, sobretudo para aqueles que dependem da agricultura para geração de renda e oportunidades de emprego. Sendo este um programa estratégico do governo federal, o Pronaf tenta qualificar as intervenções oficiais inovando em termo de política pública, pois agora os pequenos agricultores não precisam disputar as fontes de recursos com os grandes proprietários (BARRETO, 2016).

Uma das contribuições concretas deste estudo foi a identificação clara de que uma parcela da renda do pescador foi composta por atividades fora da pesca. Normalmente existe no senso comum certo purismo nesta situação ao considerar somente como pesqueira a família que tivesse a quase totalidade de seus rendimentos vindos da pesca.

A incorporação futura nas normas das políticas públicas, como, por exemplo, o Pronaf Pesca, da noção de uma composição variada nas fontes na renda familiar, pode ser uma adequação que a aproxime da realidade das comunidades pesqueiras. O entendimento de que a renda das famílias pesqueiras não advém somente da pesca foi um avanço na compreensão da complexidade das unidades de produção na pesca.

Neste contexto, os entrevistados foram questionados se já utilizaram do Pronaf, ao que “L.H.P.C.” respondeu positivamente:

[...] Primeiro fiz um de R\$ 1000, depois fiz um de R\$ 2000, parece que eu fiz só esses dois mesmo. Foi no Banco do Nordeste e esse empréstimo não me apertou não. [...] O primeiros usei, fiz mesmo foi pra criar galinha, é, foi

pra criação de galinha. O outro eu fiz... não sei se for para comprar um motor pra pesca, não sei, mas não lembro o que eu fiz com outro não. [...] Foi bem aplicada e deu retorno [...] O negócio apliquei bem, deu pra pagar, no final ainda sobrou umas penosa (referindo-se às galinhas). [...] O próprio negócio que foi feito com dinheiro deu para pagar o empréstimo, e faria novamente. É bom porque se você pagar direitinho, você tem desconto. Se por acaso, se você pegar 2.000 conto, se pagar direitinho, você paga 1.600, 1.700 conto. É bom demais! (Pescador L.H.P.C., entrevista realizada em 19/11/17)

Na fala do pescador fica clara a importância da política pública de acesso ao crédito à categoria, e o que mais chama a atenção é o senso de responsabilidade e comprometimento do pescador em honrar com suas obrigações. Esta situação foi constatada em outros momentos em rodas de conversa com outros pescadores no município pesquisado.

O enquadramento atual da política pública do Pronaf Pesca define como famílias pescadoras àquelas que possuem 80% da renda advinda da pesca. A pesquisa demonstrou que este percentual se encontra alto para a realidade do grupo estudado. Possivelmente o percentual utilizado na política foi pensado para zonas pesqueiras onde a interface com atividades pluriativas seja pequena ou nula.

Contudo, o pescador J.B.S. afirma que Já fez financiamento no Banco do Nordeste - PRONAF pesca. O primeiro de R\$ 1.500,00 e outro de R\$ 4.000,00, a última parcela com vencimento no mês de março de 2018.

Quando questionado se o crédito foi importante para o desenvolvimento das suas atividades, J.B.S disse que:

Ajudou bastante e não chegou a apertar, eu pagava em dia então eu tinha desconto. Quando eu paguei o de 2010 cortaram bastante. [...] Comprei rede e fiz um barco ainda sobrou um dinheirinho que, com esse dinheirinho eu paguei a primeira prestação. [...] Não tenho mais dívidas, essa é a última parcela a pagar e se Deus quiser vou pagar adiantado de novo. [...] Toda vez que eu fiz eu paguei antes. Teve uma vez que eu paguei o de dois mil, o que eles descontaram foi muito mais. Eu sou um cara bem controlado, eu não devo, graças a Deus, a ninguém. Tenho medo de dívida. (Pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17)

O crédito proporciona ao agricultor familiar e ao pescador artesanal ampliar suas relações com o ambiente socioeconômico, agregando os avanços tecnológicos, beneficiando-se da assistência técnica, entre outros mais, movimentando o comércio e os serviços da cidade, seja na medida da compra de seus insumos para produção, ou na venda de seus produtos. Assim, os efeitos multiplicadores refletir-se-ão no aumento da produção das propriedades

incrementando a economia local, tendo nos gastos dos produtores a renda necessária para impactar positivamente nas relações com outras áreas e setores.

Segundo Lopes (2004), o investimento na propriedade traz uma série de benefícios para o produtor familiar, pois além de trazer melhorias para a unidade familiar, está contribuindo para o desenvolvimento econômico que se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante. Os bens adquiridos contribuem para o desenvolvimento da economia local, pois eles dependem e precisam dos serviços de manutenção, insumos, combustíveis e outros itens para funcionamento, ou seja, o bem adquirido pelo produtor familiar gera um movimento na econômica local.

Cumprir destacar, conforme posicionamento da Lei que os sivilcultores, extrativistas, aquicultores e pescadores artesanais são considerados agricultores familiares e podem utilizar o crédito no fortalecimento da sua profissão.

3.7 As relações de solidariedade entre pescadores

Nas comunidades pesqueiras do Januária os modos de vida das famílias são parecidos de uma família para a outra. Cada indivíduo tem seu papel, conhecem uns aos outros, estando ligados por relações de parentesco ou por íntimas relações sociais. Há familiaridade e respeito nas relações humanas, que são a principal fonte de informações das pessoas que ali convivem. Nas atividades da pesca normalmente trabalham na companhia de um colega ou membro da própria família.

Um exemplo da familiaridade com que mantem suas relações sociais é que os pescadores, normalmente, não alugam a canoa, mesmo que isso signifique um aumento na renda familiar, conforme resposta de L.H.P.C: “Empresto. É um barco de maneira, é uma canoa com rabeta. Empresto para qualquer atividade e, também, quando a gente precisa, eles emprestam.”

Silva (2014) afirma que, em uma comunidade pesqueira caso queira saber “aonde mora” uma determinada pessoa, não é preciso saber o endereço, o nome da rua ou o número da casa, basta perguntar como, por exemplo, onde mora o “Seu Pedro pescador” ou “Seu Joaquim”, falando o nome das pessoas e certamente os moradores daquela comunidade saberão informar. Funciona como uma rede de

comunicação e facilitou o trabalho deste pesquisador na localização de pescadores participaram diretamente deste trabalho.

Para Pereira (2015), a relação existente dentro da comunidade dos pescadores artesanais é como se fosse uma grande família. Para quem nunca saiu da grande cidade grande isto pode até parecer estranho, assim como é estranho para os moradores de comunidades rurais, comunidades pesqueiras ou cidades pequenas os relacionamentos sociais que os habitantes dos grandes aglomerados urbanos mantêm entre si.

De acordo com Pimenta (2001), as famílias de pescadores e pescadoras artesanais são donas dos seus meios de produção, dispendo dos equipamentos necessários para o exercício da atividade, tais como: redes, pequenas embarcações, motores, etc. A força de trabalho também é realizada pela família e/ou pelos grupos de trabalho coletivo, sendo também unidade de produção, de consumo e de partilha.

Oliveira (2010) traz que as comunidades pesqueiras, embora consideradas tradicionais, não detêm a propriedade do território, que é utilizado de forma coletiva, abrangendo os espaços de água e terra, como os rios, açudes, lagoas e o mar; terras de beira d'água, etc. Possuem um conjunto de regras e de condutas vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais.

4. A PERCEPÇÃO DO PESCADOR SOBRE O RIO

4.1 Como era?

Em meio a tantas mudanças, até a noção de tempo parece ser outra para o pescador artesanal. Atualmente, diante da falta de peixe no rio, o pescador parece entender que é preciso mais tempo para se pescar uma quantidade de peixe do que antes, quando se necessitava de pouco esforço, dada a sua fartura naquela ocasião. A certeza de antes que fazia pescadores como J.B.S., de 68 anos, se dirigir ao rio e, em pouco tempo, voltarem para casa com um grande volume de peixe, agora não

mais existente, mostra que nos dias de hoje o que determina a pesca não é mais o tempo do pescador, e sim o tempo do peixe.

Figura 20: O pescador artesanal J.P. retornando de mais uma pescaria sem obter o pescado



Foto: O autor (2018)

Conforme relatos de J.B.S, com relação às mudanças na pesca artesanal:

A pescaria diminuiu muito nos últimos anos, mas tudo o que tive até hoje foi pela pescaria.[...] Era uma pescaria muito boa, nós tinha tudo. Nesse tempo nós tinha muita fartura, porque geralmente não tinha fiscal naquele tempo aqui não, quando nós começamos a pescar. Não tinha muito pescador, o pescador era pouco. Não tinha essa perseguição, hoje é muita perseguição no rio na pescaria. [...] eu pesco que desde os 15 anos, então há 41 anos [...] Antigamente era bom, tinha muito peixe. Naquele tempo tudo era difícil, arroz feijão, coisa e tal. Oh, nós passava era 6 meses nas croas, era comendo o quê? Era o peixe, arroz era muito difícil, que era pisado no pilão, era o peixe no café, assado ou frito, no almoço peixe cozido, na janta era peixe cozido que a gente enjoava. E só era farinha, o café era em grão você tinha que pisar, entendeu? Açúcar não existia, era rapadura, essas coisas eram mais difícil. Se você matasse um porco, o vizinho não comprava porque não tinha dinheiro, você tinha que dar um pedaço pra ele, quando ele matava o dele, ele dava também. Então as coisas eram mais difíceis, mas tinha mais fartura. Tinha tanta fartura porque, geralmente era o seguinte: que hoje se você matar um porco, tem gente para comprar, hoje ninguém dá um pedaço, tudo é vendido. Só se for a mãe, um pai, um tio. (Pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17).

Conforme mencionado anteriormente, diversos aspectos estão relacionados a tais transformações no ambiente da pesca e na vida desses trabalhadores nos últimos anos. Períodos de seca, apropriação por parte do Estado dos recursos econômicos ao rio associados, barragens e hidrelétricas ditando o ritmo das águas do rio, pesca predatória, etc., utilização de agrotóxicos em projetos de irrigação em suas margens, esses são alguns dos obstáculos vivenciados por esta categoria.

Além disso, ao que parece, com o processo de regulamentação do rio e da pesca pelo Estado, aliado às mudanças citadas e sofridas pelo rio, esses pescadores enfrentam condições de trabalho e de vida nas quais, pouco a pouco, eles se reconhecem cada vez menos. O que se coloca como foco de reflexão aqui é a situação de um tipo de trabalho, que inicialmente não era profissional, mas que estava intrinsecamente imerso nos modos de vida desses pescadores artesanais, e que, aos poucos, parece estar se transformado numa atividade desconhecida, dadas as inúmeras transformações dentro do rio, fora do rio e nas leis que regulam o acesso e o uso dele. O trabalho desses pescadores, assim, ao que tudo indica, parece ter se tornado elemento desconhecido para o próprio pescador, sendo usado, explorado, subordinado à troca e à propriedade privada, nem sempre significando um elemento de orgulho e de identidade na vida dessas pessoas.

Quando questionado sobre como vislumbra o rio atualmente, comparando-se com a alta produção do São Francisco em décadas passadas, L.H.P.C, saudosamente, relata:

Desde quando eu me entendia por gente, o rio na época era muito peixe, na verdade o rio não era assoreado igual hoje é. Ele corria muito e tinha muito peixe, só não tinha muito era a saída do peixe, não tinha valor. O comércio era muito pouco, mas tinha muito peixe. E de certo tempo para cá, principalmente quando foi feita aquela barragem lá em baixo que o rio matou a velocidade, essas barragens que foi acabando com a pressão do rio. Eu conheci o rio aí, e olha que eu sou bem mais novo, mas no clima da seca você metia a canoa qualquer num bico de pontal daqueles, você voltava da correnteza que era forte. Rebocador arregaça os beiradão, tudo porque o rio corria muito, tinha embarcação fluvial, porque o rio era fundo, devido a correnteza. Então o rio assoreou muito devido a velocidade dele que não tem. E aquilo foi só aterrando, e com aquilo foi diminuindo os pescados, devido também a crise de chuva, não enche mais os pântanos para poder reproduzir, né, os pescados, aí então o peixinho está bem mais pouco que antigamente, mais ainda tem peixe. O rio tinha velocidade e hoje em dia o rio é lento, então tudo quanto é canto vai aterrando, o rio não tem mais aquela pressão pra arrancar as areia que ficava no fundo do rio. Primeiro, isso foi um problema, o rio foi secando e, segundo, a chuva na região nossa, quantos anos sem enchente aí, não produz o peixe. O rio do jeito que tá aí, hoje em dia, você sobe no meio dele com o remo. Antigamente chegava uma ilha aqui, no outro ano ela estava no outro canto,

o rio arrancava, hoje em dia chega, pronto, acabou. O problema do peixe é não ter mais onde ele produz. Mais, devido os pântanos, tá tudo seco, tudo assoreado, o destino é só diminuir, a reprodução tá pouca. [...] Teve uma época, 1973/1974, o rio também ficou ruim, baixou muito, mais deixava de... tinha velocidade, ficou ruim de peixe, o povo pegava, mais só que era ruim não tinha comércio, mas tinha peixe. Era ruim pra pegar também, tinha gente que saia daqui pra pescar na Bahia, porque a região ficou ruim. Aí veio a enchente de 79, aí, "ichi", deu fartura demais, deu peixe demais. Até uns 6 a 7 ano aí atrás tinha peixe, de lá pra cá que veio diminuindo por causa da seca. (Pescador L.H.P.C., 56 anos, entrevista realizada em 19/11/17)

Na figura 18 o pescador aponta para uma imagem em que a pescaria no Rio São Francisco era farta. Na imagem, o pescador afirma que foi o resultado de uma noite de pescaria, utilizando-se de técnicas e petrechos de pesca de baixo poder de predação, como a linhada de mão e anzol de galho.

Figura 21: Pescador relembra saudosamente os tempos de fartura do Rio São Francisco



Foto: O autor (2017)

O pescador J.P. relembra da fartura que existia no São Francisco até o início dos anos 2000:

A gente tinha muito peixe aqui, tinha condições de ter barcos melhores, a gente apoitava o barco e só via os peixes comendo. A pescaria foi

diminuindo, os barcos apodrecendo e a gente sem condições de comprar ou fabricar outro. Aí a pescaria está do jeito que tá. (Pescador Artesanal J.P.. Entrevista realizada em 12/12/2017)

Figura 22: O pescador e seu antigo barco de pesca - "ficou no passado"



Fonte: Arquivo pessoal do pescador artesanal J.P.

As comunidades dependentes dos recursos pesqueiros são afetadas mais rapidamente pelas mudanças nos ecossistemas ribeirinhos, assim como em suas relações e sistemas sociais. Os pescadores artesanais de Januária são testemunhas cotidianas destas mudanças.

Pesquisas voltadas para a pesca artesanal, além da análise dos recursos ambientais, também tem se preocupado com as dinâmicas sociais envolvidas, ou seja, com os processos de mudança e adaptações inerentes ao cotidiano das comunidades pesqueiras.

Embora existam importantes pesquisas que possibilitam vislumbrar como era a pesca artesanal no Rio São Francisco, ainda existem lacunas de informações sobre as mudanças ocorridas na pesca artesanal e, sobretudo, como essas mudanças afetam as relações sociais e econômicas das famílias, principalmente na perspectiva dos próprios pescadores artesanais.

4.2 Como está?

As águas do Rio São Francisco exercem um papel fundamental na história do Brasil, tanto no passado com os índios que tiravam seu sustento através da pesca, como os colonizadores que fundaram cidades ribeirinhas ao longo das margens. Essas águas se tornaram fonte econômica importante através da pesca artesanal em muitas cidades e hoje os pescadores tem buscado outras alternativas para a composição da sua renda e sustento.

De acordo com o pescador L.H.P.C, que planta na vazante:

[...] a minha atividade é a pesca, a atividade da roça é só para o consumo da família. Mais ou menos a gente mantém, a roça sempre dá uma coisinha, não chega ser uma coisa assim, mas dá pra gente ir sobrevivendo com o que produz lá. [...]. No período da cheia não tem como plantar, aí a gente fica se preparando para o próximo período de pesca no rio. (Pescador L.H.P.C., entrevista realizada em 17/11/2017)

Durante muitos anos os pescadores tiveram uma abundância de peixe no Rio São Francisco. Os peixes do São Francisco mais conhecidos em toda sua extensão se destacam: o surubim (surubi), o dourado, a Curimatá (curimatã). O mandim ou mandi (açú e amarelo), o pacu, a piranha, o cari, o pirá, a piaba, a corvina, o piau (jeju verdadeiro), traíra, o bagre, o pacumã, dentre várias espécies. Com o passar dos anos houve uma maior diminuição. Durante décadas de desenvolvimento industrial, hidrelétrico e agrícola, o capitalismo avançando visando exploração excessiva dos recursos naturais sem controle objetivando o consumismo e o lucro influenciou-se sobre o Rio São Francisco tornando-o uma vítima dessa exacerbada exploração. Segundo Neves (2003, p. 185-186):

Antes da construção de grandes barragens, as cheias do São Francisco iniciavam-se em outubro e prosseguiam até março. Em abril, de um modo geral, já era tempo de vazante. As enchentes do São Francisco ocasionavam sempre a fertilização natural de suas margens e ilhas. As águas barrentas traziam a matéria orgânica que depositada ao longo da ribeira, formava uma camada de húmus muito propícia nutrição vegetal.

Essa degradação ambiental do Rio São Francisco vem de longa data e inicia-se com a retirada da mata ciliar que compreende as margens fazendo com que a erosão do solo se torne um grave problema. Tendo outros fatores que

agravam a situação do rio no que se diz respeito a sua conservação, como despejos do esgoto das cidades ribeirinhas que deságuam no Rio São Francisco e mesmo vindo de rios afluentes trazendo sujeira de outras cidades mais distantes. Outra problemática que contribui é a retirada do bioma cerrado para a introdução de monoculturas que no caso da cidade de Buritizeiro, permanecem as plantações de café, soja e eucalipto. O uso de agrotóxicos nessas plantações faz com que a qualidade da água fique comprometida. Tendo também indústrias que deságuam materiais tóxicos nas águas do rio.

Além da degradação do ambiente, o pescador J.B.S chama a atenção para uma modalidade de pesca que contribui para a redução das espécies:

Pois é, como eu falei, a rede arrastão... quando a gente vai no rio, nós vamos pra pescar, mas existe uma rede perigosa essa rede de arrastão, é uma rede que trabalha no chão. Antigamente existia muito Surubim, nesse tempo agora aqui era o peixe comendo a tortela (muito), hoje não come mais, então ele solta a rede aqui e vai como daqui lá para baixo com a rede no chão, o que o peixe não aguenta furar, ele vai pro pau. Então, os outros soltam rede dia e noite e isso acabou o Surubim. (Pescador J.B.S, entrevista realizada em 22/11/2017)

Sobre as intervenções de grandes empresas no rio, J.B.S relata que:

Nós tivemos um prejuízo aqui também, não sei se o senhor lembra, daquela Votorantim, aquilo acabou com o peixe do rio, aquele minério pesado que solta lá. Nós tomamos um prejuízo danado aqui, também, no Pandeiros, por causa da Cemig que fechou a comporta e água não desceu e o peixe morreu todinho por falta de oxigênio, apanhava era de mão. O pescador toda vez toma o prejuízo. Aí, certa vez, chegou um advogado aqui, bonitinho, aí falou que ia nos ajudar com esse peixe que morreu na Votorantim. Aí pagamos cada pescador R\$ 10 para reverter essa situação, todo mundo pagou de Pirapora à Carinhanha, aí você pensa, quanto dinheiro esse homem não pegou? Nós não temos o nome dele, mas ele levou um dinheiro grande de todos e não fez nada, só comeu dinheiro nosso, tem gente que tomou até o dinheiro emprestado para poder pagar. (Pescador J.B.S, entrevista realizada em 22/11/2017)

Na fala do pescador, destaca-se que, mesmo distante dos meios de comunicação, os pescadores têm acesso à informação do que se passa no rio em regiões distantes da sua área de pesca e os impactos em todo o rio. Como são pessoas simples e de boa índole, dependentes de organizações que os representem, acreditam e confiam a busca de soluções a um estranho.

Figura 23: A pesca de rede armada. O pescador F.S.P. exibe o resultado de uma pescaria de 24 horas



Foto: O autor (2018)

Diante desses acontecimentos, observa-se o pescador como maior vítima, e entendendo essa situação Madeira (2006, p. 52) cita que:

A especificidade da relação homem e natureza entre o grupo de pescadores artesanais se expressa no conhecimento em relação ao comportamento do ambiente e dos seres desse ambiente e na ação decorrente desse conhecimento. A relação dos pescadores artesanais, independente do gênero, com o seu meio natural é intensa, e pode ser observada quando se evidencia o pesar e a nostalgia nos depoimentos, quando se compara o rio do passado, não degradado, e o rio do presente, com vários focos de degradação ambiental.

Essas ações promovidas por aqueles que não se preocupam com o meio ambiente fazem com que o rio perda a qualidade da água e por consequência diminua drasticamente as populações de peixe no Rio São Francisco. Neves (2003), ainda ressalta a importância da pesca durante o século XX ao mencionar que em períodos de cheia em que as vazantes propiciavam a intensificação da pesca, pois havia grande concentração de cardumes, sendo esta uma época de pesca farta e produtiva.

Ao longo dos anos a quantidade de peixes diminuiu consideravelmente, o que leva aos pescadores um prejuízo abissal. Para amenizar estes prejuízos; órgãos como o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tem feito fiscalizações e organizações não governamentais e a própria sociedade civil tem feito um trabalho para que se possa assegurar a conservação do rio.

Perante o forte contraste provocado pela ostentação dos que usufruem do rio no seu tempo de não-trabalho e a penúria dos que precisam do espaço como fonte de trabalho, fica evidente que as finalidades modernas de uso dos rios são priorizadas nas decisões políticas. Em Januária, nos períodos de férias e baixa dos níveis de vazão, propícios à formação de praias, a prefeitura e comunidade preparam um local para o lazer daqueles que aproveitam o espaço do rio para o seu descanso, um contraste com a realidade dos pescadores artesanais, porém, um dos raros momentos em que o pescador é lembrado de maneira positiva, mesmo com críticas aos aumentos de preço do pescado nesse período.

Figura 24: Foto da praia de Januária-MG

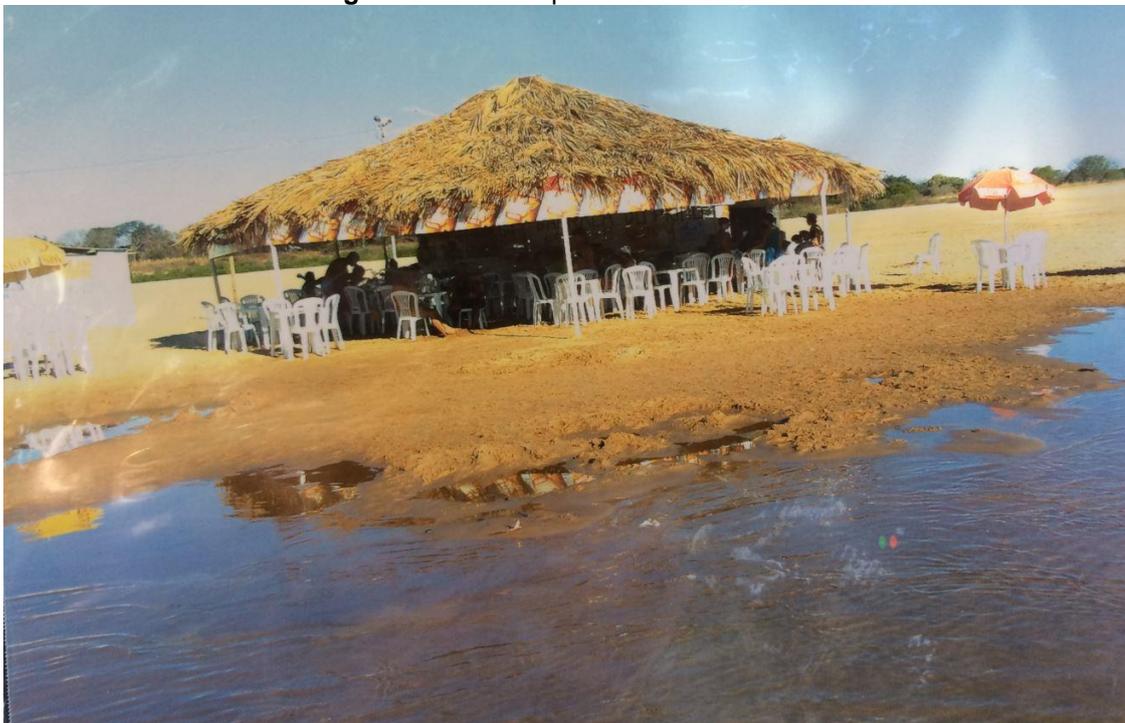


Foto: Foto Digital – Arquivo pessoal do pescador J.P. - 2011

Conforme J.B.S,

Aqui pra nós o pescador quase não tem nome, aqui o pescador só tem nome quando é na época da praia. As pessoas falam: Nós vamos pra Januária comer um peixinho, lá um peixinho frito, coisa e tal, isso e aquilo, só nessa época. Se tivesse mais turista o pescador teria mais valor. Se tivesse mais, o valor que nós tinha aqui também era mais, né? Porque depois que passa, o consumo do peixe aqui é pouco, a cidade é pequena. Na época da praia, o peixe tem mais valor, a gente vende muito mais rápido.

Em outras épocas, seja de escassez ou de desvalorização do pescado, em Januária confirma-se a mesma situação identificada por Diegues (1998)²⁶ para pescadores do mar: a de que a produção e a reprodução social e simbólica vai se tornando cada vez menos dependente do rio, razão pela qual os saberes populares, individuais e coletivos sobre o funcionamento do ecossistema vão se perdendo e os pescadores artesanais tem buscado outras rendas em substituição ao pescado. O pescador J.B.S. fala sobre sua produção na roça, pois segundo ele, viver só da pesca não dá.

Aqui é só mesmo para comer, só para o consumo de casa. Isso dá uma economia em casa, se tivesse comprado, um meio salário. [...] Aqui nós planta abóbora, melancia, milho, 'caxixe' (que se assemelha a uma abóbora), tomate, cebola, pimenta, quiabo, cheiro verde, mandioca, batata. O que sobra a gente vende, mas vende pouco. Tem vez que a gente vai lá na rua e vende dez conto, quinze conto, trinta conto (se referindo a R\$10,00, R\$15,00 e R\$30,00), assim a gente vai se mantendo. (Pescador J.B.S., 66 anos, entrevista realizada em 22/11/17).

Essa readaptação do pescador januarense nos seus modos de vida e trabalho é consequência de sociedade que está em constante processo de transformação, seja no campo social ou econômico, portanto, a atividade da pesca artesanal também sofre alterações direta ou indiretamente nos seus processos e na própria forma de vida dos pescadores que dela tiram seu sustento.

As causas do subdesenvolvimento, principalmente de regiões pobres, como é o caso da região semiárida brasileira, não estão associadas direta e exclusivamente de recursos hídricos. É possível encontrar população em estado de pobreza crônica tanto nas regiões áridas e semidesérticas do planeta como às margens dos rios caudalosos, como ocorre aqui mesmo no Brasil na porção do semiárido banhado pelo Velho Chico. Isto significa que água, por si só, não promove o desenvolvimento, embora sua escassez seja um fator limitante à realização de determinadas atividades econômicas. Caso contrário, não teríamos os municípios com os menores IDH do país

²⁶ DIEGUES.A.C; *Tradição e Mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar*. Programa de Pesquisa e Conservação de áreas Úmidas no Brasil, São Paulo, 1989.

dentro da própria bacia do São Francisco, alguns próximos da calha do rio. Situação idêntica ocorre no Vale do Jequitinhonha, cuja população luta com o apoio do governo de Minas, através de projetos estruturadores de desenvolvimento regional sustentável, para deixar de ser o Vale da Miséria como ficou conhecido no passado.²⁷

No transcurso de quatro séculos, no vale do São Francisco e de seus afluentes, foi criado um modo de vida com características singulares, uma vivência social mais ou menos assemelhada no extenso território que vai do norte de Minas até os sertões do Nordeste.

Com o passar dos anos, diversas atividades humanas foram sendo instaladas nas margens e dentro do rio e seus tributários, provocando impactos ambientais importantes, como contaminação da água por defensivos agrícolas e fertilizantes químicos utilizados na agricultura, além dos desmatamentos das margens para produção de carvão vegetal utilizado pela indústria siderúrgica. Tais ações implicam na reprodução e conseqüentemente na população de peixes, afetando diretamente os pescadores e as mulheres pescadoras artesanais que vivem nesse meio. Determinadas ações antrópicas realizadas, em grande parte, nas margens do rio, têm gerado danos irreparáveis a populações de pescadores e pescadoras que utilizam esse ambiente diariamente em seus trabalhos.

Cabe ressaltar que as mudanças irreversíveis no ambiente natural do rio, podem representar o início da destruição das condições necessárias de sobrevivência da população ribeirinha.

Apesar de apontamentos teóricos e da percepção dos pescadores, tratados neste estudo, sobre a redução das águas do São Francisco, mas que até agora ela é estatisticamente pouco significativa.

J.B.S, tristemente, relata que

Nós tivemos uma seca aqui..., pausa para resgatar... eu não lembro muito, nós tivemos uma seca muito perigosa, o rio ficou muito seco mesmo, a turma fala que o rio tá seco, mas nós tivemos seca muito pior. Mas naquele tempo tinha largura no rio, tinha mais fundura. Hoje secou muito, o rio estreitou muito, o rio está assoreado, por isso que eu falo com o senhor que geralmente é o seguinte se não tiver o peixe hoje... (silenciou, tristeza na fala). (pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17)

Refletindo sobre as mudanças ocorridas ao longo dos anos na pesca artesanal, um dos pescadores entrevistados observa que a vida mudou muito dos

²⁷ Marco Antônio T. Coelho, *Os Descaminhos do São Francisco*, p. 210.

tempos em que ele iniciou na pesca dos tempos atuais. Para ele, os jovens e as crianças não se interessam mais por atividades artesanais. Cada vez mais, os filhos estão em busca de estudos e qualificação.

O pescador L.H.P.C, que possui 56 anos de idade, sendo 50 na atividade da pesca, possui cinco filhos, dos quais, três saíram de Januária para estudar e trabalhar. Uma filha está fazendo doutorado em Lavras, outra trabalha no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), um filho é empresário no segmento de Radiologia no estado de São Paulo e o mais novo, formado em administração no IFNMG, ainda o ajuda no trabalho da pesca. Este último mora com ele e é pescador artesanal com RGP. Sua filha mais nova também mora com ele trabalha na área de saúde como agente comunitário no município de Januária.

O caminho dos filhos não foi o mesmo do pai, o pescador L.H.P.C relata que,

Desde quando eu comecei a segurar um remo na mão eu já estava no rio. Eu não lembro bem, eu era pequenininho, mas eu já estava na atividade. De carteira mesmo eu tenho mesmo uns 20 anos só, mas pescando é uma vida toda.

E acrescenta,

Os meus filhos foram criados na beira do rio, o mais velho era pescador e largou, o mais novo está aí porque se formou mas não consegue um serviço, a hora que conseguir o serviço ele vai sair. A profissão de pescador hoje em dia é mesmo só para manter. Mais uma pessoa na idade como eu, não tem como sair mais. O conselho que eu dou para os meus filhos a se formar e tentar arrumar outra coisa, porque não dá não. Você não morre de fome, mas também não tem futuro, não dá pra arrumar alguma coisa mais não. Naquela época minha dava para arrumar, mas não tinha saída.
(Pescador L.H.P.C, entrevista realizada em 19/11/17).

Corroborando com a estatística, J.B.S relata que os filhos também não quiseram seguir na profissão, conforme é possível observar: “Moço... pausa... vou te contar, morreu um, ficou oito, então é nove. São dois homens e seis mulheres. Todos os filhos saíram de Januária em busca de algo melhor. Nenhum deles vive da pesca”. Ele acrescenta: “Tem um filho que eu acho que tá dentro da polícia, tá tudo formado, mas eu não sei se fez trem de faculdade.”

É possível perceber que realmente a iniciação na pesca vem mudando a cada nova geração, até mesmo pelo fator que um deles observa quando diz que

“naquela época era pescar ou plantar”. Hoje encontramos uma variedade muito grande de empregos, o que acaba por afastar muitos jovens filhos de pescadores desta profissão, colocando em dúvida a continuidade da atividade da pesca artesanal nas famílias de pescadores através das gerações.

Definições como as colocadas acima são fundamentais para entender a visão dos pescadores artesanais acerca da pesca no Rio São Francisco nos dias atuais, procurando fazer uma relação com o modo de vida que levam. Dependem diretamente dela, e relacionam o rio a sua sobrevivência direta.

J.B.S, pescador da cidade de Januária, já com 66 anos de idade, 41 deles dedicados à pescaria, relata seu descontentamento com a pesca:

Todo mundo quer ser pescador, e outra coisa, e o que acabou mais com nós' na pescaria, existe uma coisa, eles falam que não, é pescaria de arrastão. Porque nós vivemos da pesca, nós queremos é pegar. Porque antigamente a gente ficava mais de anzol, a redinha nossa era pequena, era redinha de 30 braça, 40 braça, hoje uma rede que tem 150 metros, 160 braças. Hoje tem o quê em cada lugar? Aqui antigamente tinha um pescador daqui na cidade, hoje tem daqui para cidade na base de uns 40 pescadores. Então, o peixe sai é desviando é brincando de esconder para poder conseguir ir lá passar. Então fica difícil, por isso fica difícil nós viver da pesca. Por isso que eu falo, se hoje tivesse um filho, se ele pudesse e me ouvisse, eu não queria que ele fosse pescador do jeito que tá as coisas”. (Pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17)

Para esses pescadores, trabalho e vida parecem se articular de modo intrínseco e indissociável. No contato com esses trabalhadores das águas, foi possível perceber que o que lhes ocorre no plano laboral, em que exercem a atividade de pescadores, pressionados pela necessidade de manterem a si e seus familiares.

O pescador L.H.P.C., relata com tristeza que:

O peixe já não sobe o rio, tem que peixe que seca as ovas dentro da barriga e não desova de jeito nenhum. Não consegue reproduzir por que não consegue ir para as lagoas, e aqueles que soltam no rio o predatório é muito, né, que come. O próprio peixe come, né, porque não tem esconderijo. Talvez se der uns dois anos bons de chuva, de enchente aí, levanta muito peixe. (Pescador L.H.P.C, entrevista realizada em 19/11/17)

Apesar da constatação da situação difícil em que se encontra o Velho Chico, a fala do pescador evidencia sua esperança de que dias melhores virão.

4.3 Perspectivas de Futuro

Em meio a tantas dificuldades que esses pescadores passam nos dias de hoje, em entrevista, L.H.P.C, pescador, relatou que o que aflige o pescador é que acham que “as coisas não vão melhorar, mas piorar. Assim, cada ano que passa falta chuva, o destino é ficar menos, se não tiver uns anos bons de enchente aí [...]”

LHPC diz que:

Na minha opinião pra melhorar mesmo, é só Deus mesmo. Tem que encher o rio, no resto os homens mesmos estão acabando com tudo, somos nós mesmos que estamos acabando com nós mesmos. Estão desmatando, jogando esgoto no rio. Teve uns oito anos atrás aí que teve uma mortandade no período, no caso da Votorantim, era muito peixe morrendo de Surubim. Fazia dó, você via aquilo, você que era do ramo, a gente ficava sentido demais, você vê aqueles peixões descendo, parou até a pesca, mais você via peixe demais comendo. Uma coisa que eu acho que eles podem fazer também é replantar árvores na beira do Rio São Francisco, isso ajuda uma parte, porque tem muito lugar no barranco que não tem uma árvore, nisso desbarranca mais fácil. (Pescador L.H.P.C, entrevista realizada em 19/11/17)

E ainda acrescenta que isso não é uma orientação da colônia de pescador: “isso é um pensamento meu”.

Cada vez menos, os pescadores artesanais de Januária se reconhecem no ambiente de trabalho, no produto pescado (alguns pescadores admitem que os peixes mudaram seus hábitos) e que estão sendo forçados a mudar suas técnicas de pesca e também a partir para outras frentes de trabalho para obtenção de renda.

Outra ação importante é a fiscalização mais efetiva, com punição para os infratores que degradam o meio ambiente e prejudica a categoria. Além dessas, a revitalização também foi bastante citada entre os entrevistados como uma medida que viria a contribuir com o pescador artesanal, uma vez que deixaria um rio em melhores condições para a proliferação de peixes. “Podia incentivar, o próprio pescador podia fazer isso, podia incentivar e pagar para o pescador para poder fazer isso. (Pescador L.H.P.C, entrevista realizada em 19/11/17).

Apoiado na fala do pescador L.H.P.C., faz-se necessária a implantação de projetos de políticas públicas que durante o período de defeso, não só auxiliem na renda dos pescadores, mas que ocorram ações mais efetivas de revitalização do São Francisco. Quanto a atuação da fiscalização da atividade pesqueira, os

pescadores consideram-na deficiente, desde o número de fiscais na ativa até a forma como abordam os pescadores, que por vezes excedem na autoridade expondo-os a situações de repressão ou constrangimento.

Segundo Montenegro et al. (2001), os tempos são outros e a interação do pescador com o rio já não é a mesma; o processo de exclusão e pauperização, dado o modelo cultural o qual é produzido por uma sociedade que coloca os pescadores à margem, na busca por soluções de seus próprios problemas, têm que ser revisto com urgência.

O conhecimento científico isoladamente, não tem respostas prontas e eficazes para os problemas do mundo, como, também, não as terá para os problemas da pesca. Poderia ser valorizado o conhecimento ecológico local para manutenção dos ecossistemas, além de abordar discussões sobre demandas e saberes tradicionais do sistema comunitário de gestão dos recursos naturais, como subsídio para a proposição de políticas públicas que reduzam a dissonância entre a legislação e os entraves que prejudicam a reprodução social das comunidades (DIEGUES, 2000).

A esperança do pescador L.H.P.C é a fé na própria natureza. O pescador diz que: “a gente tem fé, mas só em Deus.”

Já J.B.S, quando questionado sobre qual a melhor solução para melhorar o Rio São Francisco, diz que:

Moço eu não sei não, mas se o rio fechasse essa pescaria por cinco anos, pagasse o pescador para fiscalizar o próprio pescador, por que tem pescador desonesto. Em cada área que o pescador tem, ele tomaria conta. Existe uma coisa muito fácil para descobrir os pescadores que pescam mesmo, que vivem da pesca. Quando chega o benefício lá na colônia, o primeiro que recebe é o que não pesca, eles não vão no rio. Sabe quantas pessoas tem cadastradas aqui na região? Acredito que mais de 300. Mas sabe quantas pessoas pescam aqui? São umas 10 pessoas, as outras têm outra profissão, tem mecânico, pedreiro, tem até dono de armazém, eles não pescam e tem registro. (Pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17)

LHPC, por sua vez, relata

Se a situação do rio piorar, os que estão com uma idade igual a eu, nós não saímos mais, porque não tem como sair mais, porque a gente não aguenta mais fazer outra coisa, mas pra essa turma mais nova, ele têm que sair fora. Os meus filhos mesmos foram criados na beira do rio também, o mais velho era pescador e largou muitos anos, né, foi caçar o serviço dele, o mais novo está aí porque se formou mas não consegue um serviço, a hora que conseguir o serviço ele vai sair. Sair daqui até eu saio, mais pra trabalhar

noutra coisa eu não tenho condição não. E estou com 56 anos se for ficar hoje em dia, do jeito que está o governo, eu vou aposentar quando? Se eu entrar numa firma agora, pronto, acabou, aí eu posso esquecer o negócio da aposentadoria do jeito que está o governo. (Pescador L.H.P.C, entrevista realizada em 19/11/17)

Quando questionado sobre o que aflige o pescador, o entrevistado respondeu que é a incerteza da melhora na produção de pescado no rio. Ele relata “que do jeito que está a crise, principalmente a falta chuva cada ano que passa o destino é ficar menos se não tiver uns anos bons de enchente aí... (manifestação de tristeza e desesperança)” (L.H.P.C)

Contudo, ele acrescenta:

A gente tem fé, a fé que a gente tem é do tempo de Deus, do tempo mudar, encher os pântanos e começar a produzir, aí tem fartura. Porque se tiver uns 2 ou 3 anos bons de enchente aí, volta muito peixe pro rio, uma enchente de 79 dá muita fartura. Quando foi de cinco anos para cá nos pântanos não encheu o mais, aí, acabou. (Pescador L.H.P.C, entrevista realizada em 19/11/17)

Já J.B.S completa, afirmando que “o que é ruim é aquele desvio que eles fizeram no rio lá para baixo. É uma distância muito longa e você vê se o Francisco tá abastecendo lá agora”. O pescador se refere às obras de transposição do Rio São Francisco. Quanto à retirada das águas do rio, ele reconhece que faz uso e ao mesmo tempo tem a consciência de que o uso indiscriminado é prejudicial ao São Francisco:

Na piracema eu fico me preparando para o próximo período de pesca e me dedico na roça. [...] Na roça eu bombeio a água aqui, mas eu sei que esse negócio não é bom pra nós, pro rio. Porque de Pirapora até aqui, quantas bomba não tem? E nisso água vai saindo do Rio. (Pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17)

4.4 Modos de vida dos pescadores

Com a diminuição do pescado e com as transformações sofridas pelo Rio São Francisco nas últimas décadas, o pescador artesanal teve que se adaptar.

Uma estratégia de garantia da reprodução social dos pescadores, identificada na pesquisa, foi a busca das famílias pescadoras por atividades

pluriativas²⁸. Na pesca artesanal, a pluriatividade foi uma característica que se intensificou, apesar de o ribeirinho sempre ter tido a pluriatividade como estratégia econômica. As dificuldades na pesca, decréscimo na renda familiar e o acréscimo na demanda de serviços na cidade de Januária levaram os pescadores a explorarem essa vantagem e buscarem a composição de uma fração da sua renda a partir de atividades não pesqueiras.

As atividades identificadas como pluriativas em Januária foram as mais diversas como a agricultura, a sivilicultura, criação de animais, confecção de artes de pesca, entre outras.

As mudanças ocorridas exigem adaptações dos pescadores às distintas condições do meio, o que se reflete em suas condições de trabalho e obtenção de renda, como o pescador J.B.S, que começou a plantar o mamão agora e espera poder criar galinha e porco.

Percebeu-se, na entrevista, certa preocupação dos entrevistados de não caracterizarem as atividades pluriativas como sendo centrais na composição da renda familiar.

Acredita-se que isso ocorreu principalmente em decorrência da percepção pelos pescadores de que a atividade da pesca foi mais importante socialmente, perante a sua comunidade, que as outras ações pluriativas. Talvez outro fator para essa inquietação seja o desejo deles de não perderem o enquadramento de pescador profissional, o que impossibilitaria o acesso a políticas públicas da pesca como, por exemplo, o seguro desemprego anual durante os três meses de piracema.

Ocorreu, ainda, a adaptação familiar em direção da prática da venda de mão de obra como uma estratégia de busca de uma renda complementar à pesca. Essa característica não é somente observada em Januária existindo em outras partes do Médio São Francisco. É possível identificar uma migração para outras ocupações em outros setores (como serviços pessoais, construção civil, comércio, entre outros). As políticas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família também contribuem na composição de renda dessas famílias que vivem em uma região onde as oportunidades de trabalho e renda são mais escassas e os índices de desenvolvimento abaixo do ideal para uma vida digna. Nesse sentido, o Pescador

²⁸ A pluriatividade é uma noção entendida a partir das ações de venda de mão-de-obra fora da unidade de produção, ou a realização de atividades não ligadas a pesca no intuito de auxiliar a composição da renda familiar (SCHNEIDER, 2003).

J.B.S afirma que além da aposentadoria, da renda do pescado e produtos da roça, a esposa recebe o bolsa família.

Com relação aos métodos de trabalho e comercialização dos seus produtos, observou-se que são ainda basicamente artesanais, visto que a venda ocorre diretamente ao consumidor, como citado por J.B.S: “as pessoas vão lá em casa buscar”.

Na sua área de atuação, o pescador artesanal J.B.S. fala um pouco da logística e dos processos da sua lida diária:

Aqui chegou a energia, chegou a placa solar, mas não consegue tocar uma geladeira, então mantem o peixe vivo ou salga até poder levar para cidade.” [...] A produção é transportada para a cidade de bicicleta e com a canoa. [...] Quando o peixe morre, aí o tem que fazer a limpeza e o salgamento para não perder, porque a energia que foi instalada não suporta uma geladeira. Mas a chegada da luz ajudou muito. (Pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17)

O uso da bicicleta é uma característica marcante desse tipo de pescador, além do transporte da sua produção em sua canoa, como se vê na figura 25. Essa foi ao mesmo tempo um instrumento que conduzia o pescador, mas também auxiliava na comercialização do pescado. Essa característica observada foi típica desse sistema de produção na pesca de Januária.

Figura 25: Transporte de Cocos em Canoa no Rio São Francisco – Povoado de Potengy – Piaçabiçu - AL



Foto: Rita Barreto (2010)

Disponível em: <https://www.flickr.com> – Acesso em 02/03/2018

A deficiência na cobertura energética no Brasil representa um obstáculo à viabilização da oferta de diversos serviços básicos, tais como água, saúde e educação, principalmente na área rural que neste quesito é comparada com a colônia de pescadores.

O problema de eletrificação no campo é antigo e persiste até os dias atuais. Na tentativa de reduzir esse déficit no meio rural, o Governo Federal iniciou, em 2004, o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e alterado pelo Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), operacionalizado com participação da Eletrobrás e tem como Agentes Executores as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Programa Luz para Todos surgiu para substituir o Programa Luz no Campo, lançado em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso, e teve um significado importante devido não só aos benefícios que podem ser gerados nas comunidades mais carentes, especialmente no meio rural, como também pelas expectativas de aporte de recursos do Governo Federal para o desenvolvimento no campo.

As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e com baixa renda. Segundo o MME, cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural. Por isso, o objetivo do Programa é levar a energia elétrica a estas comunidades de baixa renda para que elas a utilizem como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar, uma vez que, com energia elétrica, equipamentos rurais elétricos que melhoram a qualidade de vida e otimizam a produção poderão ser utilizados.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Programa observa, sempre que possível, as seguintes prioridades: Projetos de eletrificação rural paralisados, por falta de recursos, que atendam comunidades e povoados rurais; Municípios com Índice de Atendimento a Domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000; Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual; Comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do

sistema elétrico; Projetos que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; Escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento de água; Assentamentos rurais; Projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar; Atendimento de pequenos e médios agricultores; Populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza; e Populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, como comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas (BRASIL, 2004).

Contudo, na colônia de pescadores de Januária, o programa ainda não atingiu a maior parte da população, sendo que os entrevistados e a maioria das outras pessoas utilizam de placas solares na captação de energia, sendo esta ineficiente para aparelhos domésticos de grande consumo como geladeiras e freezer para conservação do pescado.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, os maiores percentuais de domicílios rurais não atendidos estão nas regiões Nordeste (cerca de 58%) e Norte (cerca de 23%). Portanto, ao viabilizar o acesso à energia elétrica, o Programa favorece a permanência das famílias no campo, melhorando a qualidade de vida. Além disso, a implantação da energia elétrica facilita a integração de outros programas sociais do Governo Federal (BRASIL, 2004).

Diversos programas de eletrificação rural foram implantados no Brasil, todavia, os resultados, principalmente no Norte e no Nordeste, não impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico das comunidades das zonas rurais. Alguns dos fatores que contribuíram para que este objetivo não fosse alcançado foram: inexistência de um planejamento da eletrificação rural associado às políticas de desenvolvimento rural; inexistência de compromissos sérios para o desenvolvimento do meio rural; dificuldade de formação de associações cooperativas e falta de articulação dos diversos agentes sociais (Estado, iniciativa privada, organizações não-governamentais, comunidades). Estes fatores contribuíram de forma decisiva para o resultado insatisfatório dos diversos programas de eletrificação rural implantado na Bahia até o final da década de 1990 (LEAL, 2008).

A eletrificação rural representa uma condição necessária para o desenvolvimento econômico e social, uma vez que o programa facilita a realização de programas sociais e de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água etc.), propiciando o bem-estar social, além de políticas de

incentivo a agricultura familiar. Logo, para proporcionar condições reais de desenvolvimento, é fundamental que o suprimento de energia alcance também os setores produtivos, contribuindo para redução da pobreza e aumento da renda das populações atendidas.

Apesar da vida simples que levam os pescadores artesanais de Januária, o pescador, J.B.S conclui: “A gente gasta conforme a gente ganha, então a gente vive bem. [...] A mulher me ajuda e dá uma boa renda para duas pessoas.” (Pescador J.B.S., entrevista realizada em 22/11/17)

Figura 26: Imagem da cozinha do pescador J.B.S.



Foto: O autor (2018)

A figura 26 representa bem o modo de vida simples que vivem os pescadores artesanais de Januária. Neste local, este pesquisador pode conviver e sentir um pouco as dificuldades por eles vividas, mas também as suas alegrias.

Um abismo enorme entre a cozinha do responsável pela obtenção do pescado e as cozinhas onde o seu produto é servido nas grandes cidades, a exemplo de restaurantes e outros. Assim, observa-se que mesmo havendo a formação de excedente, o qual é oferecido ao mercado, essa se mostra como

produção ligada à subsistência do pescador e sua família e também atendendo a uma lógica capitalista.

Cunha (2004), ao ponderar quanto às particularidades da produção artesanal – em que destaca o relativo controle sobre o processo produtivo –, corrobora o entendimento quanto à condição de subsunção da atividade pesqueira artesanal ao modo de produção do capital:

Embora a “produção artesanal pesqueira” esteja inscrita na chamada pequena produção mercantil simples – estando, portanto, subordinada desde sua gênese histórica ao “tempo do relógio” (referência que a autora recorre a Thompson, segundo o qual “entende-se por tempo do relógio toda produção e forma de ordenação social inscrita nos marcos do capitalismo, em que o relógio, como medida abstrata e externa de tempo, atua nos núcleos pesqueiros...”) – é possível dizer que os pescadores artesanais ainda tecem seu próprio tempo, num ritmo dissonante do ritmo urbano-industrial (CUNHA, 2004, p. 107).

Discorrendo sobre as relações sociais que perpassam a atividade pesqueira na Amazônia, Loureiro mostra que:

Embora a atividade pesqueira não tenha a característica de ser uma produção tipicamente capitalista (dado que não valoriza o capital ao nível do lucro médio nem remunera o trabalhador despossuído com um salário) nem por isso as relações que nela se estabeleceram deixam de estar subordinadas às regras mais gerais vigentes na sociedade capitalista (LOUREIRO, 1987, p. 59).

Em estudo anterior, Loureiro (1985) já trazia, ao analisar os pescadores artesanais, como a subordinação do trabalho dos pescadores artesanais à economia de mercado se processa:

Os pescadores artesanais, diferentemente do que ocorre com trabalhadores assalariados têm ainda amplo domínio sobre o processo de trabalho, mas o produto do seu trabalho (o pescado) foge à possibilidade de controle por eles, face às formas de apropriação analisadas, de modo que seu trabalho se avilta, em virtude do aviltamento a que está sujeito o produto do seu trabalho, pela rede de intermediação e independência entre preço final e de produção, aos quais se adita uma especulação extra no período das safras (LOUREIRO, 1985, p. 199).

A realidade analisada por Loureiro não contrasta nos aspectos mais gerais aos observados em Januária-MG. Suas observações se mostram de grande relevância, particularmente quando acentuam a necessidade de se buscar as raízes estruturais da pobreza e a incapacidade de ascensão social dos pescadores nas

circunstâncias sociais e políticas em que as atividades produtivas se desenvolvem. Ainda que se pondere quanto às distâncias de tempo (ao menos duas décadas) além dos aspectos socioculturais e geográficos particulares, bem como aqueles relacionados às artes de pesca desenvolvidas em cada uma das regiões e municípios onde viceja a pesca artesanal, com seus instrumentos, práticas e espécies variadas – o que implica muitas das vezes em processos de trabalho diferenciados –, ainda assim, suas conclusões mostram-se surpreendentemente (e infortunadamente para os pescadores) atuais.

Observando as especificidades do processo produtivo dos pequenos produtores artesanais de Januária, observa-se que a posse dos meios de produção não se mostra condição suficiente aos seus detentores que lhes permita auferir uma renda compatível com as suas necessidades, e possa ser geradora de excedentes, impossibilitando dessa maneira que consigam modificar suas condições precárias de vida e trabalho, que, na maioria dos casos, reflete o retrato de gerações atreladas à pesca artesanal e a remotas condições materiais de vida e trabalho.

Contudo, conforme o estudo realizado, foi verificado que as mudanças observadas no cotidiano dos pescadores do Alto-Médio São Francisco, principalmente na cidade de Januária, nos aspectos de uso dos direitos políticos, do acesso a bens e serviços públicos, das políticas públicas voltadas especificamente ao pescador artesanal, ainda não foram e não são capazes de tirá-los dos níveis históricos de pobreza.

Atualmente, pode-se dizer, segundo Giulietti e Assumpção (1995), que um processo de mudança profunda em diversos aspectos da vida da população ribeirinha – alimentação, consumo, educação, aspirações – está em curso, e se traduz nos seus fazeres. Este processo é vivo e presente. Não houve um extermínio da vida tradicional pela modernidade, ainda que esta seja hegemônica, controle as necessidades. Também não se pode dizer que a modernidade não tenha trazido o imperativo da mudança de concepções de existência. O ritmo da mudança é detectado na vida diária - é onde se percebe de que forma e até que ponto o novo se impõe e o velho se destrói, ou permanece.

É importante ressaltar que o processo de mudança social e financeira, com a implantação de parâmetros urbanos e técnicos, modernos, em detrimento de um modo de vida tradicional, adequando-se às novas exigências da vida em sociedade, não é um fato isolado no Vale do São Francisco. O fenômeno ocorre em muitos

lugares no Brasil, podendo ser considerado uma tendência das formas de pensar e agir, de homogeneização dos modos de viver.

Deve-se também lembrar que a resistência à ação coercitiva do capital é também uma realidade mundial, no processo conhecido como fragmentação, pois afinal os seres humanos têm desejos, vontades e referências existenciais íntimos e profundos que nem sempre podem ser negligenciados.

Nesta perspectiva, os fazeres e olhares ribeirinhos, como formas de viver e entender o mundo, estão impregnados por tradições que os ligam de forma profunda e concreta ao lugar e à natureza, criando um sentido referenciado no passado, comum a todos os moradores da beira do rio. Ao mesmo tempo, começam a se interessar pelo progresso tecnológico, pelo universo urbano, em que as referências são mundiais.

Nas sociedades, povos ou comunidades tradicionais de pescadores artesanais, o espaço vivido é afetivamente valorizado em razão de crenças que conferem especificidades a cada parte dele. São essas relações que lhe conferem o valor de um território, palco não só das ações sociais, mas também de questões imateriais como a cultura, e o pertencimento de um grupo ou comunidade, sem com isso deixar de lado necessidades materiais imediatas de sobrevivência. Falar do espaço nem sempre significa falar de um dado material, concreto, de uma realidade geográfica da natureza, produto apenas de reprodução social (MALDONADO, 1994).

Convém, no entanto, ressaltar que a construção de um território é também resultado da consolidação de uma representação sobre ele, onde se estabelece a capacidade que o ser humano tem de reconhecimento do outro. O reconhecer nesse caso é a aceitação do outro em algumas situações. Contudo, o território não deixa de ser, ao mesmo tempo, algo projetado e moldado a partir de dinâmicas produtivas de cada grupo ou sociedade em determinado tempo e espaço.

Para os pescadores artesanais que vivem tradicionalmente, a autonomia não se dá pela dependência do tempo e do espaço ditada pelo sistema capitalista, mas pela dependência de um tempo e espaço natural, imposta pela própria natureza e que possui intrínseca e imanente relação com os próprios ritmos sociais, econômicos e culturais de seu modo de vida.

Entende-se que os territórios de vida dos pescadores e pescadoras de Januária-MG, assim como da maioria dos pescadores artesanais, não se restringem à terra, já que parte de suas atividades produtivas acontecem nas águas. Os

pescadores/as artesanais têm lógicas territoriais de relação estreita entre a água e a terra. No rio eles extraem o peixe e na terra têm suas moradias e seus roçados, onde produzem outros alimentos e também comercializam o excedente da sua produção.

O território é entendido aqui como um “espaço definido por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2009, p. 59). A lógica territorial e essas especificidades identitárias dos pescadores artesanais entram em conflito com o Estado a partir da implantação arbitrária das políticas públicas de desenvolvimento nos territórios dos pescadores/as artesanais.

A aquicultura, tida como alternativa de emprego e renda ao trabalho autônomo do pescador artesanal ajusta-se a uma racionalidade industrial que limita a compreensão dos fatores ecossistêmicos imbricados, os quais possibilitam ao pescador uma diversidade de interações com o meio, objetivando manter e recriar seu espaço de trabalho. Ao trabalhar de forma artesanal, o pescador utiliza-se da forma autônoma dos meios de produção e do conhecimento tradicional do saber sobre a natureza, seus ciclos e no manejo das técnicas sustentáveis de captura. Dessa forma, a aquicultura nega o saber tradicional, os conhecimentos, as artes de pesca e as relações de partilha sociais (MENDONÇA, VALENCIO, 2008).

A vida dos pescadores artesanais de Januária, seguindo o ideal de desenvolvimento capitalista que rege nossa sociedade, é desprezada e considerada como atrasada. A hierarquia, a tecnologia, a modernidade e o progresso que caracterizam esse desenvolvimento seriam, em contraposição, o único caminho do aparente sucesso (SANTOS, 2006).

De acordo com a pesquisa realizada, verificou-se que a visão dos pescadores entrevistados é bastante diferenciada daquelas trazidas por outros setores sociais, já que o ambiente está intimamente ligado, de forma direta, nas relações do pescador artesanal com seu objeto de trabalho, como se fosse aquela natureza pouco mediada pelo trabalho humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por escopo compreender a atual situação dos pescadores artesanais da colônia de Pescadores de Januária/MG, bem como verificar quais os principais desafios enfrentados e, ainda, quais as alternativas socioeconômicas por eles encontradas.

Finalizando este estudo sobre os meios, modos de vida e trabalho dos pescadores artesanais de Januária, ficam aqui marcadas, tanto no trabalho, como na memória deste pesquisador, as demonstrações de sabedoria daqueles que se adaptam constantemente às transformações ambientais, políticas, sociais e econômicas, para garantirem o sustento de suas famílias e manterem firme a tradição da arte da pesca artesanal. Saberes construídos ao longo da história à base de sofrimento, luta e resiliência, em momentos de muita dificuldade e desassistência do Estado. Fortes e marcantes foram as falas saudosas desses resistentes lutadores, quando se referiram aos tempos de fartura de surubins, dourados, pacumãs, pirás, piaus, matrinchãs, curimatãs, dentre outros. Falas que revelam os tempos de escassez do pescado, depoimentos de revolta e impotência diante das mudanças e falta da devida atenção ao rio que lhes garantiu a sobrevivência por muitos anos e coloca em risco a continuidade da atividade que há décadas era repassada de pai para filho, e que hoje não é mais incentivada no seio familiar.

Importante salientar que não se trata de um estudo conclusivo sobre a história, sobre o presente e muito menos previsão de futuro, mas uma interpretação deste pesquisador, ancorada na teoria amplamente discutida, sobre as vivências de pescadores, de sentimentos pessoais, que na sua maioria são compartilhados coletivamente e de perspectivas de futuro, mesmo com tantas incertezas.

Os inúmeros teóricos e pesquisadores sobre o tema revelam sua significância e fortalecem a ideia de continuidade da exploração intelectual sobre a pesca artesanal. Nessa direção, este estudo teve a intenção de continuar, provocar, incentivar novos caminhos de discussão e outras perspectivas.

Este estudo se mostrou bastante complexo ao tentar entender as novas alternativas de trabalho e meios de vida pela diversidade de influências sobre os pescadores artesanais. As expressões e manifestações que indicavam um presente de dificuldades convergiam sempre para problemas como a seca prolongada, a

poluição, o desmatamento, o assoreamento do rio, o número excessivo de pescadores no município, a pesca predatória, a falta do pescado e a falta de assistência do Estado. São pressões que fazem parte do cotidiano dos pescadores e que provocam, em certos momentos, um sentimento de descrença em dias melhores. Corroborando com a percepção ribeirinha, trabalhos científicos, organizações não-governamentais e a mídia em geral apresentam a mesma constatação do presente e indicação de futuro.

Somado à percepção, múltiplas fontes (sociedade, jornais, revistas, órgãos governamentais, etc.) e a convivência com as rotinas dos pescadores durante vários dias em 2017 e 2018 possibilitaram “mergulhar” um pouco na vida desses homens e mulheres e entender as condições que os fizeram fortes para a continuidade de uma prática milenar que é a pesca artesanal. O desafio de enxergar a realidade dessa classe foi superado no momento em que foi possível verificar que suas ações, seus modos e meios de vida e trabalho têm forte relação com a fartura ou a escassez do pescado. Nos momentos de fartura do rio, cada vez mais raros, em que pescadores em geral tratam da “arribada” (do surubim, da matrinchã e outros), foi possível identificar nas reuniões de pescadores (bares, praças e outros locais de encontros), uma injeção de ânimo e debandada de um considerável número de pescadores para o rio. São os poucos momentos que pescadores largam suas atividades complementares para se dedicarem ao seu ofício maior, a pesca. Na contramão disso, os muitos momentos de escassez fizeram e fazem com que os pescadores partam para essas atividades complementares de renda, que muitos chamam de “bicos”. Portanto, foi possível identificar que a pesca continua no “sangue” do ribeirinho e que sua continuidade está condicionada ao repovoamento das espécies e recuperação dos estoques de peixes no São Francisco.

Tendo tal condicionante como pressuposto, as transformações ambientais, sociais, econômicas e políticas nos últimos anos (resgate da memória dos pescadores) apresentam-se desfavoráveis àqueles que dependem das águas do Velho Chico para, dali, retirarem seu sustento. Os fatores de transformação determinaram uma queda do potencial do rio, portanto, novos projetos de revitalização e de desenvolvimento do vale do São Francisco devem contemplar amplamente a participação daqueles que ali vivem, e que outrora não foram considerados. Nos processos de disputas pelo seu domínio, sejam econômicos ou territoriais, os pescadores artesanais sempre foram o lado sem voz, “o lado mais

fraco da corda”. Os diversos movimentos de hoje (movimentos ambientais, pescadores, areeiros, vazanteiros, dentre outros) surgem como força de luta e esperança pelo justo reconhecimento do direito de uso do seu território e preservação e recuperação da bacia do São Francisco.

O fortalecimento institucional dos pescadores artesanais, por meio das colônias de pescadores e movimentos sociais em defesa da categoria, também se mostrou um grande gargalo para que os pescadores tenham a devida e merecida atenção do Estado. A precariedade dessas instituições e pressões políticas sobre elas fragilizam ainda mais a categoria dos pescadores na busca pelos seus direitos, fica “à deriva” num leito de inúmeras possibilidades de recuperação e legitimação ampla da sua atividade. Diante disso, e da paralisação na expedição de novos registros de pesca, os pescadores sentem forte receio de perderem os direitos outrora conquistados à base de muita luta, a exemplo do seguro defeso. Essa fragilidade fortalece a incerteza de novas conquistas e políticas públicas, além da insegurança em relação ao futuro dos pescadores artesanais, fazendo com que não haja mais o incentivo no âmbito familiar para a continuidade da atividade através das gerações. A atividade, apesar de possuir um forte significado econômico, cultural e ambiental, o seu desenvolvimento é desacompanhado de políticas públicas proporcionais à esta importância. Pelo contato com os pescadores de Januária, em muitas situações este pesquisador teve o sentimento de que as pessoas pressentem o fim da pesca no São Francisco, alterando seu lugar de trabalho e moradia de acordo com as oportunidades que surgem.

Muitos pescadores artesanais, principalmente os mais experientes, que viveram momentos áureos de pescaria neste rio, com pescarias consideradas milagrosas nas quais se capturavam peixes com mais de um metro de comprimento, nos dias de hoje simplesmente estão perdendo a paixão, o interesse e a própria identidade enquanto pescador. No contato com muitos deles, pode-se notar que o trabalho na pesca é permeado de incertezas e dúvidas quanto ao pescado diário ou mesmo quanto ao futuro de sua profissão de pescador. Apesar das especificidades da atividade da pesca artesanal e com a constatada escassez do peixe, os pescadores de Januária, se veem diante de um dilema sobre a utilização de técnicas tradicionais de extrativismo ou a utilização de novos petrechos mais predatórios, como a pesca com rede arrastão. Os pescadores que resistem no rio têm a difícil

decisão de utilizarem-se desta modalidade, ou serem obrigados a buscar uma alternativa de vida e trabalho.

O trabalho do pescador se mostra contraditório ao valor comercial do seu produto, o peixe do São Francisco. Existe um enorme abismo entre o modo de vida simples do pescador e a mesa onde o pescado é posto e consumido. Esse contraste é evidenciado nos cardápios de finos restaurantes de cidades médias e grandes, como Montes Claros e Belo Horizonte. No município de Januária, o valor do peixe do São Francisco tem forte relação aos períodos em que o turismo é mais intenso. A sensação que fica é que a atividade foi abduzida pela lógica mercadológica capitalista da lei da oferta e da demanda. Aparentemente, as ações políticas midiáticas de “melhoria” de vida e “inclusão” dos pescadores escondem a real condição de vida dessa categoria acostumada com o suficiente e que indica ser o mínimo.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir não só como uma referência teórica para futuras pesquisas, mas também, que possa auxiliar a atividade pesqueira no desenvolvimento das comunidades de pescadores artesanais, considerando a importância dessa atividade para a redistribuição de renda e redução das desigualdades sociais, para o aumento de alternativas socioeconômicas, além de outros aspectos fortemente ligados à promoção do desenvolvimento regional.

Dada a diversidade de artes de pesca, fazem-se necessários estudos mais detalhados sobre a produção pesqueira de Januária, para que seja possível ter uma melhor caracterização deste importante recurso socioeconômico local, bem como, sugerir ações que venham contribuir para a sua exploração racional, vindo assim, colaborar na melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras do município.

Diante da complexidade da atividade da pesca artesanal, finalizar este trabalho é algo que causa uma sensação de que muito mais poderia ter sido estudado e contextualizado. É neste sentido que este pesquisador reconhece possíveis falhas e que as visões podem ter sido turvas pelo encantamento de se estudar a população ribeirinha do São Francisco, apesar de ter colocado como condição elementar o despimento de qualquer pré-conceito ou parcialidade.

Enfim, após tantas análises e discussões, este pesquisador finaliza suas ponderações, sentindo-se agradecido pela oportunidade de poder conviver com

peçoas portadoras de uma sabedoria admirável e fascinante que serve de exemplo de resiliência para toda a sociedade, especialmente neste momento marcado pela crise ética e moral na política brasileira. Muitas possibilidades de pesquisas foram postas, mas tentar entender como os pescadores artesanais de Januária vivem e se reinventam foi muito gratificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, C.A.G; MAIA, L.P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros, Fortaleza. Arquivos de Ciências do Mar. v. 44, n.3, p.12-19, 2011.

ALMEIDA, F. O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21. André Trigueiro (org.). Rio de Janeiro: Sextante. 2003. p. 123-141.

ALMEIDA, J. R. et al. A Pesca Artesanal e o Planejamento Ambiental: Caminho para Participação Popular e Gestão Ambiental para Nosso Futuro Comum: Uma Necessidade, Um Desafio. Rio de Janeiro: Thex, 2016.

ANA. Agência Nacional de Águas. 2007. Disponível em: <<https://pnqa.ana.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ANA. Agência Nacional de Águas. 2017. Disponível em: <<https://pnqa.ana.gov.br>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

ANDRADE, A. P.; SOARES, S. M. e VASCONCELOS, W. B. P. 2011. O princípio da sustentabilidade e as perspectivas para a Amazônia. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. De 23 a 26 de agosto de 2011, UFMA, São Luiz.

ANDREOLI, V. M. Compartilhando saberes: os conhecimentos tradicionais e a educação ambiental. Monografia de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2007.

ANDREOLI, Vanessa Marion. Natureza e pesca: um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos –PR. 2007. Tese de dissertação. Universidade Federal do Paraná, UFP, 2005.

BARBOSA, Rômulo Soares; Entre Igualdade e Diferença: Processos Sociais e Disputas Políticas em Torno da Previdência Social Rural no Brasil - Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Seropédica, RJ.

BARRETO, Ikaro Daniel de Oliveira. A influencia de reservatórios na vasão do Rio São Francisco. 2016. Tese de Dissertação. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Estatística e Informática, Recife, 2016.

BEZERRA, Benedito Paulo. A Saúde Mental no Nordeste da Amazônia: estudo de pescadores artesanais. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, 2002.

BORGES, A. T. Métodos e análises em ecologia de pescadores artesanais. Dimensões humanas da biodiversidade, I. Garay e B. K. Becker (eds.), Ed. Vozes, Petrópolis, R.J, pp. 299-313, 2008.

BORGHETTI, José Roberto. Cadeia produtiva da aquicultura. Brasília: Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1996.

BRASIL. Caderno da Região Hidrográfica do São Francisco. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Censo Demográfico 2006. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

BRASIL. Lei n. 11.326, 24 jul. 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Relatório de Impactos Ambientais do Projeto de Integração do São Francisco. Julho, 2004.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidos.asp>; acessado em 17/07/2017.

CAMELO FILHO, José Vieira Camelo. A dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu vale. Revista do Departamento de Geografia, n. 17, UFRN, 2005, p. 83-93.

CARDOSO, Eduardo S. Pescadores artesanais: Natureza, Território, Movimento Social. (Doutorado). USP, 2001.

CARVALHO, Lauriston Araujo; ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira. Vozes da seca: representações da transposição do Rio São Francisco. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 66 (1): 135-151, 2014.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais do São Francisco. In: DIEGUES, A. C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. 2015. Disponível em: < [http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/download/DELIBERACOES/Deliberacoes-cbhsf\(3\)/DELIBERA%C3%87%C3%83O%20CBHSF%20N%C2%BA%2081%20201](http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/download/DELIBERACOES/Deliberacoes-cbhsf(3)/DELIBERA%C3%87%C3%83O%20CBHSF%20N%C2%BA%2081%20201)

4%20Aprova%20o%20Calendario%20de%20Atividades%202015.pdf>. Acesso em 12 fev. 2018.

CHESF, 2015. Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Especificações Técnicas DEMG 001/2008, Programa de Resgate Cultural de Pescadores e Pescadoras do Médio São Francisco. Março, 2015.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (org.). São Paulo: NUPAUB- USP. 2001.

CORRÊA, M. F. M. Pesca no litoral do Paraná, 2005. Disponível em: <<http://www.labictio.bio.br/>> Acesso em 15 fev. 2018.

COSTA, R. C. Etnoecologia dos pescadores de Itacaré e a consevação da Reserva Extrativista de Itacaré. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2006.

DIEGUES, A. C. A pesca construindo sociedades: Leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras / USP, São Paulo, 2004.

DIEGUES, A. C. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S. A. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Revista Etnográfica, v.3, n.2, p.361-375, 1998.

DIEGUES, A. C. S. Povos e água: inventário das áreas úmidas brasileiras. 2 ed, São Paulo, Brasil: NUPAUB-USP,2004.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: DIEGUES, A.C. (org.) Etnoconservação. 2. ed. São Paulo: Hucitec., 2000.

DIEGUES.A.C; Tradição e Mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antopologia do mar. Programa de Pesquisa e Conservação de áreas Úmidas no Brasil, São Paulo, 1989.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIETTI, N.; ASSUMPÇÃO, R. Indústria Pesqueira no Brasil. Agricultura em São Paulo, v. 42, n. 2, p. 95-127, 1995.

GODINHO, Hugo Pereira, GODINHO, Alexandre Lima (Org.). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. Rio São Francisco: as águas correm para o mercado. *B.goiano.geogr*, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 113-125, jul./dez, 2009.

GONÇALVES, F. G. B. Caracterização da comunidade pesqueira artesanal de Antonina, Paraná. Monografia de conclusão do curso de Oceanografia. Pontal do Paraná: UFPR, 2009.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARTMANN, S. I. Comunidades de Pescadores Artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Atlântica*, Rio Grande, 27 (1): 17-29, 2011.

HARTMANN, Wolf. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas de solução. In: DIEGUES, Antônio Carlos Santana; MOREIRA, André de Castro C. Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: Núcleo de Apoio a pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. USP, 2001.

HOLANDA, F.S.R.; SANTOS, L.G.C.; SANTOS, C.M.; CASADO, A.P.B.; PEDROTTI, A.; RIBEIRO, G.T. Riparian Vegetation Affected by Bank Erosion in the Lower São Francisco river, Northeastern Brazil. *Revista Árvore*. Viçosa: V. 29. n. 2. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Atlas do Desenvolvimento Humano. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo 2010. 2010.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2009. Salvador, 2009.

LEAL, Alessandro Nunes. Pesca e políticas públicas. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goëldi, v.11, nº. 2, 2008.

LIMA, Luiz Cruz. Além das Águas, a Discussão no Nordeste do Rio São Francisco. *Revista do Departamento de Geografia*, 17 (2005) 94-100.

LOPES, P. F. M. Ecologia Caiçara: Pesca e Uso de Recursos na comunidade da Praia doPuruba. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2004.

LOUREIRO, Violeta. Miséria da ascensão social: capitalismo e pequena produção na Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1987.

LOUREIRO, Violeta. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: Conselho Nacional de Desenvolvimento Social, CNPQ – Museu Paraense Emílio Goëldi, 1985.

LOURENÇO C. F.; HENKEL J. A. e MANESCHY M. C. A. A Seguridade Social para os Pescadores Artesanais no Brasil: estudo de caso no Pará. Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca-ICFS, 2006.

LOURENÇO, C.F.; HENKEL, J.A.S.; MANESCHY, M.C.A. 2006 A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil: estudo de caso no Pará. Belém, PA. 60p.

MADEIRA, Thais Fernanda L. Da casa ao Rio: Um estudo sobre as relações de gênero e ambiente entre os pescadores do Alto-Médio Rio São Francisco. São Carlos-SP. 2006

MAIA, M. B. R.; PEREIRA, H. S. A inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social do trabalhador rural - Anais do 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da UFPA – Setembro de 2010.

MAIA, M.B.R. 2009 Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social. Manaus. 106p. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFA).

MALDONADO, S. C. Mestres & mares: Espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1994.

MALDONADO, S. C. Pescadores do mar. São Paulo, Ática, Série Princípios.1986.

MANESCHY, M. C. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações de produção na captura do caranguejo. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W. e MELLO A. F. (orgs). Povos das Águas: Realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goëldi, 1995.

MANESCHY, M. C. Uma comunidade pesqueira ameaçada. Dissertação de Mestrado. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará - NAEA/UFPA, 1988.

MANESCHY, M.C. Mulheres na pesca artesanal: percepção e estatuto. In: Coleção Eduardo Galvão, Belém: 1999.

MARINHO, M. S. Pesca artesanal, defesos de pesca e unidades de conservação. I ANADIR: Encontro Nacional de Antropologia do Direito. USP. De 20 a 21 de agosto. São Paulo, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA, J. T.; LUCENA, Aineide. avaliação do seguro defeso concedido aos pescadores profissionais no Brasil - Série Relatórios Técnicos, São Paulo, n°. 50: 1 - 20, 2013.

MENDONÇA, J. T.; VALENCIO, P. R A pesca da manjuba (*Anchoiella lepidentostole*) e sua influência no complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguapé-Paranaguá. In: Simpósio de Ecossistemas Brasileiros: Conservação, 5. Vitória. Anais....Vitória: ACIESP, 2008.

MENDONÇA, J.T e CORDEIRO, A.G. 2010 Estatística Pesqueira do Litoral Sul de São Paulo - Metodologia e Resultados. In: SILVA, R.B. e MING, L.C. (eds) Relatos de Pesquisas e Outras Experiências Vividas No Vale do Ribeira, 2010.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de. A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas : o caso da pesca artesanal do Rio São Francisco. Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, 2006.

MENDONÇA, T. J. LUCENA, A. C. P. Avaliação do Seguro Defeso Concedido aos Pescadores Profissionais no Brasil. Série Relatório Técnico, São Paulo. n. 50, p. 20, out. 2012.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MONTENEGRO, S. C. S.; NORDI, N.; MARQUES, J. G. Contexto cultural, ecológico e econômico da produção e ocupação dos espaços de pesca pelos pescadores de Pitu (*Macrobrachiu carcinus*) em um trecho do baixo São Francisco, Alagoas-Brasil. Interciência, Caracas, v. 26, n. 11, 2001.

MOREIRA, H. L.; SCHERER, E. F. e SOARES, S. M.; GOMES, J. G. O seguro defeso do pescador artesanal: políticas públicas e o ritmo das águas da Amazônia. VIII COngreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas (PE), 2010.

NAGEM, Sérgio Campos. Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2003.

OFFE, C. Problemas estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1984.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de; SOUZA, Jackeline Maria de. Pescadores artesanais, meio ambiente e sustentabilidade. Revista Evolvere Scientia, V. 1, N. 1, p. 62-71 2013

OLIVEIRA, M. S. Pesca artesanal, defesos de pesca e unidades de conservação. I ANADIR: Encontro Nacional de Antropologia do Direito. USP. De 20 a 21 de agosto. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O Nordeste começa em Minas. Revista do Legislativo, nº 55. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1418/3/1418.pdf>. Acesso: 20/07/2017.

OLIVEIRA, Ticiano Rodrigo Almeida. Meu lugar é o rio: aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores artesanais do povoado Resina, Brejo Grande/SE - dissertação de mestrado apresentada a Universidade do estado da Bahia – UNEB, 2012.

OLIVEIRA, Ticiano Rodrigo Almeida. Peixes, Gentes e Territórios Tradicionais no Submédio e Baixo São Francisco: uma discussão com base na Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, in Revista Ouricuri/Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Núcleo de Estudos em Povos e Comunidades Tradicionais e Ações Socioambientais – NECTAS. (Org. Juracy Marques e Eliane Maria de Souza Nogueira). Paulo Afonso: Fonte Viva, 2004.

OLIVEIRA. Lúcia, M. S. R. de et al. (Des)caminhos da pesca artesanal no submédio São Francisco. Bahia. 2010

PEIXOTO, Ana Carolina Beltrão. Pescador de ilusões: o trabalho da pesca artesanal e a sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão de Açúcar e Olho D'Água do Casado no Baixo São Francisco alagoano. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. O trabalho dos pescadores artesanais do São Francisco: trabalho estranhado? MARX 2010 - Seminário Nacional de Teoria Marxista – Uberlândia, 12 a 15 de maio de 2010.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. Sobre(vivências): Modos de vida, trabalho e institucionalização dos pescadores artesanais de São Francisco-MG (1960-2014). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

PIMENTA, E. G. Análise estatística de acidentes com barcos de pesca. Grupo de Estudos e Projetos Especiais, GEPE. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

RAMOS, V.O.C. Pesca, pescadores e políticas públicas no Baixo São Francisco, Sergipe – Brasil. 2001. 197 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasília, 2001.

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em política pública. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, nº. 51, p.11-15, fev.2003.

RIBEIRO, Hugo Pizzarro. Gestão da Pesca Artesanal de Pequena Escala: Diretrizes e Métodos alternativos. Rio Grande; Ed. FURG, 2007.

RIBEIRO, M. A. S. A Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Estado de Minas Gerais. In: Ciência & Desenvolvimento, v.1, nº.1, jul/dez, Belo Horizonte, 2003.

ROCHA, Geraldo. O Rio São Francisco - Fator Precípua da Existência Do Brasil. 3ª edição. Companhia Editora Nacional, 1993.

RUFFINO, M.L. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. IBAMA Manaus, 2005.

SANTOS, Edvânia Pereira dos; CORREIA, Magaly de Fatima; ARAGÃO, Maria Regina da Silva; SILVA, Fabrício Daniel dos Santos. Eventos extremos de chuva e alterações no regime hidrológico da bacia hidrográfica do Rio São Francisco: uma aplicação do índice RAI (Rainfall Anomaly Index). Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal, v. 8, n. 2, p. 315-330, abr./jun. 2005.

SANTOS, G.M; SANTOS, C.M.; MARQUES, O. T; TORQUATO, H. G; OLIVEIRA, B. G. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II, São Paulo. Estudos Avançados. v. 19, n. 54, 2005.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: estudo de Caso no Nordeste Paraense. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 1, n. 1, p. 61-81, jul./dez. 2006.

SILVA, Adriano Prysthon da. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, Edilson Carneiro da. Um mergulho nas águas do Velho Chico : territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos pescadores artesanais de Saramem, Brejo Grande-SE - Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Sergipe, 2014. São Cristóvão, 2014.

SILVA, Gláucia Oliveira da. Tudo que Tem na Terra Tem no Mar: A classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga - Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1999.

SILVA, José Marcos da, et al. Conflitos ambientais e as águas do Rio São Francisco. Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.4, p.1208-1216, 2015.

SILVA, M.C; OLIVEIRA, A.S; NUNES, G.Q; FERREIRA, N. O. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal. Amazônia Ciência&Desenvolvimento. v. 2, n. 4, p.37-51, jan./jun. 2015.

SILVA, T.E.M, et al.; Impactos Sócio-Ambientais e o Futuro da Pesca Artesanal no Baixo São Francisco. Candeeiro. Aracaju: v. 2, 2014.

SOUSA, Márcia Evangelista; SANTOS FILHO, Nilson Evangelista da Silva; PEREIRA, Lucio Aberto; LYRA, Luiz Henrique de Barros. Monitoramento e caracterização do assoreamento no Rio São Francisco nas orlas urbanas de Petrolina – PE e Juazeiro – BA. Revista da casa da geografia de Sobral (RCGS), Sobral – CE, v. 15, n. 1, 2013.

SOUZA, M A A. Desenvolvimento Sustentável para a atividade pesqueira artesanal na região do estuário da Lagoa dos Patos no rio Grande do Sul, in: anais do II Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, FEE, 2009.

SOUZA, M.A.A. Contribuição das políticas públicas na captura, na Comercialização e na geração de renda da atividade Pesqueira artesanal no médio São Francisco. In: Revista Ciência e Meio Ambiente, 2013.

TEIXEIRA, G. S. e ABDALLAH, P. R. 2005. Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: em análise o estado do Rio Grande do Sul e a região de Lagoa dos Patos. In: VI Encontro de Economia Ecológica. De 22 a 25 de novembro. UNG, Brasília (DF).

THÉ, A. P. G. Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos recursos naturais da pesca no alto-médio São Francisco. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 2003.

VALENCIO, N. F. L. S.; A. A. Leme; R. C. Martins; S. A. T. Mendonça; J. C. Gonçalves; M. I. R. Mancuso; I. Mendonça & S. A. Felix. A precarização do trabalho no território das águas: limitações atuais ao exercício da pesca profissional no alto-

médio São Francisco, p. 423-446. In: H. P. Godinho & A. L. Godinho (org.). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p.

WOORTMANN, E. F., "Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades "Pesqueiras do Nordeste", in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 18, ano 7, 1992

ZELLHUBER, Andrea; SIQUEIRA, Ruben, et al. Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 227, p. 3-24, 2007.